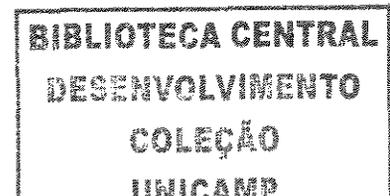


Universidade Estadual de Campinas

Mariângela Peccioli Galli Joanilho

AS METÁFORAS DA LÍNGUA NACIONAL

Campinas
2005



Mariângela Peccioli Galli Joanilho

AS METÁFORAS DA LÍNGUA NACIONAL

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: *Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães*

IEL/UNICAMP

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2005

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	
	T/UNICAMP
	J571 m
V	EX
TOMBO BCI	66179
PROC.	16-0-0008605
	C <input type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	09/12/05
Nº CPD	

BIB ID: 372931

1 Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

1.1	<p>Joanilho, Mariângela Peccioli Galli. “As metáforas da língua nacional” / Mariângela Peccioli Galli Joanilho. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.</p> <p>Orientador : Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p>
1.2	<p>J5 71 m</p> <p>1. Semântica – História – Séc. XIX-XX. 2. Metáfora – História e crítica. 3. Língua nacional – Análise do discurso. 4. Pragmática - História. I. Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">(tjj/iel)</p>

Título em inglês: National mother tongue metaphors.

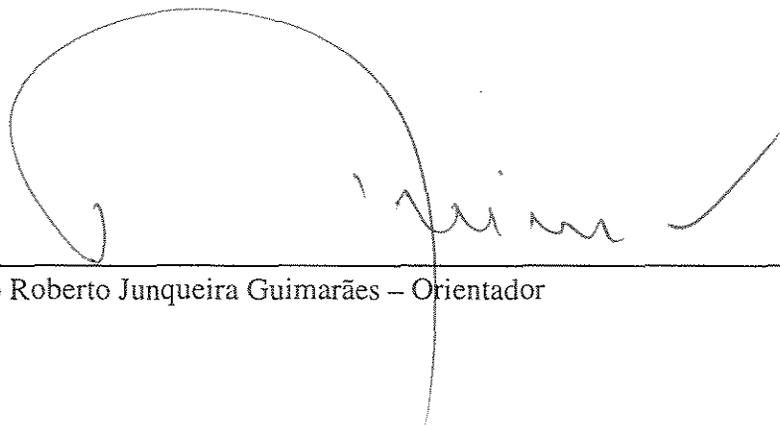
Palavras-chave em inglês (Keywords): Semantics – History – Sec. XIX-XX; Metaphor – History and critique; Mother language – Analysis and discours; Pragmatics - History.

Área de concentração: Semântica / pragmática.

Titulação: Doutorado.

Banca examinadora: Profª. Drª. Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues, Profª. Drª. Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer, Profª. Drª. Sheila Elias de Oliveira e Prof. Dr. Luiz Francisco Dias.

Data da defesa: 27/07/2005.



Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães – Orientador

Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

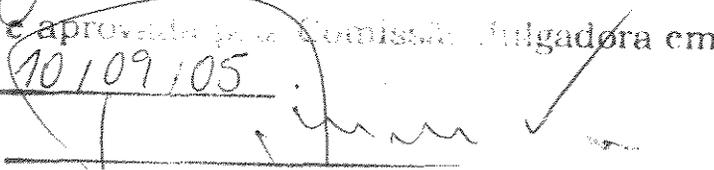
Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira

Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística em 27 de julho de 2005. Este exemplar e a redação final da tese

defendida por Mariângela Peccioli Galli Panilhe.

e aprovada pela Comissão Julgadora em
10/09/05



Para André, Alice e Rafael, com amor

AGRADECIMENTOS

A vida tem me oferecido bons encontros. Posso dizer que, dentre eles, ter encontrado Eduardo Guimarães foi um desses bons acontecimentos. Devo à sua orientação sempre calma, lúcida e esclarecedora, os melhores momentos da minha relação com esse meu outro encontro, agora, com o fato de linguagem: a metáfora. Eduardo tem me acompanhado desde o Mestrado, momento em que iniciei os meus estudos sobre esse processo de significação. Desde então, conto com a sua preciosa companhia. Dele, guardarei o melhor exemplo da postura de pesquisador e a memória dos bons tempos de estudos.

Outras pessoas também foram importantes nesse meu percurso de estudos. Não poderia deixar de agradecer à Suzy Lagazzi-Rodrigues e à Mónica Zoppi-Fontana, pela orientação das qualificações de área, em Análise de Discurso e em Pragmática, respectivamente. Mas também e, especialmente, pela amizade.

À Rosângela Morello, Carolina Rodriguez, Claudia Castellanos Pfeiffer e Carmen Zink, pelas sugestões valiosas, nos exames de qualificação de área. Novamente, à Suzy Lagazzi-Rodrigues e à Claudia Castellanos Pfeiffer, pela extrema elegância com que me fizeram todas as sugestões no momento da qualificação do projeto de tese.

Aos componentes da banca examinadora, Profs. Drs. Sheila Elias de Oliveira, Maria Aparecida Honório, Luiz Francisco Dias, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues e Carolina Maria Rodríguez Zucolillo.

À Eni Orlandi, coordenadora do Projeto HIL (História das Idéias Lingüísticas), que me incentivou a fazer o estágio na França. E também por tudo o que tem nos ensinado sobre o funcionamento da linguagem.

Ao meu marido André, por ter me mostrado, gentilmente, em uma tarde de domingo, um dos artigos do jornal, que foi para mim fonte de inspiração para este trabalho.

Ao meu filho Rafael, por me mostrar cotidianamente o quanto viver vale a pena.

Aos meus pais, Daniel e Maria Helena, pelo imenso carinho.

À minha irmã Malu, tão amiga e tão afetuosa.

Durante o ano em que permaneci em Lyon, muito aproveitei das discussões instigantes e Seminários conduzidos por pesquisadores como Sylvain Auroux, Francine Mazière, Bernard Colombat e Jacques Guillaumou, que me impressionaram pela seriedade na abordagem das questões epistemológicas e lingüísticas. A todos eles, meus agradecimentos sinceros.

A Capes por ter concedido a bolsa para a realização dos estudos e pesquisas na Escola Normal Superior *Lettres et Sciences Humaines*, em Lyon.

RESUMO

Nesse trabalho, propomo-nos discutir os percursos de configuração dos sentidos da língua nacional no Brasil, a partir de um estudo de textos produzidos por autores brasileiros – jornalistas e não-jornalistas, no jornal *O Estado de São Paulo*, no fim do século XIX e início do XX. A tentativa é a de compreender como se estabelece a designação: por um lado, os sentidos sobre a língua foram produzidos por metáforas naturalistas e, por outro, trata-se de mostrar que a língua era um espaço de trabalho no qual a construção da identidade e do sujeito nacional estavam assegurados. Pode-se dizer que desse confronto emergem diferenças e/ou regularidades que, no caso de nosso trabalho, permitem observar a fundação de um discurso sobre identidades brasileiras, a partir da compreensão do modo como se sustentam as posições enunciativas, quando se fala sobre o sujeito no período proposto. Sobre isso, poderíamos antecipar o fato de que os sentidos sobre o sujeito se constituem num movimento de dupla designação, em que o primeiro coincide com o que se nomeava por uma aproximação (e seus vários confrontos) entre as significações de “estrangeiro” e “brasileiro”, em solo nacional. Esses dois sentidos serão trabalhados pelos de língua e escola, na constituição da “civilidade” e do “progresso” “para o Brasil de amanhã”. Esta pesquisa foi realizada essencialmente no quadro teórico dos estudos históricos da enunciação em suas aproximações com a análise de discurso francesa. Partimos de suas premissas para analisar a constituição enunciativa e discursiva do sentido metafórico na significação da língua nacional brasileira. Esperamos, assim, tornar visíveis algumas questões que constituem os domínios dessa relação particular de construção do sentido.

Palavras-chave: Língua Nacional, Metáfora, Semântica, Sujeito e Sentido.

ABSTRACT

Our purpose is to discuss the routes of configuration of senses of the mother tongue in Brazil, based on a study of texts written by Brazilian authors – publicists and non-publicists, in the newspaper *O Estado de São Paulo*, by the end of the nineteenth century and beginning of the twentieth century. Our attempt is to understand how the designation is established: on the one hand, the senses about the language were created by naturalistic metaphors; on the other hand, we intend to show that the language was a workspace in which the construction of the identity as well as of the national subject were secure. It is possible to say that, based on this parallel, differences and/or regularities emerge which, in this case, make it possible to observe the foundation of a discourse about Brazilian identities, based on the understanding of the way the enunciative positions are supported when one speaks about the subject in the proposed period. As for that, it is possible to anticipate the fact that the senses about the subject are considered a double designation movement, in which the former coincides with the one that was denominated by approximation (and its various parallels) between the meanings of “foreigner” and “Brazilian”, in the national ground. These two senses will be dealt with by those of language and school, in the constitution of “civility” and “progress” “for the Brazil of tomorrow”. This research was carried out essentially in the theoretical framework of the historical studies of the enunciation in their approximations with the French discourse analysis. We were based on two premises to analyze the enunciative and discourse constitution of the metaphorical sense in the meaning of the Brazilian mother tongue. We hope to bring to light some issues that constitute the domains of this particular relation of the construction of senses.

Keywords: National language, Metaphor, Semantics, Subject and Sense.

SUMÁRIO

Introdução	1
I - A formulação de um lugar para os sentidos	4
1.1 - Um lugar para as questões	4
1.2 - Uma tensão para a metáfora	9
1.3 - Uma ordem de acontecimento	16
1.4 - Um percurso para os saberes sobre a língua	19
II - A constituição de um lugar para a metáfora	24
2.1 - Um pensamento clássico	25
2.2 - Um pensamento moderno	30
2.3 - Um pensamento contemporâneo	49
2.4 - Sentido literal e efeito literal: duas histórias, um deslocamento	66
III - A dualidade constitutiva da metáfora e o efeito de retórica na memória	70
3.1- A dualidade constitutiva da metáfora	71
3.2 - Retórica, memória e historicidade	79
3.3 - Acontecimento e Temporalidade	82
IV - Os Jogos metafóricos e a constituição do(s) sentido(s): ou a língua e a escola nas formas da identidade nacional	87
4.1 - Em torno das representações	89
4.2 - No movimento das formulações	92
4.3 - No espaço da identidade	96
4.4 - Situações de enunciação, metáfora e língua nacional	99
4.5 - “A escola não é meio, é fim”	104

4.6 - Uma língua e suas terras.....	107
4.7 - Uma terra e sua(s) língua(s)	116
Considerações Finais.....	129
Referências Bibliográficas.....	133
Anexo.....	139
Apêndice	189

INTRODUÇÃO

Introdução

Neste trabalho busco compreender a constituição dos sentidos de língua nacional, no Brasil, em fins do século XIX e, em princípios do XX, a partir da análise de artigos publicados em colunas diárias do jornal *O Estado de São Paulo*. Dentre elas, algumas terão papel fundamental, por introduzir discussões que envolvem o sujeito, a escola, a nação e a língua. De maneira geral, pode-se dizer que nos artigos produzidos no período em questão há uma forte discussão sobre esse assunto e, conseqüentemente, sobre as questões que envolvem a constituição da identidade nacional, e isso se faz notadamente pela reflexão sobre a língua. Nosso objetivo seria explicitar, então, o modo como a metáfora opera a constituição e o funcionamento desses sentidos em sua relação com os de língua nacional. O estudo deste fato de linguagem mostra que a metáfora coloca dificuldades interessantes para se pensar o universo dos acontecimentos exteriores inscrito no interior dos enunciados. Em nossa compreensão, isso modelaria a construção das hipóteses da abordagem que será desenvolvida. Basicamente, procuraremos verificar como a metáfora indaga o campo problemático da significação na linguagem em sua multiplicidade de entradas.

Para analisar a constituição e o funcionamento da significação metafórica em sua dimensão enunciativa e em suas relações com os sentidos de língua nacional é fundamental construir um quadro de compreensão no qual se busque um modo de formulação em que a metáfora apareça como espaço enunciativo de embate de sentidos. Pois, a partir de sua compreensão, ao mesmo tempo em que se tenta compreender, no processo de significação, a instanciação dos sentidos de língua nacional, o que se produz é um modo de compreensão do fato de linguagem em que se tenta explicitar a maneira como se organiza e os efeitos de sentidos que produz. As perguntas que nos orientam seriam então: qual o modo de funcionamento desse fato de linguagem? Poder-se-ia dizer que o metafórico, no embate de sentidos, torna presente na linguagem uma exterioridade sócio-histórica? Para respondê-las, buscaremos refazer parte dos movimentos de constituição dos sentidos no tempo, procurando captar os conceitos e esquemas

que operam nesse ponto de inserção do social e do histórico na linguagem, pela via do processo metafórico.

Assim, o trabalho se divide em cinco partes, que se configuram da seguinte maneira: em um momento inicial, faz-se a **introdução** às questões que modelam a pesquisa, a partir daí, dividimos o trabalho em um primeiro momento, isto é, o **da formulação de um lugar para os sentidos**, no qual se esboça uma discussão inicial sobre os domínios de constituição das noções que faremos circular, um segundo, em que se estabelece **a constituição de um lugar para a metáfora**, ou seja, em que se busca considerar o funcionamento do conceito em sua multiplicidade de perspectivas, com o objetivo de estabelecer um eixo teórico para que parte da história de sua explicação seja percorrida. A partir daí, veremos como ficam colocadas as “potencialidades do sentido”, isto é, ao percorrer parte da história da constituição desse fato de linguagem, o que verificamos, é a latência de uma subjetividade que atravessa alguns pontos da história de sua constituição.

Um terceiro momento, em que se mostra **a dualidade constitutiva da metáfora e o efeito de retórica na memória**, isto é, nesse momento, apresentamos a proposta de um aspecto dual para a compreensão do conceito, que estamos chamando de “metáfora local” e “processo metafórico”, o que distinguirá a compreensão do “efeito de retórica na memória” e, nesse lugar, chegamos à seguinte formulação: no processo de significação, a metáfora aparece como uma forma-sentido, que, ao promover a transferência, faz com que o deslizamento do significante não seja indefinido, mas que funcione como um movimento que traz a inscrição da diferença na significação. É através do duplo jogo - entre metáfora local e processo, que encontramos um sujeito que significa pela desestabilidade, sujeito efeito da linguagem.

E, finalmente, um quarto momento, no qual se trabalha com **os jogos metafóricos e a constituição do(s) sentido(s)**. Nesse momento, apresentamos a análise dos textos constitutivos do material da pesquisa e, como resultado da análise dos artigos do jornal, veremos como se fazem as relações de metáfora nas constituições do sujeito e da língua nacional.

I – A FORMULAÇÃO DE UM LUGAR PARA OS SENTIDOS

I – A formulação de um lugar para os sentidos

1.1 - Um lugar para as questões

Inserimos nosso trabalho nos domínios do projeto “História das Idéias Lingüísticas no Brasil: ética e política de línguas”, um projeto de cooperação entre a UNICAMP, a USP e a *École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines* de Lyon, cujos coordenadores são, respectivamente, Eni Puccinelli Orlandi, Diana Luz Pessoa de Barros e Sylvian Auroux.

O objetivo geral do projeto é o conhecimento sistemático da história da língua portuguesa no Brasil e da constituição de um saber sobre esse objeto. O objetivo é também o de compreender a história da formação de uma língua nacional no país:

“Com nosso projeto, o que visamos desde o início, foi estabelecer e difundir estudos sistemáticos que tocam a questão da história do conhecimento lingüístico e da história da língua, articuladamente, explorando novas tecnologias de pesquisa. Visamos conhecer a língua e o saber que se constrói sobre ela ao mesmo tempo em que pensamos a formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem. Não menos importante, nessa perspectiva, é pensar a relação Língua/Nação/Estado e o cidadão que essa relação constitui.” (Orlandi, E. P. (Org.) História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Cáceres: UNEMAT Editora e Pontes. 2001. p. 9)

De nossa parte, estamos propondo efetuar um estudo sobre a construção dos sentidos de língua nacional, no Brasil, no final da segunda metade do século XIX e, em princípios do século XX. Como já dissemos, realizaremos tal estudo, a partir da leitura e análise de artigos

publicados em colunas diárias do jornal *O Estado de São Paulo*¹. Tais artigos, em sua maioria, tratam de discutir a formação da identidade nacional. Podemos ressaltar, à primeira vista, que isso se faz pela via das discussões que envolvem a noção de língua, compreendida, nesse momento, como “esteio da nação”, em suas relações com a noção de escola, como espaço fundador dessa identidade. Pode-se dizer que nesse lugar fica formulada uma política de unidade lingüística: isto é, a circulação dos sentidos se faz pela imposição de um padrão de língua que é uma língua nacional, a partir de uma distribuição de palavras que fará funcionar todo o processo. Um exemplo disso encontra-se nos parágrafos iniciais do artigo “A colonização e a escola”, publicado no dia quatro de abril de 1910²:

“O problema da colonização no Brasil é inseparável do da escola. Esta é o complemento daquela e o meio mais eficaz de nacionalizar, pelo menos da segunda geração em diante, as grandes massas estrangeiras que entram no paiz.

*Se a questão do ensino, ou mais restrictamente, da escola publica, é assumpto de interesse vital para qualquer nação, mais importante ainda é ella num paiz de immigração, que precisa canalisar e absorver os elementos estrangeiros, incorporando-os ao núcleo da população nacional que deve predominar, assegurando a permanencia das qualidades caracteristicas da nacionalidade, cujo esteio principal é, no Brasil, a lingua portugueza.”*³

O artigo apresenta uma afirmação inicial fundamental, pois enuncia, desde o início, uma relação entre três conceitos, três multiplicidades: colonização, escola e identidade

¹ - Reproduzimos um trecho sobre o lugar do jornal desde os momentos iniciais de sua constituição até fins dos anos 20: “No dia 4 de janeiro de 1875, saía de uma velha máquina Alauzet plana o primeiro número do jornal A Província de São Paulo. O idealismo e o entusiasmo de um grupo de republicanos paulistas iniciavam então uma história de lutas que atravessou décadas e cujos novos capítulos seguem sendo escritos. Começava uma sucessão de batalhas pela independência, defesa das instituições, liberdades democráticas e moralização dos costumes políticos. Era a concretização de uma idéia surgida dois anos antes, durante a Convenção de Itu, que serviria de propaganda de ideais republicanos e abolicionistas. Seus redatores, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, iniciaram uma sociedade que não admitia o trabalho escravo. Negros libertos trabalhavam à luz de velas espetadas nas caixas de composição – uma tiragem de 2 mil exemplares, para uma cidade que na época tinha 25 mil habitantes. (...) “A monarquia agonizava em consequência da intensa campanha dos que desejavam mudar a estrutura política da Nação e, com a proclamação da República, o jornal passou a se chamar O Estado de São Paulo. Em 1891, Julio Mesquita tornou-se seu diretor.” (trecho extraído da página eletrônica de O Estado de São Paulo: www.estado.estadao.com.br). No final da primeira década do século 20, o jornal chegou a uma tiragem de 30 mil exemplares diários e continuava a enfrentar problemas com a censura e a dissidência dos republicanos. Defendia a institucionalização do voto secreto, a democratização do ensino e a criação de leis trabalhistas mais dignas.

² Estamos reproduzindo os textos com a ortografia original.

nacional ou nacionalização. A “língua portuguesa”, reescrita pela construção metafórica “esteio da nação” teria, então, um papel fundamental no interior desse quadro, pois funcionaria, ao mesmo tempo, como instrumento de oposição a tudo que é estrangeiro, e como instrumento que assegura a permanência da nacionalidade. A língua, nesse sentido, descreve um problema de alteridade e um de unidade e produz deslocamentos enunciativos fundamentais. Fica, por enquanto, suspensa a diversidade.

Buscaremos, desse modo, compreender como as falas sobre a língua entram e se deixam falar nesses domínios de significação, pensando sempre a relação educação/língua/nação. Pois esse discurso (da e na imprensa) organiza, em nossa compreensão, um conjunto de questões relevantes para a formação dos sentidos sobre a língua nacional, na medida em que estabelece uma relação muito particular com a linguagem: é um lugar de constituição dos sentidos sobre a língua, que está fora das instâncias dos instrumentos lingüísticos oficiais ou oficializados – como as gramáticas, os dicionários - nesse domínio de reflexão sobre a língua, os sujeitos constituem-se e, em se constituindo, constroem lugares de significação, lugares de circulação para os sentidos do idioma nacional. São formas do dizer a serem trabalhadas. Sujeitos a serem (re)conhecidos.

Uma das entradas possíveis para o espaço de interpretação produzido por este discurso, seria, a nosso ver, o estudo do modo de enunciação da metáfora na configuração dos sentidos de língua nacional. Isto é, interessa-nos explicitar como a significação metafórica atua no processo de constituição dos enunciados, como funciona como mecanismo e como formula as noções e os conceitos.⁴ Nesse quadro, os fatos de linguagem apresentam-se, então, de diversas maneiras e isso vai levantando diferentes questões a trabalhar. Essa é a tarefa que nos propomos para avançarmos o funcionamento da linguagem.

³ Faremos a transcrição do artigo, na íntegra, mais adiante, junto com os outros textos que fazem parte do material de análise. Decidimos por manter a ortografia original dos textos. Os grifos são nossos.

⁴ O nosso interesse pelo funcionamento enunciativo da metáfora não é recente, em nossa dissertação de mestrado, defendida no IEL-UNICAMP, em 1996, buscávamos estabelecer uma forma de compreensão do sentido metafórico, que o colocasse não como categoria de desvio, mas como algo próprio da produção de sentidos na linguagem: como um processo de construção dos sentidos em que o sujeito se constitui.

Metáfora, mapas e caminhos

Dentro da classificação proposta por Guimarães (1996) para a gramatização brasileira, o período correspondente à segunda metade do século XIX interessa, fundamentalmente, porque “(...) uma das características do conjunto de estudos que marcam os estudos do Português no Brasil nesse momento é o trabalho de demonstrar que o Português que aqui se falava e escrevia era diferente do Português de Portugal”. Esse período iria, então, conforme o autor, da segunda metade do século XIX até fins dos anos 30, “(...) quando da fundação das Faculdades de Letras no Brasil: tanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (em 1937) quanto da Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil (em 1939).”⁵ Ainda, segundo o autor, há nesse período uma tentativa de tratar a unidade do Português de Portugal e o do Brasil, sob o pretexto da necessidade de troca cultural entre estes países de Língua Portuguesa. No caso de nosso trabalho, teremos oportunidade de mostrar como o sujeito letrado – o jornalista republicano, mas também o não-jornalista (o escritor, o diplomata, o professor) -, esforçam-se para manter essa igualdade, o que, no final do século XIX e, início do XX, funcionará inicialmente como uma marca de identidade européia ou “civilizada”. A língua funcionava como forma de afirmar a parte européia da nação, como teremos oportunidade de verificar, ao analisar os textos, ao mesmo tempo em que a afirmação nacional é o reconhecimento dessa igualdade.

A pergunta que se coloca seria então: como a metáfora trabalha, na construção dos sentidos sobre a língua, (no contraponto com os de escola e os do sujeito) a unidade e a diferença constitutivas do idioma nacional, no modo de enunciação desse período da história do Brasil?

Em termos gerais, buscamos compreender o que seja essa significação da metáfora não como categoria de desvio, transposição de sentidos, “mas como efeito de sentido

⁵ GUIMARÃES, E. (1996) “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: a Gramatização Brasileira.” Em GUIMARÃES, E. e ORLANDI, E. *Língua e cidadania: o Português no Brasil*. Pontes, Campinas. (pp. 127 e 128)

próprio da produção de sentidos na linguagem”.⁶ Propomo-nos então construir este nosso percurso , realizar esta nossa travessia pelo mapa da linguagem (a metáfora é de Deleuze – “a linguagem é mapa e não decalque” – *Mil Platôs*, 1980:14), com mais rigor e consistência através da compreensão dos esquemas e conceitos que trabalham a constituição dos sentidos da metáfora.

Portanto, é fundamental considerar os diferentes referenciais (os nossos mapas seguros) para trilhar os caminhos na materialidade desse nosso objeto: da pragmática filosófica de Deleuze, interessa-nos a diferença do metafórico (as tensões que o autor coloca para a discussão sobre esse conceito); do dispositivo teórico de Rancière (*Os Nomes da História*: 1994), o modo como pensa a significação na linguagem na formulação de sua poética do saber; a teoria da enunciação formulada por Guimarães (1995, entre outros) em seu diálogo com a Análise de discurso, a partir dos trabalhos de Pêcheux, na França e de Eni Orlandi, no Brasil. Finalmente, das discussões de S. Auroux (*A Revolução Tecnológica da Gramatização*: 1992 e *La Raison, le Langage et les Normes*: 1998), sobre a constituição de saberes sociais e de saberes sobre a linguagem, fundamentais para a nossa compreensão do que sejam as questões que envolvem a constituição de um saber lingüístico-tecnológico em suas relações com a história. Esses são os nossos mapas, com eles queremos cruzar os caminhos da linguagem, percorrer suas trilhas, construir sentidos. Sabemos que eles puxarão outros fios no engendramento das significações, que nos farão encontrar as (outras) saídas.

De nossa parte, foi a nossa pesquisa em si mesma, lingüística em princípio, que foi captada, cativada, capturada, pelas considerações, pelos trabalhos desses autores. Assim, de início, estamos propondo fazer avançar três ordens de discussões para alguns dos sentidos que movimentaremos no interior do trabalho: os de metáfora, os de história, os de acontecimento e os de língua tratados, respectivamente, em Deleuze, Rancière e Auroux.

As duas primeiras discussões apontarão alguns caminhos para uma compreensão enunciativa do processo metafórico, não só porque são modelos a serem seguidos, mas também e, principalmente, porque oferecem dificuldades para a constituição de um quadro de tal natureza. E ainda, encontramos no último autor, como apontaremos adiante, uma discussão

sobre a normatividade nas ciências humanas, questão central para se pensar sobre os instrumentos gramaticais. Passemos, então, à primeira descrição.

1.2 - Uma tensão para a metáfora

Em “*Como reconhecer o estruturalismo*” Deleuze (1983) pergunta sobre a(s) forma(s) do Estruturalismo e revela nesse ensaio uma forte reflexão sobre a questão da significação em sua discussão sobre o (re)conhecimento do estruturalismo. Há, como dissemos, uma pergunta que, logo de início, desdobra-se em várias outras sobre o mesmo tema. Tais questões não oferecem ao leitor uma resposta imediata e pontual do assunto, mas várias ordens de respostas configuradas por sete critérios *formais*⁷ que o autor enumera para o reconhecimento do Estruturalismo. Precisamos, então, trabalhar esta descrição conceitual de Deleuze, para retomar todos os lances de sua estratégia e percebemos todo o alcance desta conceituação.

Começemos pelas questões: “(...) a questão “Que é estruturalismo?” é chamada a sofrer algumas transformações. Em primeiro lugar, *quem* é estruturalista? (...). Então, a questão “O que é o estruturalismo?” transforma-se novamente. _ É melhor perguntar: como reconhecer aqueles a quem se chama estruturalistas? E que é que eles próprios reconhecem? (...) Como fazem os estruturalistas para reconhecerem uma linguagem em qualquer coisa, a linguagem própria de um domínio? O que é que encontram nesse domínio?”⁸

Diríamos que, de um modo geral, o autor estabelece um quadro enunciativo para suas formulações sobre o Estruturalismo, na medida em que, de suas questões, surgem algumas das categorias formais da enunciação: as pessoas (modeladas pelos *quem* e *aqueles* das duas questões acima descritas), o tempo (claramente explicitado pelo enunciado “*Estamos em*

⁶ HERBERT, T. (1995) “Observações para uma Teoria Geral das Ideologias” Em *Rua*, Unicamp, Campinas. (1)

⁷ O grifo é do autor.

⁸ Estas perguntas aparecem nos dois parágrafos iniciais do texto entre as páginas 245 e 246.

1967”⁹), e o espaço (traduzido pelo termo *domínio* que também aparece em suas questões iniciais).

Não podemos deixar de dizer, antes de avançarmos nossas considerações sobre a reflexão que Deleuze estabelece em sua análise da linguagem, que o que nos interessa fundamentalmente de sua pragmática, ou de seu quadro conceitual, é a diferença que estabelece para o metafórico, para o regime do significante, de um modo geral¹⁰. Poderíamos afirmar que, nesse ensaio de Deleuze, encontramos a delimitação de um conceito de metáfora, coincidente com uma forma clássica de compreensão desse fenômeno, isto é, para o autor, a metáfora consiste em um deslocamento estrutural que deve dar conta ao mesmo tempo do próprio e do figurado.¹¹

Voltemos, pois às questões: para respondê-las, o autor propõe, como dissemos anteriormente, sete “critérios formais de reconhecimento”, remetendo sempre aos sujeitos e aos domínios de constituição do Estruturalismo. Assim, teríamos no **simbólico**¹² um primeiro critério. Nas palavras de Deleuze:

“Estamos habituados, quase condicionados, a uma certa distinção ou correlação entre o real e o imaginário. Todo nosso pensamento mantém um jogo dialéctico entre essas duas noções”. Mais adiante:

“Ora, o primeiro critério do estruturalismo é a descoberta e o reconhecimento de uma terceira ordem, de um terceiro reino: o do simbólico. É a recusa em confundir o simbólico tanto com o imaginário como com o real que constitui a primeira dimensão do estruturalismo. Mais uma vez, tudo começou pela lingüística: para além da palavra, na sua realidade e nas suas

⁹ O enunciado em questão aparece grafado em itálico, como o reproduzimos, na quarta linha do primeiro parágrafo, à página 245 deste ensaio de Deleuze.

¹⁰ Para um estudo mais amplo da forma como Deleuze trabalha conceitos “da” lingüística, remetemos ao trabalho de ALMEIDA, J.M.C. *Pragmática e Agramatical em Deleuze*. UNICAMP: Campinas. 1998. (Tese de Doutorado – IEL).

¹¹ Podemos conferir a afirmação: “(...) embora o estruturalismo se encontre inteiramente penetrado de reflexões sobre a retórica, a metáfora e a metonímia; de facto, mesmo essas figuras implicam deslocamentos estruturais que devem dar conta quer do próprio que do figurado.” p.248.

¹² Estaremos enumerando os critérios segundo a ordem de aparecimento proposta pelo autor, bem como, transcrevendo-os em negrito.

partes sonoras, para além das imagens e dos conceitos associados às palavras, o lingüista estruturalista descobre um elemento de natureza completamente diferente, objecto estrutural.”¹³

Para explicitar tal afirmação – “tudo começou pela lingüística” – cabe uma outra citação do autor, que diz em uma passagem anterior: “É correcto atribuir à lingüística a origem do estruturalismo: não só Saussure mas também a escola de Moscovo, a escola de Praga. (...) Na verdade, só há estrutura do que é linguagem, mesmo que se trate de uma linguagem esotérica ou não verbal.” (idem, pp. 245 e 246)

O objeto estrutural é, então, objeto simbólico. Para além da ordem da unidade (“o pai real é um ou pretende sê-lo segundo a sua lei”), para além da ordem do dual (“a imagem do pai é sempre dupla em si mesma”), a ordem do simbólico instaura um terceiro caminho de interpretação: “Distinto do real e do imaginário, não pode definir-se nem por realidades preexistentes para o que remeteria e que designaria, nem por conteúdos imaginários que implicaria e que lhe confeririam uma significação (...) apenas tem um *sentido*: um sentido que é necessariamente e unicamente de posição.” (idem, p. 249)

Em suma, para Deleuze, a ordem do simbólico constitui o “subsolo de todos os solos do real e de todos os céus da imaginação.” (idem, p.247) Na ordem significante da estrutura, o sentido se faz, então, como multiplicidade, como resultado de uma combinatória de elementos. Toda estrutura coloca, então, um problema de variáveis de posição, que, segundo o autor, nada têm a ver com uma forma (real) ou com figuras (imaginário). Desse modo, na ordem de relações entre o real, o simbólico e o imaginário, a metáfora funcionaria como figura da imaginação, não entrando, então, nas outras esferas anteriores. Desde já coloca-se um problema para a metáfora em Deleuze. Figura da imaginação ou significação de extensão, como aparece diversas vezes nomeada no decorrer do ensaio, a metáfora coloca-se como se estivesse em lugar errado, pois se é fenômeno do imaginário e essa noção não se confunde com o simbólico, como poderia então a metáfora trabalhar o simbólico (constituir um deslocamento estrutural), na medida em que é trabalhada pelo imaginário? Como poderiam então, imaginário e simbólico ser um só ponto nos

¹³ Deleuze, G., op. Cit., pp. 246 e 247, por ordem de aparição dos fragmentos citados.

domínios do estrutural? Trata-se de uma combinatória, uma multiplicidade de relações, que incidem sobre os elementos, sobre as variáveis de posição.

Essa noção de posição dá forma a um segundo critério de reconhecimento do estruturalismo, que Deleuze chama de **local ou de posição**, isto é, a posição configura um espaço topológico, um lugar na estrutura, elemento simbólico, sentido de posição: “(...) puro *spatium* constituído gradualmente como ordem de vizinhança, em que a noção de vizinhança tem precisamente, em primeiro lugar, um sentido ordinal e não uma significação na extensão. (...) Pai, mãe, etc., são em primeiro lugar, lugares numa estrutura; e se somos mortais é entrando na fila, chegando a determinado lugar, marcado na estrutura segundo essa ordem topológica das vizinhanças (mesmo quando passamos à frente da nossa vez).”¹⁴

Desse modo, o lugar é sempre anterior em relação àquele que o ocupa e, uma das conseqüências dessa compreensão topológica da significação é, segundo o autor, que o sentido é sempre um resultado, um efeito: “não só um efeito como produto, mas também um efeito de óptica, um efeito de linguagem, um efeito de posição.”¹⁵ Só se faz sentido quando elemento simbólico, objeto estrutural. Nada significa fora do espaço simbólico que a estrutura circunscreve.

Finalmente, já na formulação do primeiro critério de reconhecimento do estruturalismo, o autor considera estruturalistas, na diversidade dos domínios que exploram, o lingüista R. Jakobson, o sociológico C. Lévi-Strauss, o psicanalista J. Lacan, os filósofos M. Foucault e L. Althusser, o crítico literário R. Barthes. Dessa forma, responde à pergunta “Quem é estruturalista?”, propondo, então, “personagens reais” que, na verdade, configuram a ordem dos “amigos” do conceito, isto é, segundo a descrição deleuzeana, todos os conceitos, em sua formulação, “ont besoin des personnages conceptuels Qui contribuent à leur définition.”¹⁶ Ao longo da discussão, os trabalhos e projetos desses autores sempre invocados como exemplo para o reconhecimento do estruturalismo.

¹⁴ DELEUZE, op. Cit., pp. 249 e 250.

¹⁵ Idem, p.251.

¹⁶ Conferir: DELEUZE, G et GUATTARI, F. (1991) *Qu'est-ce la philosophie*. Paris: Les Éditions de Minuit. (p.8).

Com a introdução de um terceiro critério de reconhecimento do estruturalismo, Deleuze irá distinguir a natureza do simbólico: o **diferencial** e o **singular**. Mais uma pergunta introduz a questão: “Em que consistem, afinal esses elementos simbólicos ou unidades de posição?”

Para fazê-la significar, o autor toma um exemplo da lingüística. Mais especificamente, apresenta uma definição de fonema: “O fonema é a mais pequena unidade lingüística capaz de diferenciar duas palavras de significação diversa: por exemplo, *canto* e *manto*.” (idem, p.252) Assim, o que distingue este objeto estrutural é, segundo Deleuze, o fato de não existir independentemente das relações fonéticas que a unem a outros fonemas. O autor caracteriza-as como “relações diferenciais” ou “simbólicas”. Portanto, a grande questão aqui é a de determinar a distinção entre este tipo de relação e duas outras anteriores, isto é, as “relações reais” e as “relações imaginárias”: as relações reais acontecem entre elementos reais, que têm uma designação extrínseca, uma realidade empírica dada (“2+3”); as imaginárias, entre elementos que têm uma significação intrínseca, um conteúdo imaginário anterior, que lhe conferiria uma significação (“ $x+y=0$ ”); e as relações diferenciais são aquelas que estabelecem-se “entre elementos que não possuem qualquer valor determinado e que contudo se determinam reciprocamente na relação”¹⁷ (“ $ydy=xdx$ ”). Pois, nada significa fora do espaço simbólico que a estrutura circunscreve.

A essas relações simbólicas ou diferenciais, corresponderia, simultaneamente, conforme o autor, um sistema de pontos, singularidades que lhe são próprios. No domínio das relações entre os fonemas, em uma dada língua, por exemplo, as singularidades corresponderiam a pontos “em cuja vizinhança se constituem as sonoridades e as significações da língua.” Assim, as relações diferenciais consistiriam em uma atualização das relações reais na estrutura, enquanto as singularidades são pontos de materialização, na estrutura, “de atitudes imaginárias dos seres (encarnados em elementos simbólicos) que os vêm ocupar.”

¹⁷ Idem, p.252. Grifo nosso.

O diferencial é o real na estrutura; as singularidades são a emergência de pontos para a manifestação de atitudes imaginárias na estrutura. Esse é o lugar da metáfora na estrutura.

Trazido por este terceiro critério, pois não podemos compreendê-los em sua distinção, aparece um quarto, que segundo nossa compreensão, é o que define a natureza *virtual* da estrutura. Em **o diferenciante, a diferenciação**, a questão fundamental posta pelo autor é que qualquer estrutura atualiza-se, encarna-se em potencialidades diversas. A estrutura é uma projeção dessas potencialidades “*real sem ser actual, ideal sem ser abstracta. (...) Qualquer estrutura é uma multiplicidade de coexistência virtual.*” Assim: “Não há língua total, encarnando todos os fonemas e relações fonemáticas possíveis; mas a totalidade virtual da linguagem actualiza-se segundo direcções exclusivas em línguas diversas, onde cada uma encarna certas relações certos valores de relações e certas singularidades.”

Eis o que configura a diferenciação. Eis o que coloca uma outra variável: a diferenciação, a atualização das potencialidades estruturais implica sempre em “temporalidade” específica, que se distingue em duas ordens inseparáveis de relações: uma “relação de sucessão” temporal entre elementos na estrutura que exprime “os tempos internos da estrutura ou das estruturas”, cuja temporalidade não se dá na sucessão, mas na profundidade. É isso que define o movimento do tempo na estrutura: “A posição do estruturalismo sobre o tempo é, assim, muito clara: o tempo é sempre um tempo de actualização segundo o qual se efectuam, a ritmos diversos, os elementos de coexistência virtual.”¹⁸

Mas tudo isso só faz funcionar a estrutura se os elementos simbólicos “tomados nas suas relações diferenciais, organizam-se necessariamente em série” e, “relacionam-se com outra série”, sem ser mero reflexo, mas sendo “capaz de um desenvolvimento autónomo”, relacionando a primeira série com outra(s). Qualquer estrutura é, então, uma multiplicidade **serial**. Este é o quinto critério de reconhecimento do estruturalismo. A esta altura, não podemos deixar de dizer que, o que se percebe é que, os critérios, em sua multiplicidade, realizam uma oposição dual constitutiva da estrutura. Isto é, para Deleuze, há uma dualidade que opera a

¹⁸ Os fragmentos citados nesta página encontram-se, respectivamente, às páginas 253, 255, 256 e 257 da obra em questão.

constituição da estrutura, modelada pelas duas variáveis propostas pelo autor: o *espaço* e o *tempo*. Nessas duas categorias estariam distribuídos os critérios para reconhecimento do estruturalismo, cujo quadro abaixo poderia descrever:

Espaço	O simbólico	A posição	O diferencial	A casa vazia
Tempo		O diferenciante		O serial

De todos estes, faltava tratar do sexto e último critério. Em a **casa vazia** Deleuze parece fechar esse ciclo de reconhecimento do estruturalismo, propondo um “grau zero” de existência do estrutural, um “objeto = x”, imanente a todas as estruturas, a todas as séries de estruturas, que, ao mesmo tempo em que as cruza todas, “falta no seu lugar”, é casa vazia. Essa ordem de sentido se constitui de maneira paradoxal pois, segundo o autor, em qualquer estrutura é “perfeitamente determinável”, mas “não é designável: ou seja, não é fixável num lugar, identificável num gênero ou numa espécie (...) só tem identidade por estar ausente dessa identidade e lugar por se deslocarem relação a qualquer lugar.” (idem, p. 268)

A casa vazia (o objeto estrutural, o objeto simbólico) reúne, em sua natureza paradoxal, as instâncias de constituição da estrutura: o espaço e tempo delineados num sentido imanente. Uma metáfora para explicar o estruturalismo.

Dessa forma, o que nos interessa fundamentalmente da discussão proposta por Deleuze, é essa tensão constitutiva para o sentido, na medida em que considera a singularidade na construção da metáfora como esse ponto de emergência do imaginário na estrutura. Primeira tensão constitutiva para a significação metafórica.

1.3 - Uma ordem de acontecimento

Um outro autor que nos interessa imensamente é Jacques Rancière, pois a forma como trata o acontecimento coloca questões interessantes para se pensar a historicidade na constituição do sentido.

Em sua obra *Os Nomes da História: um ensaio de poética do saber* (1994), pode-se notar que a preocupação mais evidente é a introdução (ou a reintrodução) da noção de acontecimento nos domínios da constituição do saber da história. Interessa-nos saber fundamentalmente o modo como Rancière pensa a significação na linguagem, na medida em que constrói um quadro de reflexão sobre o acontecimento na história. Procuraremos captar os conceitos e esquemas que operam nesse ponto de inserção do histórico na linguagem pela via do acontecimento, para que possamos ter elementos que nos possibilitem compreender as relações que envolvem sua discussão.

Poder-se-ia dizer então que o autor constrói uma forma de saber o discurso da história fundada em uma maneira de conceber a sua significação: o conceito de “poética do saber”, que podemos recuperar em várias passagens de seu texto, introduz uma forma de compreensão do modo como o discurso da história se estabelece como acontecimento enunciativo, enquanto descreve a “passagem/dispersão de um nome a outro da história: isto é, da “crônica” ou “velha história” para a “nova história” e dessas para a “história das mentalidades”, em suas relações com a ciência ou o seu desejo de verdade. Tal movimento configura-se a partir de “(...) procedimentos de sentido pelos quais se define uma historicidade – quer dizer a possibilidade de que sujeitos em geral façam uma história – e formas de escrita que dão conta dele, inscrevendo-os no gênero de um relato e na figura de uma verdade” (1994, p. 105).

O dispositivo de Rancière, no entanto, não se estabelece como um modelo lingüístico, diretamente aplicável em lingüística, mas seus estudos merecem toda atenção desta disciplina, de forma que se dê operacionalidade a seus conceitos.

Retomemos, então, duas de suas nomeações sobre a história: “Uma história, no sentido ordinário, é uma série de acontecimentos que ocorrem a sujeitos geralmente designados por nomes próprios. (...) Uma história é também, em segundo grau, o relato dessas séries de acontecimentos atribuídos a nomes próprios.” (1994, p. 9)

Entre a ordem d acontecimento e a ordem do relato, Rancière constitui um paradigma de compreensão do discurso da história que tem em conta as conjunções e disjunções que operam no jogo constitutivo de sua enunciação: “Um tal estudo depende do que escolhi chamar uma poética do saber: estudo do conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso se subtrai à literatura, se dá um estatuto de ciência e o significa. A poética do saber se interessa e se lê, se constitui como um gênero de discurso específico.” (p.15)

Ora, o que se evidencia é que Rancière pôde perceber, a partir de seu dispositivo, um funcionamento do discurso que não é próprio apenas da história, mas que modela uma forma de saber uma das questões mais caras à lingüística: a significação.

Seus conceitos de *fala*, *palavra*, *sentido*, *não-sentido*, *verdade* dispõem um quadro conceitual em que opera uma compreensão da linguagem, que pode avançar para as questões que envolvem um estudo da significação na linguagem.

Para entender o que significa uma afirmação de tal natureza tomemos, por exemplo, um dos momentos em que Rancière diz o que é a verdade do acontecimento em história: “Pois é exatamente da verdade que se trata, enquanto a verdade significa mais que a exatidão dos fatos e dos números, a confiabilidade das fontes a o rigor das induções, que ela concerne a modalidade ontológica à qual um discurso se consagra.” (p.58)

E essa formulação sobre a verdade – o sentido – não aparece isolada, isto é, assim como faz com os outros conceitos, Rancière propõe um jogo de oposições “binárias” para

enunciá-la: história e verdade elaboram na descrição autor uma tensão constitutiva capaz de esboçar um jogo de sentidos que vai desde um “desligamento” entre história e verdade (crônica) até uma filiação (história das mentalidades). Tudo isso enunciado em um quadro que privilegia as metáforas do corpo e da voz das palavras: “Não há palavras sem corpo, nomes de nada ou de ninguém.” (p.61) E, ainda: “(...) não há dor que não encontre sua voz. Toda fala perdida é substituída por uma voz que manifesta seu sentido (...) estão aqui resumidas as duas operações que definem a revolução do discurso histórico: uma reserva da fala e um deslocamento de seu corpo.”(p.62)

A história, então, se faz por vozes ausentes silenciadas, cujo silêncio significa. Para Rancière a história se faz num espaço simbólico constituído por “duplos” que definem as suas condições de possibilidade e de impossibilidade.

E, para cada um dos nomes, ou dos modos de funcionamento da história que descreve, Rancière propõe um quadro de ilustrações configurado a partir dos autores que enumera; reunindo desde Tácito a Auerbach, Braudel a Michelet. Este último realiza, para Rancière, uma revolução no paradigma da história, pois dá lugar à heresia, isto é, materializando seu sentido, sua verdade, seu corpo, sua voz:

“Michelet fixa assim a condição de uma história das mentalidades: toda feitiçaria ou toda heresia, toda fantasia ou todo silêncio se deixa conduzir a seu lugar, analisar como mesmo produto de uma mesma força expressiva (...) A heresia deixa-se assim pensar segundo a exata adequação do sentido e do meio.” (pp. 76 e 79)

Michelet, então, constrói um “paradigma republicano-romântico da história”, “uma regulamentação do excesso revolucionário da fala”, um “relato fundador” que trata do acontecimento de que é necessário falar se se quer fundar uma história nova. (pp. 51 e 52)

Desse modo, para Rancière, é o trabalho do historiador no intervalo desse quadro complexo que constituirá o acontecimento, as formas do falar e do fazer da história, seu verdadeiro nome.

De nossa parte, não estamos de modo algum tentando aqui simplificar o modelo de Rancière e propondo aplicabilidade direta em lingüística, estamos sim, tentando formular um lugar de interpretação de seu dispositivo de análise para buscar um modo de dar operatoriedade a esta dimensão discursiva que ele enuncia. Sua discussão sobre as políticas de constituição do corpo foi fundamental para a compreensão das metáforas que aparecem nos artigos que analisaremos na última parte da tese.

1.4 - Um percurso para os saberes sobre a língua

Na tentativa de construir este nosso dispositivo teórico-analítico, remetemos, a partir de agora a um outro autor cuja reflexão nos interessa profundamente. Trata-se de Sylvian Aurox que, em *A Revolução Tecnológica da Gramatização* (1992), chama a atenção para o fato de que a linguagem é e tem história e, logo, encontramos na base da constituição do saber lingüístico um caráter empírico e técnico, desenvolvido desde um ponto de vista histórico. Considerar esta dimensão do processo é o seu propósito. De nossa parte, compreendemos que a questão fundamental de Aurox nesta obra é tratar de mostrar a constituição do saber lingüístico, como realidade histórica, processo de dominação, que se faz, fundamentalmente, pelo trabalho de missionários “(ou exploradores, ou atualmente, os lingüistas)”. (p. 74)

Trabalhar essa espessura histórica da constituição de um saber sobre a linguagem é organizar, (re)construir o passado, pois “sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.” (p. 13) Um trabalho dessa natureza constitui o que o autor chama de *gramatização*:

“Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são, ainda hoje, os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.” (p. 65) A gramatização se faz, então, por revoluções, por rupturas. Nos termos do autor, o advento da escrita no terceiro milênio antes de

nossa era constitui a primeira revolução técnico-lingüística e, a gramatização massiva das línguas do mundo a partir da tradição greco-latina, a segunda. Esta só terminará no século XX e criará, como propõe Aurox, “uma rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa.” (p. 35)

Interessa-nos compreender como o autor formula, na constituição dos sentidos dessa revolução, seus dizeres sobre o que sejam a linguagem, o sujeito e a história, pois de seus dizeres surgiram redes de filiação de sentidos criadoras de condições de observação de regularidades e diferenças importantes no tratamento e no uso das línguas.

A linguagem pode-se explicar na base das descrições e representações da construção do saber lingüístico em suas relações com os saberes sociais desde um ponto de vista histórico. E essa compreensão sobre a natureza e o funcionamento da linguagem se faz, conforme o autor, pelo processo mesmo de gramatização das línguas. Em suas palavras: “*Seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é o nosso objeto.*” (p. 13, já grafado em itálico no original.)

Se a linguagem se reconhece pelo estatuto das línguas e pelos saberes lingüísticos, a alteridade, esse (re)conhecimento da presença do outro na e pela linguagem acontece, inicialmente, a partir de um estatuto filológico e lexicográfico, pois: “(...) o florescimento do saber lingüístico tem sua fonte no fato de que a escrita, *fixando* a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um fato a resolver.”

O historicismo aparece em Aurox como modo de compreensão e tratamento dos fenômenos e noções que foram enumerados. Fundamentalmente, é um modo consistente de compreender a constituição dos saberes sobre a linguagem que coloca o histórico em seus estudos. E esse movimento de trazer a história para os estudos da linguagem não se faz de maneira automática e imediata, mas aponta para uma compreensão e um estudo da constituição dos saberes sociais, para alcançar uma compreensão dos saberes sobre a língua, sem que a linguagem seja reduzida meramente a um meio de expressão de uma estrutura global das relações sociais, e sim, como realidade histórica, pois:

“As causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes lingüísticos são extremamente complexas. Pode-se notar conjuntamente: a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contactos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia.” (p. 28)

A partir desse quadro constituído pelas reflexões anteriores, a partir da reflexão de Deleuze sobre o real, o simbólico e o imaginário e, dos tensores, das formas de resistência que estabelece para a metáfora, gostaria de pensar sobre a constituição de um lugar em que a metáfora faça significar a sua centralidade na atividade de linguagem humana. Para isso, estaremos refletindo sobre o seu funcionamento nos domínios de constituição do conceito de língua no Brasil, no final do século XIX e início do XX.

Gostaria de situar o meu trabalho nesse espaço em que se relaciona o social e o histórico na constituição dos sentidos. Lançar aqui a minha pedra fundamental. Arriscar uma compreensão dos sentidos que fundam a constituição dos saberes sobre a língua no Brasil no período anteriormente referido. Ver a metáfora operando (n)essa significação. Seguir os seus caminhos, em sua materialidade, seus contornos, sua contingência.

Desse modo, na primeira parte do trabalho, nosso esforço será o de verificar como se constrói ao longo do tempo a relativa identidade que existe com relação ao conceito de metáfora diante de seu pertencimento a vários sistemas, a sua filiação problemática, enfim. Em seguida, buscaremos uma compreensão para essa materialidade que se revela sob a forma de efeitos de sentido no processo metafórico. Veremos que há toda uma materialidade que se revela pela memória trazida por esse processo. Será essa a interrogação fundamental da primeira parte do trabalho.

A grande empreita desse trabalho será então a de compreender a constituição dos sentidos da língua nacional, a partir do discurso da imprensa republicana entre fins do século XIX e início do XX, e buscando verificar suas relações com a forma como se compreende o que

sejam a escola e o sujeito nacional também será a de constituir um conceito de metáfora que trabalhe a discursividade. Afinal: “La métaphore aussi mérite qu’ on se batte pour elle”.¹⁹

¹⁹ Este belo enunciado de Milan Kundera aparece citado em obras de, pelo menos, dois autores que tivemos oportunidade de ler. Trata-se de Nanine Charbonnel e de Michel Pêcheux. Em Charbonnel, a frase aparece citada duas vezes no interior da obra *Les aventures de la métaphore* (Strasbourg, Presses Universitaires de Strasbourg, 1991: pp. 23 e 246) e, em seguida, logo no início de um artigo seu mais recente, publicado em um trabalho conjunto intitulado *La métaphore entre philosophie et rhétorique* (Charbonnel, N. et Kleiber, G., Paris, Presses Universitaires de France, 1999, “Ouverture à deux voix” p.1) . Já em Pêcheux, o enunciado aparece como título da primeira parte do trabalho (Gadet, F. e Pêcheux, M. *La langue introuvable*. Paris, Maspero, 1981). Essas obras serão retomadas no interior deste trabalho, não só pelo valor da “briga” que propõem, mas pelo valor de seus estudos.

II – A CONSTITUIÇÃO DE UM LUGAR PARA A METÁFORA

II – A constituição de um lugar para a metáfora

A metáfora é sedutora. Propõe jogos de sentidos, descreve oposições/dualidades, oferece contrastes: presença/ausência, identidade/diferença, analogia/semelhança, substituição/troca, transporte/transferência são alguns dentre os múltiplos conceitos mobilizados pelas teorias que tentam explicar este fato de linguagem. Tais conceitos podem pertencer a vários domínios distintos, a vários campos de saber, como mostraremos nesta parte do trabalho.

O interesse pela metáfora – não só para afirmá-la, como rejeitá-la – divide posições nos campos da retórica, filosofia, lingüística, história, antropologia, educação, psicanálise, entre outros. E isso se pensamos só nas ciências humanas. Cada um reclama as suas evidências e as suas estabilidades. Assim, a metáfora está por todos os lugares. Muitos se interessam pelo metafórico, pelos seus sentidos, pelo outro sentido. E é esta a sua grande questão: é interessante, justamente pelo fato de que nos coloca em confronto direto com o que seja o outro, o “obscuro objeto” de nossas representações, de nossos desejos. Mas como atingir este objeto? Como alcançá-lo em sua multiplicidade, em seus sentidos, ora tão velados, ora tão difusos?

Das leituras empreendidas até o momento, percebe-se um eixo de constituição para esta noção, isto é, um funcionamento tal que, entre retórica e filosofia, entre literatura e linguagem, entre ciência e história, a metáfora permanece uma: sentido transportado, desviado de seu percurso original.

Não tentaremos aqui explicar este fenômeno, ao contrário, nossa tentativa será primeiramente guiada por um esforço de compreensão de seus sentidos em seus percursos de constituição. E, em um segundo momento, tentaremos mostrar como o desvio, o delito, a incongruência são constitutivos da ordem de sentidos que irrompem com o processo metafórico.

Em outras palavras, a tentativa será a de compreender o desvio como constitutivo da “explosão de sentidos” que o próprio processo inaugura e faz funcionar. Portanto, toda a questão está em compreender este funcionamento.

Para nós, o grande eixo que permite alcançar a metáfora como processo e não como figura (produto, estabilidade), como verificaremos no decorrer do trabalho, é uma compreensão enunciativa e discursiva da metáfora, que, em termos gerais, possibilita que se “escutem” alguns pontos sensíveis de sua constituição.

Assim, inicialmente, pretendemos retrair parte do percurso de estudos sobre o assunto, buscando apontar, no conjunto de cada teoria, as vias que se abrem para esse fato de linguagem, lembrando sempre que não nos interessa procurar explicar os mistérios da significação metafórica, mas explicitá-los, dizê-los de uma outra maneira. A partir daí, todas as portas estarão abertas...

2.1 - Um pensamento clássico

Os estudos sobre a metáfora têm uma longa história. Podemos dizer que se iniciam com Aristóteles cujas reflexões têm sido o ponto de partida para grande parte dos trabalhos posteriores, pois o autor funda uma história de reflexão do sentido metafórico, a ponto de se afirmar sobre isso, como faz Jacques Derrida que : “Il y a un code ou un programme- une rhétorique, si l’on veut – pour tout discours sur la métaphore: suivant l’usage, il faut *en premier lieu* rappeler la définition aristotélicienne, du moins celle de la *Poétique* (...).”²⁰

Desse modo, o que este esforço de compreensão tem-nos evidenciado é que existem, desde o paradigma de explicação aristotélico até algumas abordagens mais recentes sobre assunto, duas maneiras bem marcadas de pensar a metáfora; uma que a vê como um desvio

²⁰ Derrida, “La mythologie Blanche (1971), sublinhado no texto; citado por Charbonnel (1991: 31)

de um sentido anterior, já estabelecido ou fixado das palavras; outra que a concebe não como sentido que desvia, mas como sentido conotado, transformado.

Cada uma dessas concepções implica diferentes formas de pensar as relações de linguagem. Mas o que têm em comum é o modo de classificar a metáfora: é vista como “sentido figurado” (desviado, transportado), sempre em oposição ao “sentido literal”. Daí dizermos, logo no início do capítulo, que a metáfora permanece “uma”.

Estamos propondo, pois, a problematização de toda esta maneira de ver e pensar esse fato de linguagem. Nossa reflexão se encaminhará no sentido de lançar-lhe um outro olhar, considerando-o como um processo enunciativo-discursivo, característico da produção de sentidos na linguagem.

Portanto, se é nosso interesse compreender a metáfora como processo de significação, faz-se preciso refazer parte de seus movimentos no tempo. Buscaremos, de modo geral, empreender uma revisão de alguns modelos teóricos que a descrevem, na medida em que tentamos produzir um deslocamento de reflexão.²¹

Aristóteles

Em Aristóteles e em muitas teorias posteriores sobre a metáfora, o que se percebe é que ela é tratada como um movimento de palavra para palavra:

“A metáfora é a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia.” (*Poética*, XXI, 7, 304)

²¹ Parte das teorias aqui apresentadas está sendo retomada, com algumas alterações, de nosso trabalho anterior “Por uma abordagem discursiva da metáfora”, dissertação de mestrado, defendida na UNICAMP, em 28 de junho de 1996.

Cabe aqui registrar que Paul Ricoeur, em nota da obra *A metáfora viva* (1983:269), apresenta uma reserva quanto ao emprego da palavra *analogia* no quadro das teorias que tratam da metáfora. Isso talvez contribua para a compreensão do sentido de analogia em Aristóteles: “A palavra analogia deve ser reservada para exprimir a analogia aristotélica ou *relação proporcional a quatro termos* (sobre a qual se edifica a metáfora por analogia que é uma transferência cruzada entre o segundo e o quarto termo da relação proporcional (...).” (grifos nossos)

Esboça-se, a partir de Aristóteles, um dos grandes paradigmas de explicação da metáfora, compreendido pela sua descrição dentro de uma relação de substituição de sentidos, que mantêm entre si uma relação de semelhança. De modo geral, a metáfora é o resultado de uma transposição do “sentido próprio” entre duas palavras através da analogia.

Dentro do modelo aristotélico existe uma distinção entre o “sentido próprio” e o “sentido metafórico” da palavra. O primeiro estaria associado à idéia de “originário”, isto é, a “coisa” (o objeto) e seu nome se identificam de tal forma que é como se estivessem na origem um do outro. Isso nasce dentro de uma concepção de linguagem em que ela é o espelho do pensamento: “Tudo quanto se exprime pela linguagem é do domínio do pensamento.” (*Poética*, XIX, 3, 301)

Desse modo, podemos verificar que, em Aristóteles, as palavras têm uma relação direta com os objetos e com o pensamento. Sua concepção de metáfora se estabelece, então, a partir de um movimento de substituição de sentido entre palavras. Essa noção de movimento, de transposição se intensifica através de um outro conceito, que se associa ao processo de construção da metáfora. A metáfora é um desvio a um uso já estabelecido das palavras: “Desviar uma palavra de seu sentido ordinário permite dar ao estilo maior dignidade.” (*Retórica*, II, 3, 189)

Então, para Aristóteles, o sentido metafórico se constitui a partir desse movimento de desvio de um sentido próprio, ou originário das palavras, para um outro sentido,

que se dá dentro do paradigma da semelhança. E, ainda, reconhece-se, que este movimento de transposição se fez apropriadamente, se se percebe a condição de “enigma” da metáfora:

“De um modo geral, de enigmas bem feitos é possível extrair metáforas apropriadas, porque as metáforas são enigmas velados e nisso se reconhece que a transposição de sentido foi bem sucedida.” (*Retórica*, II, 12, 192)

Podemos dizer que esta condição de enigma que Aristóteles propõe para a metáfora permite que se alcance uma distinção mais ampla entre esta e a própria comparação aristotélicas, pois, dentro de seu quadro teórico, a fronteira entre estes dois termos é muito frágil²². Assim, conforme o autor, o que difere a metáfora da comparação é que a primeira se faz diante da ausência de um termo de comparação (“x é y”) e a segunda se faz pela presença desse (“x é como y”):

“A imagem é igualmente uma metáfora, entre uma e outra a diferença é pequena. Quando Homero diz de Aquiles “que se atirou como um leão”, é uma imagem; mas quando diz: “Êste leão atirou-se”, é uma metáfora. Como o leão e o herói são ambos corajosos, por uma transposição Homero qualificou Aquiles de leão.” (*Retórica*, IV, 1, 197)

Existem, ainda, duas outras qualidades fundamentais que se verificam na metáfora aristotélica. Uma delas é a “clareza”, que atribui tanto ao estilo oratório quanto ao poético.

²² Aristóteles trata da diferença entre os pólos de formação do sentido metafórico. Encontramos em um autor francês uma discussão interessante sobre esta questão. Trata-se de Henri Morier, que no seu *Dictionnaire de poétique et de rhétorique* (1961), traz no item 14 (“Distance, tension et cohérence, pp. 705 a 710) do verbete “métaphore”, algumas considerações sobre esta relação entre as duas “figuras”, a metáfora e o enigma, que reproduziremos em seguida. Segundo o autor, poder-se-ia dizer que existe uma “distância metafórica”, ou seja, uma diferença de sentido maior ou menor que separa os pólos da metáfora: “On pourrait parler d’une distance métaphorique égale à zero: ce serait l’intersection de deux synonymes. (...) Plus les rapports (entendez: confrontées) seront lointains et justes, plus l’image sera forte – plus elle aura de puissance émotive et de réalité poétique.” Dessa forma, para Morier, na elaboração da metáfora, quanto maior o desvio na formação do sentido metafórico, mais difícil será recuperar o “caminho de volta”, e mais confuso será o resultado das associações: “Si la métaphore proprement dite est un raccourci, l’énigme est un développement. La métaphore ne voile qu’à demi, contrairement à l’énigme”. Assim, do enigma à metáfora, nós estamos sempre dentro do mesmo universo de relações de sentido, sendo que a diferença se faz pela direção do desvio, isto é quanto maior o desvio, maior a probabilidade para o enigma.

Conforme o autor, a metáfora contribui para dar ao pensamento clareza e, além disso, faz com que se marque o seu produtor; pois nos termos de Aristóteles, a metáfora seria o meio que mais contribui para dar ao pensamento clareza e, dessa forma, não seria possível tomá-la de outra pessoa (cf. *Retórica*, II, 8, 190).

Essa seria, junto com a qualidade de “ornamento”, a marca da subjetividade na construção da metáfora do modelo aristotélico. A metáfora colocaria, então, um problema de subjetividade, isto é, existe uma singularidade histórica para cada enunciado metafórico²³. Quanto à característica de ornamento, está presente no modelo aristotélico e, em muitos outros que o seguiram, isto é, conforme Aristóteles, a metáfora funciona apenas como algo que embeleza o discurso, sem oferecer nenhuma “informação”.

Pudemos perceber que, para a teoria aristotélica, parte do que se diz sobre a condição de ornamento da metáfora pode ser considerada como verdadeira, e, a outra parte não. Assim, vemos, em um primeiro momento, a metáfora ser considerada uma figura de ornamento, mas quanto ao conteúdo cognitivo, aproveitemos o que diz o próprio Aristóteles em outro lugar:

“É naturalmente agradável a todos aprender sem dificuldade; ora, as palavras têm uma significação; por conseguinte, as mais agradáveis das palavras são as que nos trazem algum conhecimento. Mas as palavras obsoletas nos são desconhecidas; ao passo que conhecemos os termos próprios. Êste efeito é muito particularmente produzido pela metáfora. Quando nos dizem que a velhice é como um cômlo; fornecem-nos um conhecimento e uma noção pelo gênero: velhice e cômlo, ambos perderam a flor.” (*Retórica*, X, 2, 213)

Essa asserção de Aristóteles nos faz refletir sobre toda a constituição do processo metafórico. Fundamentalmente sobre o que a metáfora nos ensina a respeito da linguagem e de seu funcionamento. Aristóteles propõe uma relação muito forte entre ornamento, virtude e conhecimento; isso permite que passemos a ver a metáfora como um processo de linguagem, que coloca um problema de subjetividade.

²³ Voltaremos repetidas vezes a esta questão no decorrer do trabalho. Para nós, está firmada aí a base de uma compreensão discursiva-enunciativa do processo metafórico.

Basicamente: qual o grande deslocamento que se produz quando se pensa a metáfora como uma relação própria de produção de sentidos da linguagem? Esta será uma dentre tantas outras perguntas, que tentaremos responder, percorrendo os seus caminhos.

2.2 - *Um pensamento moderno*

Dumarsais

As figuras ou tropos estão no centro da reflexão gramatical de Dumarsais, que as examina no seu tratado *Des Tropes ou des différents sens*, ou nos seus artigos da *Encyclopédie*.

Assim, segundo Douay-Soublin, que faz a apresentação, as notas e a tradução da edição a que tivemos acesso, não seria nada excessivo reconhecer no tratamento dado por Dumarsais às figuras de significação já um papel fundamental para o nascimento da semântica :

“L’ouvrage clef est ici *La Sémiotique des Encyclopedistes* (1979) où Sylvain Auroux montre clairement comment, en intégrant le principe de la dissociation entre l’observable et sa théorie, l’espace du signe hérité de Port-Royal et l’associationnisme lockien, les *Tropes* de Dumarsais d’une part, les *Synonymes* de l’abbé Girard d’autre part, concourent à poser fermement en principe – soutenus en cela par d’Alembert et Beauzée qu’en dépit des «glissements de sens” attestés dans le discours et dus à la nature même de notre esprit qui procède par associations d’idées, le “vrai sens” que chacun des mots de la langue détient «en propre» est, en droit, unique, la théorie sémantique naissant précisément de cette tension entre la définition stricte d’un mot dans la langue et la large gamme de ses emplois dans le discours, ou pour reprendre les termes mêmes de Dumarsais au début du traité *Des tropes* : “Il est du ressort de la Grammaire de faire entendre la véritable *signification* des mots et en quel *sens* ils sont employés dans le discours. ” (1988:11 e 12)

Então, o tropo para Dumarsais é um fato de discurso, mas que não tem outra existência que não seja fora da gramática, fora da língua. É então definido como uma figura de palavra, a partir da qual “(...) on fait prendre une mot une signification qui n’est pas précisément la signification propre de ce mot (...)” (1988:69)

O autor divide a gramática em sete partes e, a sétima, é a parte dedicada ao conhecimento dos diferentes sentidos a partir dos quais uma mesma palavra é empregada numa mesma língua. Assim, para Dumarsais, o conhecimento desses diferentes sentidos é necessário para uma verdadeira compreensão das palavras como signos de nossos pensamentos, por isso considera que um tratado sobre esse assunto pertença à gramática e que “não há a necessidade de se esperar que as crianças passem sete a oito anos estudando Latim, para lhes ensinar o que é o sentido próprio e o sentido figurado, e o que se compreende por metáfora ou por metonímia.” (1988:58)

Dumarsais tem uma larga experiência como preceptor. Entre os anos de 1704 a 1715 e 1720 a 1731, cuida da educação dos filhos de figuras ilustres da vida pública francesa. Pedagogicamente, tem interesse que seu aluno, ao aprender Latim, seja apto a responder a nove questões, “a propósito de qualquer palavra ou texto”. Para se ter uma idéia desse funcionamento, trancreveremos algumas destas questões, chamando a atenção para as duas últimas, relativas à significação:

I. “De quelle partie de la proposition est ce mot-là ? Est-il du sujet ou de l’attribut ? ”

II. “De quelle sorte de mot est ce mot-là ? *Quae Pars (orationis)* Est-ce un nom, un verbe, etc. ? ”

(...)

VIII. “Ce mot est-il pris dans le sens propre ou dans le sens figuré ? ”

IX. “Ce mot marque-t-il un objet réel, ou n’est-il qu’un terme abstrait, et un nom métaphysique et d’imitation ? ” (1988:42)

Desse modo, vemos a importância que Dumarsais atribui para a relação conhecimento gramatical-conhecimento “semântico”, uma vez que, para ele, “il n’y a rien de si naturel, de si ordinaire, de si commun que les figures dans le langage des hommes.” (1988:72)

Isso acontece porque, para Dumarsais, o sentido figurado funciona como algo que faz parte da “vontade” do locutor na expressão de suas idéias, de seus enunciados. Catherine Détrie (2001:45) chama a atenção para isso, quando comenta que, para Dumarsais, (...)“le choix du trope correspond de la part du locuteur à une volonté d’adéquation maximale entre la volonté de dire et de la façon dont il le dit.” Isto é, ainda como propõe a autora, o efeito do tropo em Dumarsais é o de revelar uma idéia principal, por meio de qualquer outra idéia acessória, de dar “mais energia” às nossas expressões, de “ornamentar o discurso” e de “torná-lo mais nobre”, enfim o tropo permite de enriquecer a língua, “multiplicando o uso de uma mesma palavra”.

Assim, veremos que na definição da metáfora, não só para Dumarsais, como para a maior parte dos autores que estamos tratando, há sempre um “jogo cognitivo”, que está posto em questão, algo como uma vontade, um desejo, um controle de si, e uma intencionalidade que regem todas as escolhas e todos os usos dos tropos, das figuras de significação. Ao contrário disso, o que estamos buscando, nesse nosso deslocamento, não é o intencional na constituição do processo metafórico. Mas todas as suas relações com o sujeito (não o pronto, mas o que se faz no processo), a exterioridade, com a história em sua constituição.

Dumarsais propõe a seguinte definição para a metáfora:

“La métaphore est une figure par laquelle on transporte, pour ainsi dire, la signification propre d’un mot à une autre signification qui ne lui convient qu’en vertu d’une comparaison qui est dans l’esprit. Un mot pris dans un sens métaphorique perd sa signification propre, et prend une nouvelle qui ne se présente à l’esprit que par la comparaison que l’on fait entre le sens propre de ce mot, et ce qu’on lui compare.” (1988:135)

De certa maneira, para o autor, o sentido próprio recobre o literal, que é sempre o sentido primeiro da palavra e, o sentido espiritual, estaria ligado ao literal, na medida em que todo o transporte (de um sentido a outro) se faz por uma comparação que está no espírito, numa “vontade” individual. Há um engendramento que existe entre sentidos que estão garantidos na língua e um desejo do locutor. Isso faz com que Détrie (idem) afirme que a contribuição fundamental de Dumarsais seja esta de colocar precisamente o papel do sujeito falante na emergência do fato metafórico :

“(...) la métaphore n’a d’existence que par la volonté d’un sujet parlant de travailler la signification d’un mot et de la modifier en fonction “d’une comparaison qui est dans l’esprit de celui” qui sollicite une expression métaphorique. Il enrichit ensuite sa réflexion en mettant en relief le rôle de la syntaxe dans le fait métaphorique. Ces deux points n’avaient pas été précisément envisagés avant lui. ” (2001:48)

Mas resta ainda, na perspectiva de Dumarsais, um caráter de transporte de sentido para a metáfora, isto é, para ele, a metáfora é descrita em termos de uma transferência de significação, que se faz no “espírito” do locutor.

Por sua vez, Fontanier, ao construir seu quadro de referência sobre o assunto, irá retomar várias distinções de Dumarsais, mas oferecerá à metáfora um outro tratamento, em que este fato é apreendido por uma relação de semelhança entre duas entidades lexicais. Assim, como veremos, o critério para a sua existência é o da relação entre palavras, que se faz a partir de uma substituição por semelhança e não por transporte de sentido. Mas, antes de introduzirmos as considerações desse autor, retomemos a discussão de Aurox (1979)²⁴, fundamental para que se compreenda o paradigma de reflexão sobre a metáfora, inaugurado pelo pensamento de Dumarsais. No capítulo em que trata de “L’objet langue” (241), na parte em que discute a “Expression figurée” (278), o autor considera que os Tropos (*Tropes*) desempenham papel basilar na constituição do objeto língua, na teoria lingüística das *Lumières*: uma teoria que dá lugar “à des demarches qui sont, par essence linguistiquement opaques” (278). Pois o Tropo concerne ao

²⁴ *La sémiotique des Encyclopedistes*, anteriormente citada.

vocabulário e à significação (*concerne le vocabulaire et la signification*, 278), é um procedimento metalingüístico (*est donc un procede metalinguistique*, 279), constitui uma rede de associações (*c'est une chaîne d'associations*, 279). Dumarsais réduit à trois les principaux types d'association possibles entre les idées, la liaison, la ressemblance et le contraste.” (279)

Auroux faz uma distinção entre o sentido literal e o sentido próprio, para dizer que a teoria dos Tropos repousa sobre uma diferenciação entre o último, isto é, o sentido próprio e o figurado, e não entre o literal e o figurado, como propõe todo o tratamento clássico da noção de figura. Assim, em Auroux, a distinção é feita a partir do que propõe Dumarsais: “Le sens propre d'un mot, c'est la première signification de ce mot. Um mot est pris dans le sens propre lorsqu'il signifie ce pourquoi il a été premièrement établi.” (Dumarsais, Tropes, I, 6 apud Auroux, 1979:280).

A distinção entre literal e próprio se faz na medida em que o sentido literal se define, ainda para Dumarsais, como a significação que a palavra apresenta *imediatamente* ao espírito daquele que conhece a língua. Haveria então uma relação constitutiva entre o literal e o próprio, algo como se o primeiro fosse uma significação que passasse necessariamente pelo locutor e o segundo dissesse respeito ao sentido lexicalizado, na medida em que a anterioridade (a literaridade) se faria no “espírito” do falante, sujeito legitimador dos sentidos da língua. O “constitutivo”, nesse caso, designaria, então, não uma constituição dada, mas um processo de instauração. Em suas palavras:

“Au XVIIIe siècle, la théorie des Tropes n'appartient pas seulement à la rhétorique; au reste c'est à la grammaire que Du Marsais la rattache. Caractérisée par sa connexion avec une problématique de l'origine des langues (c'est-à-dire par son insertion dans la sémiotique) et par son rapport avec la réalité linguistique, c'est à quelque chose comme une *sémantique générale* qu'il faut la comparer. Loin d'être assignée à la explication d'un Seul champ de phénomènes, la théorie fonctionne à plusieurs niveaux, elle a des multiples rapports avec l'étude génétique du langage, comme avec la traduction. De là vient son intérêt, mais aussi ses ambiguïtés et ses difficultés.

C'est la notion de sens propre qui rattache la théorie à la problématique de l'origine: il n'en faut pas conclure pour autant qu'elle en est un simple élément. Disons plutôt qu'il s'agit d'une théorie relativement autonome ou des hypothèses spécifiques font référence à la manière dont la gènese offre le langage à la pensée conceptuelle." (1988:282)

Esta hipótese de Dumarsais sobre a representação do problema da origem na teoria das figuras apresenta, segundo Auroux, uma formulação da *teoria da significação*. Pois, ainda conforme o autor, suas hipóteses voltam a conceber em toda língua a existência de um conjunto de ligações sons-idéias, a partir das quais todos os fenômenos semânticos podem ser explicados relativamente à teoria das figuras; assim, a teoria dos Tropos estaria construída de tal maneira em Dumarsais, que só valeria se pudesse ser explicada a partir desses princípios.

Vemos então Dumarsais avançar questões da ordem e do funcionamento da linguagem e das línguas. Sabemos que estas questões são trazidas por outras teorias, não pelas mesmas vias, mas por vias que se resvalam e se tocam, por pontos de sentido (o efeito metafórico de Pêcheux, os eixos metafórico e metonímico de Jakobson e de Milner) e, por que não, de não-sentido (o nonsense de Lacan), por pontos instauradores das questões da significação, que trazem consigo múltiplos usos e múltiplas potencialidades passíveis de inúmeros enriquecimentos para o que envolve a conhecida fórmula "qualquer coisa colocada no lugar de uma outra".

Voltando então à problemática da origem, retomemos um trecho de Auroux, em que o autor mostra como Dumarsais a formula quando trata de outra figura, a catacrese: "Parmi les figures reconnues par les Lumières, il en est une dont l'analyse est susceptible de faire comprendre aux mieux les rapports de la théorie des Tropes à la problématique de l'origine; c'est la cacatachrèse." (283) Dumarsais (II,21 apud Auroux 1979:283-nota131) afirma que a catacrese é a primeira espécie de metáfora, porque servimo-nos dela para suprir os termos que faltam à língua: "Les Tropes qui n'ont pas pour fonction remplacer un autre mot ont pour essence, sinon d'être toujours obligatoires dans la langue, du moins de correspondre à un usage constant. Leur admission parmi les figures est caractéristique du XVIIIe siècle. Fontanier revendiquera comme un progrès décisif de sa définition des *figures du discours*, le rejet des Tropes nécessaires, c'est-à-dire des catachrèses. (283 e 284, grifos do autor)

“Tropos necessários”, efeitos de sentido da figura na busca incessante da(s) origem(ns) do/no processo de significação, efeitos que passam necessariamente, em Dumarsais, pela gramática (da língua), pois ainda como explicita Auroux, no século XVIII, a teoria dos Tropos não faz parte somente de tratados retóricos, mas é à gramática que o autor a relaciona: “Loin d’être assignée à l’explication d’un seul champ de phénomènes, la théorie fonctionne à plusieurs niveaux, elle a des multiples rapporters avec l’étude génétique du langage, comme avec la traduction.” (282) E, mais para frente, Auroux assinala que este ponto de vista genético traz explicitamente na teoria das figuras a “marca” de uma singularidade acontecimental (singularité événementielle), mas de um acontecimento em língua, porque fundamentaria a ligação contingente de um som e de uma idéia, isto é, a marca da origem.

Assim, para Auroux, ao arbitrário da teoria da significação, a teoria dos Tropos inclui algo como se fosse um contraditório fundador das relações de significação, isto é, um *arbitrário semântico*, de forma que, pela via das *Lumières*, dizer que uma palavra ou uma expressão muda de sentido, significa dizer que ela *designa uma idéia que não é a sua significação*, seu sentido próprio. Enfim, qualquer que seja a situação, a teoria das figuras limita os efeitos do arbitrário semântico que ela permite descrever, a partir do que o autor chama de “efeito de sentido da figura”, produzido com base nas relações entre designação, tradução e paráfrase, operações que preservariam esse arbitrário semântico:

“Du moment qu’on admet l’universalité des idées, comme représentations du monde et comme significations du langage, cette équivalence est préservée lors de la traduction. Soit qu’une expression manque et qu’on la rende par une paraphrase, soit qu’on traduise le sens propre d’un terme par l’emploi figuré d’un terme qui n’a pas le même sens propre, le Trope préserve em chaque cas l’identité de ce dont on parle. (...) La traduction est doublement concernée par cet effet de sens; d’un côté elle doit l’assigner tel qu’en lui-même, de l’autre elle doit le traduire.” (1088: 286 e 287)

E, ainda, conforme o autor: “Une conclusion s’impose immédiatement: la traduction met en évidence une scission fondamentale entre *figuration* et *signification*. Nous nommons signification d’une expression une idée qui comme *b* est désignée par cette expression

à la suite d'un processus de figuration." (...) Dans une langue donnée, les figures sont différentes façons de présenter une même pensée qui lui confèrent des qualités adjacentes. Dans des langues différentes, les différences de figuration, c'est-à-dire l'arbitraire sémantique, sont également différentes façons de présenter le savoir vrai du monde, qui donnent à ces langues leur visage particulier et leurs qualités propres. Plutôt que de relier l'arbitraire sémantique catastrophique de visions différentes du monde, les Lumières préfèrent en limiter l'effet: l'arbitraire demeure l'accidentel et l'accessoire, contingence irréductible qui, constituant *l'esprit ou le génie* de chaque peuple, exprime pourtant une même raison universelle sous de teintes différentes. (...) Les figures ne sont pourtant pas sans effet sur la connaissance." (1988: 288 e 289)

"Uma mesma razão universal a partir de tintas diferentes" ou "uma mesma razão universal pintada por tintas diferentes", um belo enunciado produzido por Auroux, que traz toda a força das questões que envolvem a significação do processo metafórico. Questões anunciadas e desenvolvidas por Dumarsais, pelas Lumières, das quais estamos aqui, tentando tocar esses pontos sensíveis, para, mais uma vez, tentar mostrar como o processo vai muito mais além da questão do desvio, do afastamento desses caminhos constitutivos das relações de linguagem.

Busquemos agora as definições de Fontanier, que embora não se façam na mesma direção de Dumarsais, colocam uma maneira de pensar bastante completa sobre os procedimentos que envolvem a construção de um quadro teórico sobre a metáfora e as outras "figuras".

Pierre Fontanier

Gérard Genette, na Introdução às *Figuras do Discurso*, de Pierre Fontanier (1977), diz, logo de início, que o grande propósito do autor era o de, por um lado, executar o vasto projeto de um tratado geral das figuras, tendo em conta o progresso da "gramática filosófica" e, por outro, suplantando a obra clássica de Dumarsais, admirada universalmente desde a sua publicação em 1730, mas "obéré de certains défauts graves et de toutes manières borné a une

espèce de figures.” (1977:5) E, ao lermos o texto, isso fica muito claro, pois vários são os momentos que recuperamos, no interior da obra, severas críticas aos “esquecimentos”, às omissões e às incompreensões de Dumarsais. Mas como a história das idéias se faz a partir de discussões, confusões e mal-entendidos, vemos como o embate produzido entre os dois autores traz grandes contribuições para o estudo da significação na linguagem.

Fontanier tem o mérito de produzir uma distinção exaustiva entre as figuras do discurso, construindo, nas palavras de Gérard Genette, o monumento mais expressivo e mais acabado da retórica francesa. A classificação do que o autor chamará de “tropos não-figuras” constitui também uma de suas grandes intuições. Sentidos novos que revelam certas necessidades da língua.

Assim, podemos dizer que, em termos gerais, o esforço de Fontanier é o de produzir uma distinção no discurso (ou “langage de la parole” – *Préface*, 1977:25) entre o que seja de uma parte as figuras e os tropos e, de outra, os tropos não-figuras.

Na verdade, o que o autor procura fazer, logo de início, é uma crítica aos trabalhos de Dumarsais, que, segundo ele, estabeleceu uma série de mal-entendidos, a partir de algumas indistinções sobre o eixo do sentido. Por exemplo, segundo Fontanier, Dumarsais tem por sinônimos sentido “próprio” e sentido “original” (primeiro). Dumarsais afirma o seguinte:

“Le sens propre d’un mot, c’est la première signification du mot. Un mot est pris dans le sens propre, lorsqu’il signifie ce pourquoi il a été premièrement établi (...).” (1988:73)

Fontanier irá reestabelecer esta oposição com base em outra, isto é, no que considera sentido “objetivo” (*sens objectif*), sentido “literal” (*sens littéral*) e sentido “espiritual” (*sens spirituel*). Seguem as definições:

Para o sentido “objetivo”, afirma-se o seguinte: “Le *sens objectif* de la Proposition est celui qu’elle a relativement à l’objet sur lequel elle roule. Il peut être de bien des espèces.

1°) *Substantif* ou *adjectif*. *Substantif*, quand un mot qui n'est pas un nom se trouve employé substantivement: *Le vrai seul est aimable : rire du malheur d'autrui est une chose indigne*. *Adjectif*, quand, au contraire, un nom se trouve employé adjectivement: *Le singe est toujours singe : Un père est toujours père : C'est un Caton, un Aristide.*"

2°) *Actif* ou *passif*, mais jamais *neutre*, quoi qu'en dise Dumarsais." (1977:56)

Fontanier enumera mais três outros tipos de sentido objetivo, como "coletivo" ("*collectif*") e "geral" ("*général*"), ou distributivo ("*distributif*") e particular ("*particulier*"), mas o que interessa nessa distinção é o fato do autor deixar marcada sempre uma posição numa direção contrária ao que afirma Dumarsais, como fez, por exemplo, no segundo enunciado, que acima transcrevemos.

Sentido literal: "Le *sens littéral* est celui qui tient aux mots pris à la lettre, aux mots entendus selon leur acception dans l'usage ordinaire: c'est par conséquent, celui qui se présente immédiatement à l'esprit de ceux qui entendent la langue." (1977:57)

Sentido Espiritual: "Le *sens spirituel*, *sens détourné* ou *figuré* d'un assemblage de mots, est celui que le *sens littéral* fait naître dans l'esprit par les circonstances du discours, par le ton de la voix, ou par la liaison des idées exprimées avec celles qui ne les sont pas. Il s'appelle *spirituel*, parce qu'il est tout de l'esprit, s'il faut le dire, et que c'est l'esprit qui le forme ou le trouve à l'aide du *sens littéral*. Il n'existe pas pour celui qui prend tout à la lettre, pour celui qui ne sait pas que *la lettre tue* et que *l'esprit vivifie*." (1977:59)

Assim, o autor redescreve a identidade próprio/originário, com base em outra identidade, isto é, a identidade próprio/espiritual, passando esta última, por uma "ajuda" ("à l'aide") do sentido literal.

A distinção entre figuras e tropos não-figuras está garantida, por sua vez, segundo Fontanier, por um "princípio fundamental", o "sentido por extensão"; assim, os tropos não-figuras são as palavras tomadas no sentido extensivo:

“Le Journal des Savans, dans un article aussi profond qu’étendu, où il m’a fait l’honneur d’entrer avec moi en discussion sur plusieurs points importants, a déclaré positivement que, s’il fallait admettre ce *sens par extension*, intermédiaire entre le *sens propre primitif* et le *sens figuré* dont je fais contre Dumarsais un principe fondamental, il y avait dans tout ma doctrine une telle cohérence et une telle unité, qu’on ne pouvait se dispenser de l’admettre aussi dans toute son étendue.” (Préface, 1977:26)

Mais adiante, à página 58, define o sentido extensivo como um novo sentido que a palavra adquiriu, como uma “necessidade da língua”, o que fez com que ela se tornasse o signo próprio de uma nova idéia:

“(…) comme lorsque *feuille*, par exemple, a été employé par analogie à désigner le papier, l’or, l’étain ou le cuivre, aplatis et coupés en forme mince et légère. Le *sens étendu* est celui qui s’entend d’un plus grand nombre d’êtres ou de choses que le mot n’en désigne, sinon ordinairement, du moins assez souvent dans un sens plus *restreint*.” (...) le *sens extensif* peut quelquefois n’être qu’un *sens restreint*, comme en voici des exemples: *Cap* du latin *caput* a signifié primitivement en français la même chose qu’en latin, c’est-à-dire, la tête d’un homme ou d’un animal, et ce n’est que par *extension* qu’il a signifié ensuite une pointe de terre ou de rocher élevée et avancée dans la mer en forme de *tête*.” .

Então, se tropos não-figuras são as palavras tomadas no seu “sentido extensivo”, isto descreveria algo que ele chama de uma “necessidade da língua”, ou seja, são os tropos que aparecem para “(...) suppléer aux mots qui manquent à la langue pour certaines idées (...)” (1977:57). A esta necessidade (da língua) que cria os tropos não-figuras, como a catacrese, por exemplo, Fontanier distingue a “escolha” (do locutor), origem das figuras. E as figuras nascem para que as idéias sejam apresentadas a partir de imagens mais vivas e mais chocantes do que as que trazem as palavras em seus sentidos próprios.

Dessa maneira, Fontanier oferece uma rigorosa sistematização das figuras do discurso, classificando-as, em um primeiro momento, em “Figuras de Pensamento” e “Figuras de Palavras”. Para o autor, o que a sua obra deveria oferecer era uma verdadeira “Teoria dos

Tropos”, um sistema “racional e filosófico”, no qual “tous les détails fussent assortis et liés entre eux de manière à ne former, par leur ensemble, qu’un même tout; un système, par conséquent, où loin de ne voir les Tropes qu’un à un, et en quelque sorte isolément les uns des autres, on en vît toute la généalogie, et jusqu’aux rapports les plus généraux, comme jusqu’aux différences les plus particulières et les plus distinctives.” (*Préface*, 1977:28)

De certa forma, o objetivo de Fontanier era, como dissemos anteriormente, o de suplantando a obra de Dumarsais, tão divulgada e tão respeitada desde a sua aparição em 1730. O que não podemos deixar de observar, a partir de agora, é que tanto uma como outra foram concebidas inicialmente, com uma preocupação especificamente pedagógica, ao contrário das obras que vimos anteriormente. E isso traz as suas conseqüências, principalmente para a constituição de um paradigma de pensamento sobre a metáfora. Vimos, por exemplo, a dimensão de um pensamento semântico em Dumarsais, o que, de certo modo, apaga um pouco os limites dessa zona fronteira entre retórica e gramática a partir da qual está fundado boa parte do pensamento clássico sobre as figuras de significação.

Fontanier formula sua concepção de metáfora dentro do paradigma da semelhança, dizendo que tal tropo consiste “à *présenter une idée sous le signe d’une autre idée plus frappante ou plus connue, qui, d’ailleurs, ne tient à la première par aucun autre lien que celui d’une certaine conformité ou analogie.*” (1977:99 – grifo do autor). Assim, como dissemos anteriormente, o critério para a existência da metáfora é aqui o critério lexical, isto é, o da relação entre palavras, que se faz a partir de uma substituição por semelhança e não por transporte de sentido.

Os outros estudos que apresentaremos a partir de agora trazem consigo uma compreensão mais “contextual” do fato, sem deixar de ter, no entanto, alguns esquecimentos que configuram a abertura de possibilidades para uma outra compreensão da metáfora, não como um objeto previamente construído, mas como um fenômeno fundamental da produção de sentidos na linguagem.

Lausberg

H. Lausberg (1967), em seu *Manual de retórica literaria*, trata do conceito de metáfora, situando-o no contexto de sua origem e de seu primeiro desenvolvimento: Grécia e Roma. Partindo das definições de representantes do começo do pensamento estético, como Cícero e Quintiliano, propõe uma descrição da metáfora de acordo com sua **forma e função**. Desse modo, com base na idéia de *analogia* ou *semelhança* define a metáfora como “a forma breve da comparação” (*similitudo*) que, encarada dentro de uma perspectiva retórico-literária, é classificada como um *tropo*.

A partir daí, o autor enumera uma série de características desse termo, como, por exemplo, ser dividida por teóricos segundo “zonas de transferência” do sentido, que se definem fundamentalmente com base na relação entre as noções de “animado” e “inanimado”, de forma que a metáfora que caminha na direção de transferência de traços animados para inanimados, (por exemplo, *odor urbanitatis*), é considerada a mais importante, pois “vai contra a obscuridade genuína da metáfora”, porque, segundo Lausberg, sua representação é alcançada de forma mais imediata pelo sentido. (pp. 63 e 64)

A leitura do texto de Lausberg revela um esforço teórico de delimitação do termo metáfora que caminha no sentido de uma conceituação de natureza clássica. Talvez isso dificulte uma aliança com o nosso trabalho de busca de uma interpretação enunciativa e discursiva da metáfora, pois não entendemos que este fato de linguagem seja apenas uma relação de “troca” entre os sentidos das palavras; como estaremos discutindo mais amplamente no final dessa parte do presente trabalho.

Michel Le Guern

O escopo que modela as questões fundamentais da obra de Michel Le Guern (1973) pode ser especificado da seguinte forma: precisar a natureza da metáfora e da metonímia, para determinar o que as distingue de outros fatos da linguagem.

Já no primeiro capítulo, quando trata dos fenômenos (por hora, chamemos assim) da metáfora, da metonímia e da sinédoque; o autor nos coloca dois problemas. De um lado, diz que a retórica clássica, (“rhétorique traditionnelle”) classifica a metáfora como um *tropo* e, em seguida, define com base no trabalho de Du Marsais (*Traite des tropes*, 1890), a metáfora e a metonímia, como “*figuras* através das quais se atribui a uma palavra uma significação que não é precisamente a *significação própria* da palavra.” (p.11 - grifos nossos)

Bem, embora se saiba, como afirmou Lausberg (1976), que a fronteira entre os tropos e as figuras é muito nebulosa (“borrosa”), e, além disso, que a maior parte dos teóricos subordinam os primeiros às segundas; acreditamos que seja problemático do ponto de vista teórico, considerar os dois termos como sinônimos. E temos na distinção de Fontanier, que apresentamos anteriormente, um bom argumento para isso (a metáfora figura segundo o autor, no paradigma dos *tropos por semelhança*, enquanto a metonímia faz parte do que ele classifica como *tropos por correspondência* (1977:97)). O próprio Lausberg distingue estas duas categorias; define o tropo como um verborum immutatio, ou seja, uma palavra que se põe em lugar de outra (não necessariamente aparentada semanticamente).

Enquanto os tropos pertencem à categoria *immutatio*, as figuras pertencem a outras categorias modificativas - adiectio, detractio e transmutatio - e o que realmente interessa salientar é a abrangência do campo das figuras, que vão desde a gramática à retórica e, dentro desta, subdividem-se em figurae verborum (“figuras de palavras”) e figurae sententiarum (“figuras de pensamento”).

Não se pode negar, entretanto, que o que há de comum entre os dois termos é que cada um deles é “verbum”. Mesmo assim, optaremos, no âmbito das concepções que são oferecidas pelas definições da retórica clássica, pela posição que distingue tropo de figura. É este o modo de compreensão que tomaremos como paradigma para a descrição das concepções de metáfora subseqüentes; até alcançarmos a condição de existência da metáfora, enquanto processo enunciativo discursivo de produção de sentido na linguagem.

O outro problema que existe em Le Guern e que, de maneira geral, é característico dos autores que temos lido (o próprio Lausberg, por exemplo), é o uso de expressões, no interior das definições de metáfora, como: “significação própria” e “significado habitual” da palavra (em Le Guern); “sentido natural” (em Lausberg); “expressão própria” (em Lausberg e em Le Guern); “sentido inicial” ou “significado primitivo” (em Dubois); sem que sejam explicitamente definidas de modo que caracterizem a oposição “sentido literal/sentido metafórico”. Assim, se existe uma preocupação para o autor em distinguir o mecanismo de construção da metáfora, da primeira para a segunda significação, respectivamente, é importante que estes dois conceitos sejam bem determinados. Parece ser a mesma confusão de que Fontanier acusa Dumarsais...

Nos capítulos subseqüentes, Le Guern desenvolve um trabalho interessante; trata de estabelecer os limites e as distinções existentes entre a metáfora e as outras categorias de “figuras” com as quais, de algum modo, segundo o autor, ela poderia ser confundida. É inflexível ao afirmar que a metonímia, por exemplo, jamais poderá se confundir com a metáfora. Por dois motivos (o primeiro traz uma distinção feita com base na posição teórica de Jakobson, a quem o autor recorrerá em vários momentos):

a) do ponto de vista da relação que as duas “figuras” estabelecem com a linguagem: “(...) le processus métaphorique concerne l’organisation sémique, alors que le processus modifierait que la relation référentielle” (p. 14). Como exemplo para esta afirmação, Le Guern usa o próprio nome “Jakobson”, dizendo que, se convida o leitor a reler Jakobson, a metonímia que aí surge _ o emprego do nome do autor para designar sua obra_, não modifica a organização sêmica, e sim, a referência é deslocada do autor para o livro.

b) do ponto de vista da natureza semântica: a metáfora estabelece uma relação de similaridade entre duas significações, enquanto a metonímia, uma de contigüidade.

Dentro deste conjunto de correspondências, o autor estabelece as ligações e distinções que teriam a metáfora e o símbolo. Se o símbolo é uma entidade que representa um objeto em virtude de uma correspondência analógica, poderia ser confundido com a metáfora justamente por causa da questão da similaridade (ou analogia); o que os impede de serem realidades equivalentes é a relação que mantêm com o significado ou imagem que evocam.

Segundo Le Guern, enquanto na construção simbólica a percepção da imagem é necessária à extração da informação lógica contida na mensagem - o que o autor chama de analogia lógica ou intelectualizada-; na construção metafórica, esta mediação da imagem não seria necessária. Neste caso, apenas são importantes os elementos de significação que mantêm uma relação hierárquica dentro do processo de seleção sêmica elaborado pelo mecanismo da metáfora.

Isso possibilitaria distinguir enunciados como: "A sinceridade é uma grande árvore" (Péguy apud Le Guern, 1973:39) de "Você é meu leão soberbo e generoso" (Victor Hugo apud Le Guern, 1973:40), cujas construções representam respectivamente um símbolo e uma metáfora.

Quando trata das relações entre a metáfora e a sinestesia, Le Guern afirma que a última oferece a mesma estrutura formal que a metáfora, pois é um processo no qual se instaura uma correspondência entre percepções de diferentes sentidos, o que faz com que a afinidade estrutural com a metáfora se manifeste pelo caráter de substituição que a percepção sinestésica apresenta.

Para fazer a distinção entre os dois mecanismos, o autor recorre às categorias de Jakobson: "O processo metafórico intervém sobre a função metalingüística, enquanto que é unicamente a função emotiva que põe em jogo uma sinestesia" - daí o termo "percepção sinestésica". E assim, dentro deste quadro de relações, Le Guern enumera, por último, as

peculiaridades que apresenta o par metáfora/comparação. Neste momento, deixa emergir uma crítica às classificações elaboradas pelos teóricos da retórica clássica, no que diz respeito à definição de metáfora enquanto uma “forma abreviada de comparação”.

Propõe basicamente um exame desta definição, com a finalidade de verificar se ela pode ser aceita ou rechaçada. Segundo o autor, a palavra comparação remete a duas noções gramaticais bem distintas, traduzidas pelos vocábulos latinos *comparatio* e *similitudo*.

Cada uma destas noções propõe uma relação diferente com a significação; enquanto a primeira é um mecanismo segundo o qual se estabelece uma relação quantitativa entre dois ou mais elementos lingüísticos, a segunda funda uma relação qualitativa. Como exemplo, temos dois tipos de enunciados, nos quais as duas correspondências são introduzidas pela palavra como (“comme”), possuindo assim, a mesma estrutura formal, embora sejam diferentes do ponto de vista semântico:

- a) “Pierre é forte como seu pai” - relação de natureza quantitativa;
- b) “Pierre é forte como um leão”- relação de natureza qualitativa.

Com base em exemplos deste caráter, Le Guern afirma que é com a similitudo, e não com a comparatio, que a metáfora tem relação de significação, isto é, o que a similitudo tem em comum com a metáfora é que ela “faz intervir uma representação mental desconhecida ao objeto de informação que motiva o enunciado, ou seja, uma imagem.” (p. 53) . É esta questão que também distingue a similitudo da comparatio, pois a comparação não motiva uma imagem, e sim, depende da isotopia do contexto, isto é, não se compara quantitativamente duas realidades que não sejam comparáveis. Ao dizer “Pierre é forte como um leão”, o locutor exige do outro um esforço de interpretação no qual, evoca-se, por analogia, uma imagem que relaciona ”Pierre” a ”leão”; isso não acontece com o par ”Pierre/seu pai”.

Dessa forma o autor recusa a concepção de metáfora como sinônimo de comparação (ou a definição clássica ”comparação abreviada”) e, além disso, institui outro nível

de distinções, no qual põe em relevância certas peculiaridades que marcam a diferença entre a metáfora e a similitudo, principalmente quando esta é compreendida pelos teóricos da retórica clássica “no sentido de comparação” (p. 54):

c) A similitudo, contrariamente à metáfora, não se impõe por uma transferência de significação, isto é, “as palavras empregadas em uma relação de similitudo não perdem nenhum dos elementos de sua significação própria.” (p. 55)

Ou ainda:

d) ” (...) a similitudo se dirige à imaginação por meio do intelecto, enquanto que a metáfora visa a sensibilidade através do intermédio da imaginação” (p.57). O símbolo aparece como intermediário entre os dois processos.

Um trabalho como esse, de delimitações dos espaços teóricos ocupados pelas várias categorias - sejam tropos e/ou figuras - determinadas pela articulação entre os limites de suas semelhanças e diferenças, é muito interessante, embora seja difícil, como afirma o próprio autor, demarcar suas fronteiras.

Em “As motivações da metáfora” (capítulo sétimo de Le Guern:1973) coloca-se uma reflexão sobre a natureza da metáfora e da linguagem. Em primeiro lugar, situam-se as duas em oposição à lógica: enquanto a linguagem, *que serve para transmitir informação*, é lógica, a metáfora não o é. Assim, se opõe, de uma certa forma, ao funcionamento habitual da linguagem: “A metáfora será uma consequência da limitação dos ‘meios’ (moyens) da linguagem” (p. 67); isto é, a metáfora pode desempenhar o papel de suprir uma denominação na ausência de um termo próprio. Toda esta problemática, segundo o autor, resulta na necessidade de se repensarem as funções da linguagem propostas por Jakobson, em contraposição às propostas da retórica clássica; exige que se reveja o papel que a metáfora cumpre dentre elas para, finalmente, dar conta do problema de suas motivações.

No que diz respeito à retórica clássica, as funções seriam: docere, placere, movere. Na primeira, cujo papel é transmitir uma informação, a metáfora se ocuparia do que

propõe Le Guern, que ela faça: dar nome às realidades que não têm um termo próprio para designá-las. Placere é a função estética da linguagem, nela as metáforas são “ornamento do estilo” (como tivemos oportunidade de ver em Aristóteles) e, por último, movere, que é a função da persuasão: existem aqui as metáforas próprias para persuadir, são as “metáforas dinâmicas”, que basicamente determinam um movimento pelo qual as imagens se encadeiam para construir um sentido.

Dentro das seis funções da linguagem postuladas por Jakobson (emotiva, conativa, referencial, fática, poética e metalingüística), o autor seleciona as funções emotiva e conativa, que, segundo ele, são as que determinam as motivações essenciais da metáfora. Uma, porque é centrada no destinador (emotiva) e a outra, porque é centrada no destinatário (conativa) e, neste sentido, motivam o mecanismo da metáfora, porque se dedicam a expressar uma emoção ou um sentimento, isto é, por se firmar em uma base puramente subjetiva. O que é interessante apontar é que existe, nesta questão, uma preocupação com o uso efetivo da metáfora, na medida em que se coloca em relevância a relação metáfora/sujeito(s) enunciator(es) no jogo da interlocução.

Neste nosso trabalho tem sido uma preocupação constante resgatar esta relação que, do nosso ponto de vista, configura os “bastidores da metáfora”. Dessa forma, o que no princípio era apenas suspeita, está se fortalecendo, à medida que avançamos o percurso de reconstrução das teorias que tratam desse processo de significação.

O que temos percebido, nesses “bastidores” é que em todos esses “tempos”²⁵ da metáfora, que estão sendo tratados, existe uma subjetividade subjacente à sua criação/produção.

A compreensão deste ponto nos permite dizer que todo efeito metafórico se apóia em uma subjetividade constitutiva:

“Discursivamente, não há nem um sujeito-absoluto, auto-suficiente, nem um sujeito complemento, inteiramente determinado pelo fora. Esse espaço da subjetividade na

²⁵ As palavras “bastidores” e “tempos” aparecem aspeadas, porque tratam de descrever instâncias de reflexão que estão sendo construídas no interior desse trabalho.

linguagem é um lugar tenso onde jogam os mecanismos discursivos da relação com a alteridade.” (Orlandi, 1993:80) A metáfora não só se faz nesse espaço de subjetividade na linguagem, mas ao mesmo tempo, coloca-se como possibilidade de constituição desses lugares de enunciação. Por ora, deixemos essas questões em suspenso, voltaremos a ela, quando tratarmos da concepção de efeito metafórico/metáfora de Michel Pêcheux .

Queremos insistir sobre o fato de que, nos parágrafos anteriores, apontamos, através da descrição de posições como a de Michel Le Guern, o tipo de oposição semântica que a metáfora pode estabelecer com outras categorias de tropos. Isto é, até então, em todas as discussões que enumeramos, este fato de linguagem aparece sempre distinguido como uma relação lexical, que acontece entre palavras ou de palavra para palavra.

A partir de agora, veremos que as coisas mudam um pouco de direção. Assim, a discussão de Max Black (1966), que introduziremos a seguir, põe em questão outras formas que a metáfora assume, em uma maneira de a compreender, que leva em conta o sujeito, mas o sujeito intencional.

2.3 - Um pensamento contemporâneo

Max Black

Em sua obra Modelos y Metáforas (1966), Max Black coloca, de início, uma série de perguntas em torno da metáfora, que gostaria de responder. A pergunta mais geral, que poderia englobar a significação de todas as outras, seria: “O que queremos dizer com “metáfora”?” (“Em que sentido - se é que possa ser em algum - é criadora a metáfora?”). Desse modo, procura responder esta questão a partir de alguns pontos principais, que enumeraremos em seguida:

1º Ponto: “Em geral quando falamos de uma metáfora relativamente simples, nos referimos a uma oração ou a outra expressão em que se use metaforicamente algumas palavras, enquanto que as demais se empregam de forma não metafórica(...)”. Chama de “foco” a palavra que é empregada metaforicamente na oração e de “marco” ao resto dela.

2º ponto: É necessário saber quem usa a expressão metafórica, em que ocasiões, com que intenção: “ (...) pode ser preciso prestar atenção nas circunstâncias concretas em que se emite uma metáfora para reconhecê-la e interpretá-la.”

Chama de “enfoque substitutivo da metáfora” a qualquer tese que defenda que as expressões metafóricas são utilizadas no lugar de outras expressões literais equivalentes a elas”. O autor segue dizendo que gostaria que esta expressão também se aplicasse para o caso da oração inteira que “constitua o lugar da metáfora como algo que substitui um certo conjunto de orações literais”.

3º ponto: Black considera que uma das explicações mais clássicas da metáfora é aquela que a classifica como um ornamento, cuja finalidade seria distrair e divertir; e segundo este enfoque seu uso constitui um desvio do “estilo plano e estritamente apropriado” (Whately, 1846 *apud* Black 1966).

Chama de “enfoque comparativo da metáfora” àquele que admite que a função transformadora característica da metáfora é a analogia ou a semelhança (a presença do “como” é subjacente). Acrescenta que o “enfoque comparativo” é um caso particular do “enfoque substitutivo”, já que sustenta que o enunciado metafórico poderia ser substituído por uma comparação literal equivalente.

Mas o autor acrescenta que a tese comparativa caminha para uma certa vaguidão, já que na base de sua explicação uma determinada expressão metafórica (M) é colocada como um sinônimo aproximado de uma expressão literal (L), uma vez que pode substituí-la a partir de uma relação de semelhança.

Daí a afirmação “(...) necessitamos metáforas justamente nos casos em que naquele momento esteja descartada a precisão dos enunciados científicos. A afirmação metafórica não é nenhum substituto de uma comparação “estrita” nem de nenhum outro enunciado literal, e sim possui uma capacidade e um rendimento próprios e peculiares”.²⁶

4º ponto: De início Black coloca a questão: Em que sentido - se é que se possa ser em algum - é criadora a metáfora?

“(...) Dizer que a metáfora cria a semelhança seria muito mais esclarecedor que dizer que formula uma semelhança que já existia anteriormente”. Em Ricoeur (1983:353): “se, entretanto, quisermos ainda falar da semelhança, é necessário dizer, como Max Black, que a metáfora cria a semelhança, mais do que a encontra ou a exprime”.

5º ponto: (Aqui está a metafísica de Black) o “enfoque interativo ou interacionista da metáfora: “(...) quando utilizamos uma metáfora, temos dois pensamentos de coisas distintas em atividade simultânea e apoiados por uma só palavra ou frase, cujo significado é uma resultante de sua interação”.

Chama de “sistema de tópicos que acompanham uma palavra “a todas as informações que se possa dar a respeito de um vocábulo de determinado idioma. Por exemplo: se se pedisse a uma pessoa qualquer que dissesse “(...) sem refletir especialmente sobre isso, que coisas considera verdadeiras acerca dos lobos: (a frase que serve de exemplo é “O homem é um lobo” - parênteses meu) o conjunto de afirmações resultantes se aproximaria do que aqui chamarei de sistemas de tópicos que acompanham a palavra “lobo” (...)”.

²⁶ Optamos por traduzir esta e outras citações posteriores do original do espanhol. Gostaríamos de assinalar que a circularidade deste trecho, marcada pela repetição dos termos “metáfora” e metaforicamente” aparece no texto de origem, como se pode ver: “*En general, cuando hablamos de una metáfora relativamente sencilla nos referimos a una oración - o a otra expresión - en que se usen metafóricamente algunas palabras, en tanto que las demás se empleen en forma no metafórica: cuando se pretende construir la oración entera con palabras usadas metafóricamente el resultado es un proverbio, una alegoría o un acertijo, y no hay análisis preliminar de metáfora que pueda abarcar satisfactoriamente ni siquiera ejemplos tan manidos como ‘De noche todos los gatos son pardos’.* (BLACK, 1966)

“As metáforas podem apoiar-se em um sistema de implicações construído especialmente nos tópicos aceitos: podem ser feitas sob medida, não necessitamos buscá-las na loja. Pois as metáforas de substituição e de comparação podem ser trocadas por traduções literais (com a possível exceção da catacrese) (...) as de interação não se deve prescindir: seu modo de funcionar exige que o leitor utilize um sistema de implicações (...) como meio de selecionar, acentuar e organizar as relações em um campo distinto (...)”.

Lakoff e Johnson

George Lakoff e Mark Johnson discutem em seu trabalho Metaphors we live by (1980) a importância da metáfora na experiência cotidiana do uso da língua²⁷. A metáfora ou “conceito metafórico”, segundo os autores, estrutura o pensamento e ação humana:

“...most people think they can get along perfectly well without metaphor. We have found, on the contrary, that metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature.” (pág. 3)

A compreensão de nossa experiência, isto é, de toda atividade humana de fala, pensamento e ação, estaria segundo os autores, estruturada em termos metafóricos:

“The concept is metaphorically structured, the activity is metaphorically structured, and, consequently, the language is metaphorically structured.” (p. 5)

²⁷ Sabemos que o vocábulo inglês *language* pode significar em português *língua* ou *linguagem*, (cf. HORNBY, A. S. - Oxford Student's Dictionary of Current English. Oxford. Oxford University Press. Oxford. 1978, pág. 353), o que nos coloca um sério problema de terminologia. Como desconhecemos qualquer tradução da obra de Lakoff e Johnson para outra língua neolatina, optamos por traduzir por *língua*, motivados pela própria definição dos autores, que afirmam no decorrer do trabalho, que a metáfora estrutura o sistema conceitual de que nos servimos para nos comunicar. Esta noção de sistema remete à definição saussureana de língua como sistema de signos.

O papel basilar da linguagem seria, então, a estruturação do pensamento sobre o que se estrutura a comunicação, isto é, o que é colocado como básico é o aspecto da comunicação ou da cognição; sendo que a comunicação teria por base um sistema conceitual metafórico por natureza:

“Since communication is based on the same conceptual system that we use in thinking and acting, language is an important source of evidence for what that system is like.” (p.3)

Diante do que vimos até agora, podemos dizer que a abrangência ou o grande valor do trabalho destes dois autores está no fato de que pensam a metáfora não como um fenômeno específico de retórica ou de poética, mas como um fato muito mais amplo, isto é, como um problema da experiência humana. A metáfora é vista como parte da experiência cotidiana do uso da língua, que estrutura o pensamento e a ação humana.

A partir daí, os autores enumeram algumas categorias de conceitos metafóricos ou, como também classificam uma série de “metáforas básicas” (p. 45), das quais decorrem outras “expressões metafóricas” (p. 7). Um exemplo disso é, como mostram os autores, a metáfora Tempo é dinheiro (“Time is money” p. 7), que inclui expressões metafóricas como: “Você está *gastando* meu tempo” (“You are *wasting* my time”, p. 7); “O seu tempo está se *esgotando*” (“You are *running out* of time”, p. 8); “Eu não tenho tempo a *perder*” (“I dont *have* the time to *give* you”, p. 8), entre outras.

Podemos perceber, portanto, que os dois autores instituem uma classificação dos conceitos metafóricos dividindo-os em três grandes categorias, que, a seguir, verificaremos:

1. Metáforas estruturais: são as metáforas que estruturam um conceito em termos de outro. É o caso de metáforas como a que acabamos de citar - “Tempo é dinheiro”; o conceito “tempo” é organizado em termos do conceito “dinheiro”.

2. Metáforas orientacionais (“orientational”) ou espaciais: são as metáforas que, ao contrário das primeiras, organizam um conceito por outro, esta categoria de metáforas,

conforme os autores, organiza todo um sistema de conceitos com relação a outro. E, ainda, têm este nome, porque estão ligadas à orientação espacial. Por exemplo: “A alegria está em alta” (“Happy is up”, p. 14) tem em torno de si outras metáforas, como: “Estou por cima” (I’m feeling up”, p. 15) ou “Você está nos céus” (“You’re in *high* spirits, p. 15), entre outras. O que é importante manter deste tipo de metáforas é a relação espacial: para cima - para baixo; para dentro - para fora; em frente - atrás, são indicadores desta relação.

3. Metáforas ontológicas: esta terceira categoria de metáforas surge, segundo os autores, como as duas outras anteriores; de nossa própria experiência enquanto e com objetos físicos: “Understanding our experiences in terms of objects and substances allows us to pick out parts of our experience and treat them as discrete entities or substances of a uniform kind.” (p. 25)

As metáforas ontológicas são, portanto, uma forma de se lidar com conceitos abstratos, como, por exemplo, o tempo, transformando-os pela experiência, em entidades - coisas ou seres. Assim, uma espécie de metáfora ontológica seria a personificação. No capítulo que dedicam à personificação, os autores a definem como “uma categoria geral que cobre grande número de metáforas” e, mais adiante, afirmam que o que a personificação tem em comum com as metáforas ontológicas é o fato de que:

“...they are extensions of ontological metaphors and that they allow us make sense of phenomena in the world in human terms - terms that we can understand on the basis of our own motivations, goals, actions and characteristics.” (p. 34)

Desse modo, tem-se como exemplo de metáfora ontológica: “The mind is a machine” (p. 27) e, como exemplo de personificação; “Inflation is an adversary” (p. 34). Pode-se verificar que, no caso da personificação, a entidade é especificada como sendo uma “pessoa”.

Esta classificação que acabamos de descrever constitui a base do modelo de Lakoff e Johnson. Fundamentalmente, o que eles propõem é que os conceitos metafóricos correspondem à maneira como se compreende a própria experiência humana. Para eles, a linguagem funciona, então, como um sistema de conceitos que estrutura a experiência humana: «(...) metaphors structure not just our language but our thoughts, attitudes and actions. » (p.39)

As categorias de conceitos metafóricos têm em comum, além de sua relação com a experiência, algumas propriedades: **sistematicidade**, **construção ou embasamento** (“**grounding**”) e **coerência**. A primeira propriedade assegura a compreensão de um conceito em termos de outro, como, ainda mais uma vez, é o caso da metáfora “Tempo é dinheiro”, pois pode-se compreender um aspecto de “tempo” a partir do conceito de “dinheiro”. Existe, portanto, uma *seleção* dos aspectos de determinado conceito que são consistentes para determinada metáfora.

A segunda propriedade, que estamos chamando provisoriamente de **construção ou embasamento**, diz respeito à distinção que os autores propõem entre a experiência e a maneira como é conceituada. Nos capítulos 12 (“How Is Our Conceptual System Grounded?”) e 13 (“The Grounding Of Structural Metaphors”), Lakoff e Johnson sustentam que toda a construção da experiência humana, que, para eles, é metafórica por excelência, passa por valores culturais;

“...the metaphor is built into the conceptual system of the culture in which you live.” (p. 64)

E mais adiante afirmam:

“The three structural metaphors we have considered in this section - RATIONAL ARGUMENT IS WAR, LABOR IS A RESOURCE, and TIME IS A RESOURCE - all have a strong cultural basis. They emerged naturally in a culture like ours because what they highlight corresponds so closely to what we experience collectively and what they hide corresponds to so little. But not only are they grounded in our physical and cultural experience; they also influence our experience and our actions.” (pp. 67 e 68 - grifos dos autores)

Esta propriedade que os dois autores atribuem às metáforas resume, de maneira satisfatória, o que há de mais central em seu estudo; isto é, o argumento de que a metáfora constitui a peça fundamental na compreensão do pensamento e da ação humana.

Quanto à terceira e última propriedade - a coerência - os autores primeiro a resgatam na própria experiência lingüística humana, para depois resgatarem-na dentro do

processo metafórico; como acontece com a propriedade que acabamos de ver. Assim, uma conversa informal entre dois interlocutores, teria a seguinte dimensão:

1. interlocutores (“participants”);
2. parte (“parts”);
3. fase ou estágio (“stages”);
4. seqüência linear (linear sequence”);
5. causa (“cause”);
6. propósito (“purpose”) - p. 78

Estas seis dimensões estruturariam, então, o conceito de diálogo ou conversação (“conversation”) para os autores e isso seria a chave para se entender a coerência na nossa experiência, pois, ainda segundo os autores, estas categorias “(...) are categories that emerge naturally from our experience(...) CAUSATION is a directly emergent concept, and the other dimensions in terms of which we categorize our experience have a fairly obvious experiential basis.” (pp. 81 e 82)

Dessa forma, a relação que esta estrutura coerente, que os autores propõem para a experiência, tem com a metáfora, é explicada da seguinte maneira: para os autores, quando um conceito é estruturado por mais de uma metáfora, “(...) the different metaphorical structurings usually fit together in a coherent fashion.” (p. 86)

Apresenta-se duas metáforas como exemplo: “An argument is a journey” (pág. 90); “An argument is a container” (pág. 92). O que faz com que tenham estruturas coerentes é a relação que se estabelece entre os dois últimos termos das metáforas (“journey” e “container”), que ampliam a caracterização do primeiro termo (“argument”): “As the argument covers more ground (via the JOURNEY surface), it gets more content (via the CONTAINER surface).” (p. 93)

Embora tenham dado esta contribuição para o estudo da metáfora, ampliando o seu conceito, sua definição, ainda se compara com a dos autores que a pensaram mais estritamente, pois, em termos gerais, persiste a visão de troca: “The essence of metaphor is understanding and experience one kind of thing in terms of another” (p. 5). Além disso, esta relação pertence ao paradigma da seleção, como foi dito anteriormente a respeito da propriedade de sistematicidade.

Nanine Charbonnel

Em um rigoroso estudo sobre a “presença massiva de metáforas no discurso sobre a educação”, N. Charbonnel (1991) descreve *as aventuras da metáfora* nos textos filosóficos e nos religiosos “de Platão a nossos dias”, porque segundo a autora, “(...) les grandes métaphores de l’Education (...) sont, à première vue, les mêmes que celles des traditions spirituelles.” (1991:33)

Seu estudo recobre muitos séculos do pensamento sobre o assunto, tratando do problema entre conceituação retórica e utilização psicológica da metáfora, passando pelas questões que envolvem a sua significação linguageira. Desse modo, organiza a sua discussão, distribuindo todo o conjunto de teorias que reúne no primeiro capítulo a partir do que chama de “pensées symbolistes”. As do segundo capítulo, a autora chamará de “pensées de la trace”²⁸. Passemos a examinar tal definição.

A autora retoma o pensamento clássico sobre o assunto para iniciar suas considerações. Em suas palavras:

“Nous croyons en effet que la pensée de la métaphore elle-même se modifie. L’influence aristotélicienne est peut-être, moins importante qu’une relecture platonicienne. Car ce

²⁸ Encontrei uma tradução oficial da palavra “trace” por “rastros” em Ducrot, O. e Todorov, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1988, 2 ed., p.311.

n'est pas la métaphore aristotélicienne, nom générique de quatre transferts bien différents, qui est visée dans les définitions de Quintilien ou de Donat ; c'est la seule métaphore-ressemblance. Et surtout, à partir de Donat, puis dans tout le Moyen Age chrétien, si la métaphore n'est plus définie que comme *translatio*, c'est que la *translatio* n'est concevable que dans le cadre d'une ontologie du *cum-*, du être avec. Cela, pensons-nous ne supprime pas totalement l'idée de "détournement", (elle réapparaîtra par la notion de d'*obscurité*), mais c'est plutôt dans une nouvelle façon de lier intimement "détournement", "déplacement" et "ressemblance" qui réside la spécificité de la nouvelle pensée de la métaphore".²⁹

Uma nova maneira de ligar intimamente "desvio", "deslocamento" e "semelhança", sobre a qual reside a especificidade de um novo pensamento sobre a metáfora: "les pensées de la trace". Ou a metáfora no "sentido moderno".

Um dos grandes equívocos para toda uma tradição de gramáticos e filósofos é, segundo a autora, pensar a metáfora como uma "primeira percepção" ("première perçue").

"(...) La métaphore utiliserait au figuré, certains signifiés parce qu'ils auraient été, au propre, les souverains massifs de nos consciences. A des questions sans objet : qui a commencé, du sens propre ou du sens figuré ? qui a commencé, de la métaphore ou de la comparaison ? on fait cette réponse : c'est le sens seconde qui a commencé le premier ! A l'origine des peuples : chez les primitifs, à l'origine des individus : chez les enfants, la métaphore serait utilisée la première. " ³⁰

Mas o que interessa primordialmente é verificar como Charbonnel, ao fazer esse seu estudo, "ao retrazar as rivalidades e os quebra-cabeças das disciplinas", constitui, ao mesmo tempo, um conceito de metáfora. Para compreendê-lo, é preciso refazer as vias abertas por três oposições fundamentais que a autora estabelece. A primeira entre "semelhança" e "sintoma", a segunda entre "texto" e "rastro" ("trace") e a terceira entre duas "realidades", uma "linguageira"

²⁹ Charbonnel, *Ibid.*, p. 74. Grifos no original.

³⁰ *Ibid.*, p. 202

e a outra “psicológica”. Caberá sempre ao primeiro membro de cada uma das oposições garantir uma estabilidade (relativa) para a metáfora. Tratemos, então, de cada uma delas:

Semelhança (“*ressemblance*”):

“Dès le début on le comprend: le mot *metaphora* ne doit pas être entendu au sens grammatical étroit qu’il peut avoir aujourd’hui. “*Uti metaphoris*” est synonyme de “*procedere per similitudines varias, et representationes*”. (...) Il faut donc comprendre la métaphore dans ce que nous appellerions aujourd’hui au sens large, l’emploi d’une comparaison.” (1991:71 - grifos da autora)

“C’est un vaste système d’**unité par la ressemblance**, qui est croyons-nous, ainsi pensé. Mais il faut, pour comprendre cela, commencer de s’interroger sur les difficultés de la notion de *similitudo*.” (1991:79 - grifos da autora)

O fio do pensamento de Charbonnel sobre o que seja a metáfora está constituído pela distinção entre duas compreensões do que seja o conceito *ressemblance*: “*ressemblance au caractère ontologique*” e “*ressemblance au caractère voile, à déchiffrer*” (1991:83). Segundo a autora, a confusão entre eles marca toda uma história de definição da metáfora. Ela parte da seguinte tese: “Dans le christianisme comme peut-être dans toute éthique), la constatation de la *ressemblance* ne fait sens qu’à fonder la prescription de l’imitation.” (1991:100)

A partir daí, estarão iniciadas as confusões. Confundir “*semelhança*” e “*imitação*” (“*pensées symbolicistes*”) significa iniciar um incêndio na floresta de verdades sobre a metáfora. Anos de história, anos de tentativa de acalmá-lo ou de aticá-lo. Vejamos como Charbonnel trabalha estas distinções:

““*Ressemblance*”, “*similitude*”, “*image*”, et même “*representation*”: il faut bien comprendre que c’est le même mot latin de *similitudo* que l’on traduit, parfois dans un même texte, par ces mots différents, et qui pour nous modernes, renvoient selon le cas à des domaines distincts: littéraire, psychologique, ontologique.” (1991:99)

“Sintoma”:

“Substitution de l’insignifiant à du significatif: “c’est bien à partir de cette formulation que tous les malentendus ont été possibles. Dès l’entre-deux-guerres, les imprécisions freudiennes ont été “récupérées” dans le grand borbier qu’ont toujours côtoyés les chantres du Symbole. Assimiler la substitution entre “insignifiant” et “significatif” (qui sont des *valeurs*), avec celle entre sens figuré et sens propre (qui sont des significations langagières), cette confusion des sens du mot *sens* ne pouvait pas ne pas se faire : elle donnait des armes nouvelles au grand désir ancien, celui de traiter des métaphores comme des symptômes, des indices cachés d’une volonté mentale à déchiffrer.” (1991:239 – grifos da autora)

Este parágrafo traz anunciadas questões importantes, vê-se, num primeiro momento, uma crítica à psicanálise freudiana, em particular, e às “confusões” da psicanálise em geral, fato que vem fortemente marcado, por exemplo, quando a autora trata do conceito de metáfora de Lacan, como teremos oportunidade de verificar. Em um segundo momento, a confusão trazida pela primeira, entre os “sentidos de sentido”, isto é entre o que seja uma compreensão ontológica e um fato languageiro. Em síntese, está colocada aí a confusão que descreve a autora entre o que seja compreender a metáfora como “realidade” psicológica – sintoma, “índice oculto de uma vontade mental a ser decifrada”; e “realidade” languageira. Resta saber o que seja este último tipo de “realidade”³¹. O “languageiro” não aparece explicitamente definido, mas vem sempre a partir de algumas aproximações, ora como substantivo, ora como adjetivo. Os fragmentos transcritos abaixo fornecem um exemplo :

“(...) Cumulant le plaisir du sensible avec le déchiffrement, les similitudiens (...) (peuvent) recouvrir les phénomènes de “métaphore langagière” (...)” (1991:72 – grifos da autora)

“Ainsi, paradoxalement mais efficacement, le langagier, le poétique peut-il induire, voire modeler la pratique. Et ce, par le biais de la métaphore.” (1991: 107)

³¹ A palavra “realidade” aparece aqui mais como um fato do que como circunstância, um evento do real (da língua, do mundo, etc.).

“Translation ontologique donc, (...) dans sons énigme langagière.” (1991:115)

“(...) l’involuntaire démontage du mécanisme sémantique propre à toute analogie langagière. ” (1991:119)

“Nous dirions volontiers que le propre du sens linguistique (ou langagier), c’est en effet de ne pas être celui d’un symptôme. ” (1991:250)

Desse modo, o movimento do nome - ora substantivo, ora adjetivo - descreve a sua importância no quadro teórico de Charbonnel. É como se se pudesse alcançar aquilo que chama, logo de início, de “abrir os olhos sobre a discursividade”: “Au fil des mois, nos relevés se faisant de plus en plus longs: nous ouvrons les yeux sur la discursivité.” (“Introduction”, 1991:30). Ou ainda:

“Nous sommes dans la sémantique du langage (plus précisément, nous le verrons ultérieurement, de ce qu’on appelle le “discours” et non pas seulement la “langue”). La métaphore est un fait de langage, et l’on peut dire que sa description exacte n’a été rendue possible q’avec la distinction nette, au XXe siècle entre signifiant, signifié et référent.” (1991:116)

Na verdade, chega-se a isso, porque a autora diz que tudo o se que afirmou anteriormente sobre a metáfora se fez sempre por uma “ontologização da semelhança”. Em sua compreensão, essa ontologização produziu as mais variadas formas de pensar o fenômeno. São, conforme Charbonnel, as “variations intellectuelles sur cette grande illusion du Symbolicisme”. (1991:119)

Em síntese, essa ontologização da semelhança descreve o que a autora chamou de “pensées symbolistes”, como dissemos anteriormente. Aos sistemas que, segundo ela, negligenciaram a dimensão do texto (do sentido), chama de “pensées de la trace” (cf. 1991:145). Compreender o conceito de metáfora em seu dispositivo será, de certa maneira, juntar as peças e montar esse quebra-cabeças teórico que ela propõe.

2ª Oposição – A oposição entre texto e rastro

Texto:

“Les sciences humaines” ont produit cette monstruosité: étudier des textes comme si ce n’étaient pas des textes. Le principe de base des Bachelard, Jung, Durand, Eliade est en effet (à la suite de Freud d’ailleurs) d’affirmer comme vérité révélée l’énormité que voici : toutes les productions psychiques sont équivalentes, cela au regard du seul mécanisme intéressant, celui de l’Imaginaire ou de l’Inconscient.” (1991:141) “Ainsi, lire c’est serait retrouver les forces qui seraient déjà à l’oeuvre dans le rêve. ” (1991:142)

“L’anti-intellectualisme, dans ces doctrines, ne se remarque même plus, tant il est inséparable de leur atmosphère. Il est essentiel et nourricier, tant pour eux c’est une évidence que les concepts ne sont que “des points de croisement d’images””. (1991:142)

“Dans ces conditions, on ne s’étonnera pas de l’indifférence absolue des ces doctrines envers la spécificité des genres du discours. Elles prennent tout écrit pour une transcription de l’oral: c’est là ce que nous appelons leur entière cécité à la dimension du texte.” (1991:143)

O paradigma que se cria então é o da interpretação das metáforas como “images refroidies”: ou seja o que Charbonnel mostra é que este tipo de pensamento – *pensées de la trace*, das doutrinas que privilegiam o Imaginário (doctrines de l’Imaginaire), em detrimento do texto, produzem um apagamento da metáfora e, de um certo modo, também o apagamento da dimensão do texto (do sentido): “(...) il n’y a plus de métaphores au sens traditionnel du terme. Tout métaphore contient en soi une puissance de réversibilité, les deux pôles d’une métaphore peuvent alternativement jouer le rôle réel ou idéal. (...) *Il n’y a plus de métaphores au sens traditionnel du terme* : comprenons ici plus d’expressions toutes faites, donnés par la langue, et où l’ “inconscient du locuteur” ne saurait où se mettre. Non seulement le texte n’existe pas, mais encore la langue n’a d’autre épaisseur que la poussière de l’histoire ; soufflons-la et nous sommes en présence de la seule Réalité : le sens, ainsi nettoyé, n’est jamais que propre. ” (1991:144)

A crítica que se faz aqui é dirigida explicitamente a Bachelard, a Freud, a Lacan, a todos que, segundo Charbonnel, ao tratar do Inconsciente, produziram a elisão da dimensão do texto em favor de uma recuperação das evidências do rastro. Mas o que é texto (em oposição a rastro?) O que é língua (em oposição à etimologia?) o que é metáfora (em oposição à sintoma?)

Percebe-se que Charbonnel trata o rastro como sinônimo de causa, isto é, para ela, essas doutrinas do imaginário têm a preocupação de buscar o traço de uma origem perdida, embora, seja sempre fora do texto que se queira compreender a significação. Se se busca a causa, o traço, não se alcança o texto, o sentido. A dimensão do texto, como vimos, é negligenciada, segundo a autora, em detrimento do desejo da palavra (pela palavra). Para a autora, é como se isso travasse o acesso ao texto, ao sentido.

Paralelamente a língua, suplantada nessas doutrinas pela etimologia, vai aparecer como uma noção pré-saussureana - um não-sistema, um “tesouro de palavras isoladas”. Daí o gosto pelo etimologismo : “Trace dans le mot et trace du corps dans la psychique, c’est là l’instrument par quoi ces pensées appréhendent tout phénomène.” (1991:156)

A autora explicita o que seja uma concepção de língua para os *pensées de la trace*:

“Il faut ici s’entendre sur ce qui est appelé *langue*. Ces pensées ont ceci de particulier de ne considérer la langue que comme un trésor de mots isolés, et les mots comme porteurs-d’un-sens-propre-devenu-figuré-par-fatigue-et-oubli (refroidissement, dirait Bachelard)³². C’est bien plutôt par incapacité à envisager la vraie dimension de la langue, que ces doctrines préconisent le recours massif à la etimologie. C’est pour mieux les faire disparaître, qu’elles embrassent les mots jusqu’à les étouffer. (...) L’intérêt pour l’étymologie n’a, même

³² Charbonnel (p.144) apresenta duas afirmações fundamentais de Bachelard, sobre as quais recaem as suas críticas: “notre siècle aux métaphores refroidies” (*La Terre et les rêveries de la volonté*, p. 146) e “Il n’y a pas de sens figuré” (*L’Eau et les rêves*, p. 198 – grifo do autor).

chez eux, rien d'historiographique ; c'est un recours forcé lorsque les munitions du présent ne sont plus assez grosses. Cet *etymologisme* permet en effet de masquer les échecs de la Doctrine, quand elle veut trouver, *à propos de tous les mots*, les désirs d'altérité, les désirs de double sens, les désirs de métaphore.” (1991:145 – grifos da autora)

E, em seguida, a autora acrescenta :

“Autrement dit, ces doctrines ont une façon pré-saussurienne d'envisager le langage. Elles ne connaissent de distinction ni entre synchronie et diachronie, ni entre “langue” (au sens structural de Saussure) et “parole”. Elles ignorent toute approche des énoncés ; elles adorent des vocables.” (1991:146)

Doutrinas que “adoram os vocábulos”. Doutrinas que tratam a metáfora, o sentido, como sintoma. Necessidade psicológica em detrimento do linguageiro. Tudo isso culmina na discussão de Charbonnel sobre a definição lacaniana de metáfora. Lacan comete, se assim podemos dizer, uma “dupla negligência”, na medida em que a metáfora lacanina constutui movimento de palavra para palavra, de significante para significante (“*métaphore = surimposition des signifiants*”, p. 230) .

Conforme a autora, Lacan apóia a sua definição em Freud, a partir de seus trabalhos sobre o inconsciente e, em Jakobson, mais especificamente, em seu artigo de 1956, “*Deux aspects du langage et deux types d'aphasie*”. O que a deixa extremamente inquieta é o fato de Lacan querer definir a metáfora – esta é a sua particularidade, que não havia nem em Freud e nem em Jakobson -, excluindo totalmente a questão da “semelhança”. Se, como vimos, é justamente uma boa ou má aproximação do que seja a semelhança, o fato que organiza todo o dispositivo teórico de Charbonnel, vemos agora qual foi o maior pecado de Lacan, segundo a autora : “*Pour lui, la métaphore au sens moderne “n’ a pas une autre structure » que la métaphore au sens ancien (l’un ou l’autre des trois tropes) ; et de celle-ci il affirme : “Un mot pour un autre, telle est la formule de la métaphore”. (...) définir ainsi la métaphore, c’est la manquer.*” (1991:230)

Se formos pensar na noção de metáfora de Pêcheux, que discutiremos a seguir, poderíamos dizer que Charbonnel não sentiria esta falta, pois embora Pêcheux “pegue” o metafórico pelo lado de Lacan (“un mot pour un autre” na medida em que para o autor o sentido se faz “em relação a”), a questão da “semelhança” vem redefinida pela noção de “efeito”, isto é, ao se interrogar sobre o “efeito metafórico”, Michel Pêcheux estabelece a “primeira formulação da sua concepção de sentido”³³.

De todas as leituras empreendidas sobre o assunto, podemos dizer que a metáfora é uma tentativa de explicar alguma coisa através de outra. Para nós, enquanto hipótese de trabalho, a metáfora é um fenômeno essencialmente discursivo, a partir do qual se instaura uma subjetividade que se produz no acontecimento da enunciação, que vem pelo efeito de retórica na memória.

Desse modo, como pudemos ter oportunidade de verificar, as teorias que acabamos de enunciar e discutir negligenciaram o aspecto da relação com o discursivo, com a história. Esta lacuna é o que o nosso olhar teórico tentará favorecer.

A esta subjetividade latente que encontramos em todos os tempos da metáfora, corresponde um “enjeu” cognitivo, como se ao sujeito precedesse sempre um controle de si e dos sentidos.

Na verdade, este jogo subjetivo, tantas vezes ponto de partida, é agora o ponto sensível de uma ruptura que distingue o processo metafórico. O que era antes marca explícita de um controle de si, da intencionalidade, produz o(s) deslizamento(s) de um sujeito histórico constituído na temporalidade do acontecimento.

³³ A afirmação é de Denise Maldidier: “Lorsqu’il (Michel Pêcheux) s’interroge sur l’”effet métaphorique”, première formulation de sa conception du sens (...)”, e foi extraída da apresentação: “(Re)lire Michel Pêcheux aujourd’hui”, IN: Pêcheux, M. *L’Inquietude du discours*. Paris: Editions des Cendres. 1990. (Textos de Michel Pêcheux escolhidos e apresentados por Denise Maldidier)

2.4 - Sentido literal e efeito literal: duas histórias, um deslocamento

Dentre as formulações teóricas sobre a metáfora, podemos perceber, que, desde a retórica clássica até algumas teorias mais recentes, o sentido pode ser distinguido como, *próprio* ou *literal* e *figurado*. A metáfora se constrói, então, a partir de uma transformação ou desvio do sentido literal, que é compreendido como o sentido ontológico das coisas, dos objetos, dos seres.

Assim, a metáfora tem sido compreendida como “desvio estilístico” e, como define Pires de Oliveira (1990); “neste paradigma, há duas explicações clássicas para o processo de construção da metáfora: a comparatista e a substitutiva”. A primeira entende que a metáfora é a troca de palavras cujos sentidos mantêm entre si uma relação de semelhança e, a segunda, vê na metáfora um caso de comparação abreviada. (p.11)

A base para a existência da metáfora, portanto, está na relação de semelhança entre duas palavras, daí se faz a substituição de sentido.

Estaremos colocando em xeque a existência da metáfora sob a condição de uma relação apenas entre palavras isoladas, a partir da modificação de um sentido único ou originário. Faremos isso, nos capítulos subseqüentes, via essa construção teórica e via uma análise de fatos de linguagem.

Dessa forma, se estamos compreendendo a metáfora enquanto um processo de construção de sentido, através do qual se coloca uma singularidade historicamente constituída na relação interdiscursiva³⁴ (no acontecimento), como um movimento que vem do exterior para o interior da linguagem; como explicar neste quadro, o sentido literal? Cabe aqui colocarmos uma pergunta: Afinal, o sentido literal enquanto o sentido fixado das palavras existe?

³⁴ Neste trabalho estamos compreendendo que o interdiscurso “é o conjunto do dizível, histórica e lingüísticamente defenido. Pelo conceito de interdiscurso Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável, (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator.” (IN: ORLANDI, E.P. (1993) *As formas do silêncio*. Campinas. Editora da Unicamp. pp. 89 e 90.)

Consideramos que, ao postular a possibilidade de existência e a validade das construções metafóricas, caminhamos no sentido de realizar uma reflexão sobre as condições de existência do sentido literal, pois nos dois processos estão incluídas discussões sobre a relação entre linguagem e mundo. Pudemos perceber, neste nosso percurso de leituras sobre o sentido, que existem outras maneiras de se pensar a questão do sentido literal, que vêm ao encontro de uma concepção discursiva da significação. Estaremos, em seguida, enumerando algumas delas.

Em *As formas do silêncio*, Orlandi (1993:81) coloca em questão a “ilusão da unidade do sentido”: “A incompletude é uma propriedade do sujeito (e do sentido), e o desejo de completude é que permite, ao mesmo tempo, o sentimento de identidade, assim como, paralelamente, o efeito de literalidade (unidade) no domínio do sentido: o sujeito se lança no *seu* sentido (paradoxalmente universal), o que lhe dá o sentimento de que este sentido é uno.”

Desse modo, se o domínio da linguagem é o da opacidade, o do equívoco e não o da transparência, o da unidade; teríamos de aceitar que o sentido literal é, como os outros sentidos, um efeito, um “sentimento de “unidade” que “permite ao sujeito identificar-se (...)”. “Assim, faz parte das condições de produção do sentido a circulação possível pelas diferentes formações discursivas.” (idem)

A mesma autora, na obra “Interpretação” (1996:21) retoma essa questão, em vários momentos. Poderíamos apontar um deles, mais especificamente, quando a autora afirma:

“Ora, os sentidos só existem nas relações de metáfora dos quais certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões, proposições recebem seus sentidos das formações discursivas nas quais se inscrevem. A formação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso (a memória do dizer), representando no dizer as formações ideológicas. Ou seja, o lugar do sentido, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia.”

Pêcheux (1975:160 - grifos nossos), quando trata das relações entre sujeito e sentido, formula a seguinte proposição: “(...) o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade

do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (...) *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (...)*"

Basicamente, a questão fundamental mobilizada pelas posições que acabamos de reescrever reside no fato de que os autores formulam a condição do sentido literal como efeito de sentido. Isso quer dizer que fica colocado aí um lugar de se pensar o sentido não como direção única de significação, fora de seu contexto histórico de produção, mas como instância que se faz num movimento múltiplo, de interpenetração e complementaridade entre o exterior e o interior da linguagem.

Finalmente, Guimarães (2002:12 – grifo nosso) considera que o sentido se faz no acontecimento, isto é: “A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que **abre o lugar dos sentidos**, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma **nova temporalização**, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, **sem a qual não há sentido**, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.”

E eu acrescentaria que, no caso da metáfora local³⁵, essa nova temporalização se faz pelo “efeito de retórica na memória”, funcionando como efeito de sustentação para o(s) sentido(s), na articulação entre interdiscurso e acontecimento. Tentarei mostrar isso nos capítulos subseqüentes.

³⁵ Estabeleço, a seguir, uma distinção entre duas ordens de funcionamento para a metáfora, uma em que é constitutiva da linguagem e outra em que funciona como fenômeno local.

**III - A DUALIDADE CONSTITUTIVA DA METÁFORA E
O EFEITO DE RETÓRICA NA MEMÓRIA**

III - A dualidade constitutiva da metáfora e o efeito de retórica na memória

Dizer que os sentidos da língua se fazem na identidade com o de nação (o idioma nacional, a língua-pátria) é, de certa forma, repetir vários trabalhos que vêm se fazendo pelos estudos da história das idéias lingüísticas no Brasil. O esforço aqui é o de mostrar que existem metáforas que reescrevem uma sobreposição constitutiva para esse jogo de identidades e, mais ainda, mostrar como esse processo configura um movimento que define as relações imaginárias do trabalho do sujeito sobre a língua.

Considero, então, que é neste espaço que a metáfora deve ser analisada: como efeito de memória retórica, produzindo singularidade histórica no acontecimento discursivo-enunciativo. O metafórico se dá então, no acontecimento, como espaço de redistribuição dos sentidos, em que a memória retórica opera e faz significar. Tentaremos produzir uma análise que nos permita compreender (a compreensão provisória) esse funcionamento.

Não podemos pensar em análise sem antes dizer algumas palavras sobre um caminho teórico-metodológico que a construção desse nosso percurso de estudo configurou. Na verdade, o que se percebeu é que há uma dualidade constitutiva da metáfora que atravessa a história da constituição desse conceito. Faz diferença dizer que, tanto em Jakobson, Pêcheux, em Lacan ou Milner (“... não apenas a linguagem é um objeto suscetível de metáfora e metonímia, mas ela é suscetível apenas disso. Por quê? Porque de fato a metáfora e a metonímia são as únicas leis de composição interna que são possíveis aí onde apenas as relações sintagmáticas e paradigmáticas são possíveis.” (Milner, 1989:390)), como em outros teóricos cujos trabalhos discutimos aqui – desde os do paradigma da retórica clássica até filósofos como Deleuze - essa propriedade aparece. Isso significa dizer que, mesmo que a sua definição venha formulada pelas mais diversas entradas, essa subdivisão, essa dualidade está posta ou, como aconteceu na maioria das vezes, pressuposta; sem que isso faça com que todos os trabalhos sejam um, pois a diferença vem pela forma de compreensão da dualidade. Está aí uma das seduções da metáfora.

Retomaremos Pêcheux (1975, 1990³⁶), na tentativa de colocar um lugar de formulação para a problemática do que estamos chamando de *dualidade constitutiva da metáfora*. Em seguida, mostraremos como esse lugar abre a possibilidade para se pensar a metáfora como *efeito de retórica na memória*. A partir daí, veremos como esse funcionamento se faz na constituição dos sentidos da língua nacional.

3.1 - A dualidade constitutiva da metáfora

Para quem envereda pelos caminhos análise de discurso, muitas são as referências à obra de Michel Pêcheux em geral e, em particular, à *Les Vérités de La Palice*³⁷. Embora o nosso lugar de filiação teórica seja o da semântica do acontecimento, não poderíamos deixar de escapar a estes sentidos, pelo diálogo que existe entre estes campos de saber.

O nosso interesse está mais fortemente voltado para duas questões fundamentais da obra de Pêcheux: de um lado, pela discussão do que seja a estrutura na perspectiva discursiva, isto é, pelas relações entre os conceitos de língua e discurso na linguagem, na operacionalização da contradição sistema/sujeito e, por outro lado, pela distinção dada à metáfora no funcionamento da língua: essa distinção faz compreender a constituição do conceito, na relação metáfora/opacidade.

Desse modo, o nosso ponto inicial será descrito a partir do que na obra de Pêcheux se localiza na configuração dos pontos finais, isto é, pelos “Anexos” da obra, mais precisamente pela seção em que o autor trata de “Algumas repercussões possíveis (de suas teses) nas pesquisas lingüísticas”. Pêcheux (1988:290 e 291) fecha a discussão com algumas perguntas,

³⁶ *O discurso: estrutura ou acontecimento*. (Tradução Brasileira E.P.ORLANDI. Campinas:Pontes Editores)

³⁷ *Les Vérités de La Palice*. Paris, Maspero. (Trad. Bras. *Semântica e Discurso*. São Paulo:Ed. da Unicamp. 1988).

que, a seguir, transcreveremos. Faremos desse fecho um movimento de abertura. Será esse o nosso ponto de partida:³⁸

1. “_ Em que condições a prática científica lingüística pode se apropriar desse novo objeto constituído pelos *processos discursivos de paráfrase em uma formação discursiva*?”

2. “_ E, em particular, de que modo conceber as “sistematicidades” fonológicas, morfológicas e sintáticas – que constituem as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos – para que seja desfeita a ilusão que faz com que essas sistematicidades (e, sobretudo, a da sintaxe) apareçam como um bloco homogêneo de regras, uma máquina lógica? De que modo conceber os apagamentos, os recobrimentos e as superposições parciais que afetam *necessariamente* essas diversas sistematicidades?”

3. “_ De que modo conceber, enfim, o que se nomeia “a estruturação do léxico” para que ela seja, ao mesmo tempo, o resultado e a matéria-prima dos processos discursivos (através da formação de metáforas, metonímias e sinonímias, da construção jamais unificada de subordinações lexicais contraditórias, da determinação sempre provisória do “próprio” em relação ao “figurado”, etc.), e deixe de funcionar como o pressuposto lógico de todo “ato de linguagem”?”

4. “_ De que modo é preciso conceber o tempo (modalidades, aspectos, etc.) e o espaço (localizações, determinantes, etc.) que são o tempo e o espaço imaginários do sujeito-falante para que a evidência do sentido e do sujeito se torne um objeto teórico para a Lingüística e deixe de se repetir nela, espontânea e cegamente, sob a forma do duplo imperialismo, do sujeito e do sentido? Em suma: de que modo tirar as conseqüências lingüísticas do fato de que “o não-dito precede e domina a asserção”?”

³⁸ Sublinhamos alguns trechos que serão discutidos. Os que aparecem em itálico em entre aspas constam já do original.

Essa longa citação faz-se necessária, pois introduz várias questões que permitem verificar o que Pêcheux examina ao elaborar essa “articulação” da teoria dos discursos com a lingüística. Fundamentalmente, podemos perceber a partir do que aparece destacado, que se abre um espaço para a discussão do que seja, de um lado, a “prática científica lingüística”, e, de outro, sobre como tal prática faz trabalhar a “contradição sistema-sujeito”³⁹.

De um modo geral, diríamos que, embora essas perguntas estejam na conclusão, lançando conceitos, multiplicidades, abrindo caminhos de reflexão, grande parte das “respostas” encontra-se já no interior da discussão que o autor desenvolve no interior da obra. O que se evidencia aqui é um ponto de abertura para a discussão sobre o que seja(m) a(s) sistematicidade(s), o estrutural/a estrutura na perspectiva discursiva e um ponto de abertura para uma compreensão da metáfora.

Logo no início do trabalho, ao introduzirmos Deleuze, tratamos das relações que o autor estabelece para o estrutural, a estrutura⁴⁰. A explicação do autor é esclarecedora, na medida em que se percebe a densidade do conceito, quando aparece como uma relação cruzada entre um presente e um ausente, um real e um ideal, diferenças (diferenciações) e regularidades, enfim multiplicidades e singularidades.

Queremos fazer a passagem para Pêcheux, trabalhando esses dois últimos conceitos em sua dimensão material-histórica. Na verdade, estamos tentando buscar com base nessas observações, algumas indicações particulares para o problema fundamental da metáfora, em suas relações com o sujeito e com o sentido, para explicitar o seu modo de enunciação, processo que compreende uma atualização espacial e temporal do sujeito em seu discurso. Buscamos como temos afirmado entender, num primeiro momento, qual seria o regime de enunciação do processo metafórico, para, em um segundo momento, verificar como esse processo

³⁹ Uma boa definição dos sentidos do que se configura como “contradição” na perspectiva discursiva está em Paul Henry (1992) *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*, Campinas, Editora da UNICAMP, trad. de Maria Fausta Pereira de Castro. Por exemplo, encontramos, na página 21, as seguintes afirmações: “A contradição aqui tematizada (entre objeto real e objeto de conhecimento no processo de produção dos conhecimentos) não é uma contradição pontual, como a contradição no sentido lógico. (...) a contradição é o próprio desenvolvimento. Ela está presente desde sempre e só é suplantada por uma transformação revolucionária das relações de produção.”

⁴⁰ Conferir as discussões propostas no item 2.2 deste trabalho, entre as páginas 18 e 26.

trabalha a constituição de um conceito de língua, na gramatização brasileira do português. Voltemos, então, a Pêcheux, na tentativa de abrir estes caminhos.

Inicialmente, o autor afirma que o seu propósito é o de “questionar as evidências fundadoras da “Semântica”” (p.20), tentando elaborar, ainda segundo o autor, as bases de uma teoria materialista. Para ele, a semântica constitui o “ponto nodal” das contradições que atravessam a lingüística “e a organizam sob a forma de tendências, direções de pesquisa, “escolas lingüísticas”, etc.” (p.20). Ainda segundo o autor, é nesse ponto que a lingüística tem a ver com a filosofia. Estão enunciados aí dois campos de saber a partir dos quais Pêcheux promoverá movimentos de aproximação e distanciamento, ao produzir o seu deslocamento.

Poder-se-ia dizer, com efeito, que a grande crítica do autor incide severamente sobre a semântica formal. Essa que trata assepticamente a significação, criando um aparelho lingüístico que canaliza as relações de sentido. Essa que o modo de produção capitalista produziu, essa “máquina de classificar”, cujos “frios espaços exalam um sujeito ardente”. (conferir pp. 30 e 31). Estão enunciados aí dois conceitos fundamentais que promoverão o deslocamento: sujeito e sentido. Revolução na “prática científica lingüística”. Tematização da contradição sistema/sujeito, que toca o real da história e o real da língua⁴¹. Assim, o deslocamento para uma abordagem teórica materialista dos processos discursivos se constitui sobre uma base de operação em “binômios”, sobre relações de oposição e deslocamentos entre conceitos (ou, “mecanismos” como propõe o autor; conferir, por exemplo, as afirmações da página 132): determinação/explicação, necessidade/contingência, encaixe/articulação, simulação/identificação, base/processo, sujeito/sistema, idealismo/materialismo. A relação contraditória entre estes elementos no campo lógico-lingüístico faz florescer o deslocamento. Isso é fundamental, como veremos a seguir, para a compreensão do que sejam, no dispositivo teórico do autor, a metáfora, o sujeito, o sentido. Apenas adiantaremos que a compreensão da forma de abordagem que a metáfora recebe em seu dispositivo teórico faz avançar o quadro de compreensão de uma teoria materialista dos processos discursivos. Encontramos em Pêcheux duas ordens de funcionamento

⁴¹ A reflexão sobre a metáfora como constitutiva do real da língua aparece em vários momentos de sua obra. Conferir, por exemplo, Pêcheux, M. e Gadet, F. *La Langue Introuvable*, 1981:62.

do conceito de metáfora, isto é, os desdobramentos do efeito metafórico na obra de Pêcheux permitem depreender uma concepção de metáfora em que este fato aparece:

- a) **ora como formulação na linguagem:** quando formula o conceito de efeito metafórico a partir da noção de nonsense de Lacan (a formulação do efeito metafórico – o sentido se produz do nonsense – vem da definição lacaniana de metáfora, cf. nota 54, p. 63, *La Langue Introuvable*), como espaço do ideológico, como movimento de transferência na linguagem.
- b) **ora como operação na língua:** quando trata das operações de constituição da metáfora, quando trata do sentido da palavra, como *efeito de retórica na memória*⁴², como espaço do político na língua.

Não se pode dizer efetivamente que haja primazia de uma ordem de funcionamento sobre a outra, trata-se de uma descrição sutil do fenômeno, algo que se pode alcançar através de uma compreensão da metáfora, enquanto processo, na destabilização do sentido, e não enquanto atividade meramente cognitiva, de decodificação do sentido. Aí é que estava o grande problema de Charbonnel (1991), que embora propusesse uma compreensão bastante ampla do fenômeno, tratava a metáfora basicamente como uma operação cognitiva, como tivemos oportunidade de verificar pelas discussões estabelecidas no final do capítulo anterior. Assim, se para os manuais de retórica, de poética, de gramática, a metáfora é sempre concebida como desvio, podemos dizer que o dispositivo teórico de Michel Pêcheux produz um deslocamento que permite que alcancemos, em sua materialidade, duas ordens de funcionamento para esse fato de linguagem, que chamamos de “ordem de formulação” e “ordem de operação”.

Nossa compreensão da metáfora desenvolve-se no interior da segunda em suas relações com a primeira. Assim, veremos como no interior de um espaço de enunciação⁴³ sobre as questões que envolvem a constituição dos sentidos de língua (nacional), no final da segunda

⁴² O conceito de “efeito de retórica na memória” será abordado com mais especificidade na próxima parte do trabalho.

⁴³ Para uma conceituação de espaço de enunciação, conferir Guimarães, E. (2000) *o político e os espaços de enunciação*. Conferência nº1 do Encontro Nacional Linguagem, História, Cultura. Cáceres: UNEMAT.

metade do século XIX e início do XX, as construções metafóricas se orientam através das *imagens enunciativas* que passam a produzir e a fazer circular.

Pêcheux parte da evidência do sujeito inerente às teses da filosofia da linguagem. Nesse sentido, o autor põe em discussão os conceitos de determinação e explicação, necessidade e contingência. Logo de início, considera que a relação lógica de determinação põe em evidência a união entre 1 (um) sujeito e 1 (uma) proposição, tratando especificamente da ordem do ser, ao contrário da relação explicativa, “que intervém como uma incidência do pensamento sobre a ordem das essências” (p. 44). Para o autor, essa subordinação “do falar à ordem que só ele permite formular, logo a subordinação do campo da gramática e da retórica ao do conhecimento, se marca, enfim, na concepção clássica da relação que o sujeito falante mantém com seu discurso.” (p.45) Ou seja, para o autor, está ausente aí, uma teoria da enunciação⁴⁴.

Nessa ordem de compreensão do sujeito fica colocada uma outra falta, que é aquela posta pela distinção – tomada de Foucault-, entre “língua materna” e “língua a aprender” (p. 45). Todas essas distinções serão trabalhadas a partir da retomada de uma metáfora – a da *cegueira* -, que o autor já faz funcionar, quando, de início, usa como “ponto de partida” o enunciado metafórico de Stalin “Estou rodeado de gatinhos cegos”, que, segundo Pêcheux (1988:15), teria sido proferido um dia por Stalin. Assim, essa metáfora é trazida para mostrar e fazer compreender a relação do sujeito e dos sentidos, pois descreve uma contradição, um deslocamento que vai de uma *cegueira* a um *tornar visível aos olhos*, isto é, a contradição entre os efeitos políticos da revolução dos soviéticos e da vitória de Stalingrado. O fato histórico se reimprime na contradição e produz os seus efeitos na relação entre o sujeito e os sentidos. E a metáfora, atravessada pela história, permeia essa relação.

Conforme Pêcheux, o “esquecimento”/“apagamento” da história na constituição da disciplina Semântica faz com que se produza uma circularidade em seu percurso constitutivo:

⁴⁴ O conceito de enunciação aparece no final da página 62 e início da 63, e é fundamental, pois para Pêcheux, a enunciação irá constituir “o invariante das diferentes formas que a semântica toma hoje.”: “Em outras palavras, designa-se por enunciação, ao mesmo tempo, o fato do sujeito ser o suporte de seu enunciado e o conjunto dos efeitos subjetivos (conteúdos psicológicos variados) subjacentes a esse enunciado.”

“um trajeto que, *em seu próprio desenvolvimento*, parece condenado a voltar indefinidamente sobre seus próprios passos...” (p. 63)

Na verdade, o que se percebe, é que o autor, ao retomar e enunciar, na perspectiva discursiva, as teses fundamentais do materialismo histórico, mostra como o domínio da Semântica, trata o sentido e o sujeito como algo evidente, deixando de lado as transformações históricas que os afetam. Nesse sentido, as contribuições dos estudos de Guimarães para a Semântica, no Brasil, são fundamentais, na medida em que o autor traz a história para os estudos da significação.

Lagazzi-Rodrigues, em sua tese de doutorado (1998:76 e 77), afirma, ao discutir um trabalho de Pêcheux (1990⁴⁵), que o autor “lembra que as práticas ideológicas são “reguladas por *rituais*” e que não há rituais sem falha. Ao tomar “uma palavra por outra” na relação metafórica, a linguagem abre espaço para o lapso, o ato falho, pontos de quebra desse ritual que regula, contém, e traz a possibilidade de irradiar. A noção de efeito metafórico como transferência, deslizamento de sentidos, permite que o irrealizado ocupe o lugar daquilo que, em outras condições materiais, pode vir a ser.” Ainda no mesmo trabalho, em um momento anterior (p.19), Lagazzi-Rodrigues mostra como Orlandi (1996) formula essa definição: “A autora mostra que quando Pêcheux fala em efeito metafórico na relação dos sentidos, chamando a atenção para o fenômeno da “transferência”, do “deslizamento de sentido”, da “deriva de um sentido para outro”, está afirmando que não há sentido sem interpretação, o que coloca a interpretação como constitutiva da língua, “como parte irrecusável da relação do homem com a língua e com a história” (Pêcheux, 1983, retomado por Orlandi, 1996, p.47), sem que esteja, no entanto, no campo da intenção. Cai por terra a noção de controle, de metalinguagem, já que o sujeito e a língua estão sempre expostos ao equívoco, ao deslize e à falha.”

Então, quais seriam as relações postas pela metáfora – qual seria a sua “eficácia”? – na distinção de um quadro dessa ordem? Embora uma “posição assumida” sobre o funcionamento metafórico apareça nas páginas finais do livro – isto é, entre as páginas 262, 263,

⁴⁵ Pêcheux, M. (1990) *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas (19): 7-14. Julho/Dezembro.

e culmine no momento em que o autor retoma o conceito laciano: “A metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*”, que descreve o que inicialmente, chamamos de “ordem de formulação” - é possível verificar ao longo da leitura de sua obra, que esse conceito se faz ao mesmo tempo em que o autor postula a existência de um caráter material para o sentido, negando então a tese da literalidade⁴⁶.

Já para a compreensão da segunda ordem, a que chamamos de “ordem da operação” duas distinções são fundamentais. São elas, o que o autor designa por “processo subjetivo” (p. 130) e “processo sócio-histórico” (p. 132).

Há, então, no movimento de constituição dos sentidos sobre o conceito de metáfora duas ordens de significação: uma em que a metáfora é fundadora da linguagem – a ordem em que o sentido se faz por transferência, um sentido pelo outro - e outra em que pode ser percebida como uma relação “local”⁴⁷ – e que vem pelos *efeitos de retórica na memória*.

Temos tentado mostrar com este nosso trabalho, que esse conceito, em suas múltiplas formas, em suas mais diversas relações e equivalências de sentido, permite-nos formular também múltiplas questões sobre a produção de sentidos na linguagem. Uma delas, que me parece fundamental, é a que diz respeito à não-anterioridade do sentido. Nessa direção, reproduzo aqui as palavras de Paul Henry (1993:162), quando diz que, a partir de M. Foucault e M. Pêcheux operar com a categoria do discurso significa produzir sobre os fatos da ordem do sentido “certas relações de metáfora ou de metonímia, ao invés de tomá-los (os conceitos) só como dados, ao invés de, por exemplo, opor *a priori* um sentido próprio a sentidos derivados.” Assim, sobre o eixo metafórico encontra-se funda(menta)da a constituição das relações de sentido na linguagem.

Com efeito, existe também uma outra relação de metáfora, que afeta a materialidade histórica da ordem da língua e que configura o que estamos chamando de *efeito de*

⁴⁶ Conferir, por exemplo, as notas 27 e 47, que aparecem, respectivamente, entre as páginas 182 e 184, da tradução brasileira.

⁴⁷ Aqui parafraseio Orlandi, em *Os sentidos do silêncio* (1993), quando mostra que o silêncio pode ser fundante e constitutivo das relações da linguagem e na língua.

retórica na memória. Para exemplificar o que quero dizer com essa formulação e, também, com esse mesmo gesto, tentar ampliar a minha hipótese de trabalho, retomo algumas questões.

3.2 - *Retórica, memória e historicidade*

Mais uma vez, recorreremos às distinções de Orlandi (1999:54) para tentar situar a nossa discussão. Conforme a autora, um dos trabalhos da metáfora é colocar o dizer e o sujeito, no que considera a “*repetição histórica* que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, *atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.*”⁴⁸

A definição do que seja a « repetição histórica » já aparece em um trabalho seu anterior (Orlandi, 1996:70), no momento em que trata de situar a questão da autoria na perspectiva discursiva. Para ela, a constituição do autor supõe a repetição, que pode ser compreendida a partir da seguinte distinção:

- a) “repetição empírica”: “exercício mnemônico, que não historiciza”,
- b) “repetição formal”: “técnica de produzir frases, exercício gramatical, que também não historiciza”,
- c) “repetição histórica”: “a que inscreve o dizer no repetível, enquanto memória constitutiva, saber discursivo, em uma palavra: interdiscurso. Este, a memória (rede de filiações), que faz a língua significar. É assim que sentido, memória e história se intrincam na noção de interdiscurso.”

Esta distinção nos interessa fundamentalmente, porque nos coloca frente ao problema de linguagem que estamos tratando. Assim, poderíamos dizer que, quando trazemos a

⁴⁸ Grifos nossos.

retórica para o lugar da repetição histórica, alcançamos uma compreensão da questão da autoria no processo de produção do sentido metafórico: a meu ver, a metáfora produz, no acontecimento, pontos de visibilidade do processo de subjetivação. O que é subjetivo vem então como efeito de retórica na memória. E, ainda, o que precisa ficar claro, é que não é a metáfora que faz o sujeito estar na repetição histórica, mas é a repetição histórica que possibilita a metáfora, produzindo a singularidade do/no acontecimento. Esse efeito de sentido – de retórica na memória - faz com que a metáfora funcione, na repetição histórica, como transferência. Já na repetição formal, lugar da não-historização, a metáfora é transporte de sentido, figura de estilo.

O processo metafórico produz lugares de significação que configuram as marcas do interdiscurso na ordem da língua. Isto é, a metáfora se faz na enunciação e produz um deslize no sentido de forma que a língua passa a abrigar uma memória nova. Para além dos desvios, para além dos tangenciamentos, a metáfora é o ponto em que o sujeito está tomado pelo sentido. E, este sujeito que se constitui no e pelo acontecimento de produção do sentido metafórico, não corresponde a um sujeito empírico-intencional, e sim, a uma disparidade de posições de sujeito, pois, nos termos de Guimarães (1999:12): “Sem esta disparidade não há enunciação”.

Para o autor, o sujeito da enunciação é afetado pelo depois, por uma diferença com relação ao presente do acontecimento; é constituído por uma disparidade entre os tempos da enunciação e da interpretação. Podemos dizer, em decorrência do exposto, que a prática discursiva é constituída pela enunciação de uma memória que temporaliza o acontecimento. Nas palavras de Guimarães (1999:5):

“A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, memória de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é a diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação.”

O autor chama a atenção para o fato de que nomear é uma prática enunciativa e o sujeito está exposto cotidianamente a esta prática. Para que haja uma construção enunciativa dos sentidos, há que se pensar, conforme o autor, que existe alguma enunciação anterior que cria condições para que o nome exista: “Não há como enunciar senão dentro de uma história de enunciações.”

Define, então, a enunciação como acontecimento histórico, “(...) que se dá porque a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no discurso, e isso, por si só põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso.” (1995:65)

A meu ver essa temporalidade da enunciação constitui o acontecimento de linguagem, na medida em que os sujeitos são díspares: “a relação intersubjetiva é não-consensual”. Poder-se-ia dizer, então, que a metáfora, enquanto processo sócio-histórico de construção dos sentidos, (re)organiza a temporalidade do acontecimento, em decorrência da singularidade que produz (como lugar do novo tomado na história) e da subjetividade que inaugura e projeta.

Assim sendo, poderíamos dizer, que uma das formas de captar esta temporalidade dos sentidos que se põem no acontecimento, seria a compreensão do processo de significação que a metáfora constitui, através dos mecanismos de seu funcionamento enunciativo. Em nossa compreensão, a metáfora opera (n)esta temporalidade, na medida em que há no processo de produção do sentido metafórico, como acabamos de dizer, o lugar da constituição da subjetividade, de pontos em que se percebe o processo de subjetivação.

Em suma, a metáfora se dá, na temporalidade do acontecimento, ora como lugar de redistribuição, ora como de destabilização e, finalmente, como lugar de confluência dos sentidos. Voltaremos a essa distribuição dos lugares de significação, no momento da análise das construções metafóricas que foram produzidas sobre os sentidos da língua, da escola e do sujeito nacional.

3.3 - *Acontecimento e Temporalidade*

Em *Políticas da escrita*, J. Rancière (1995) coloca que política e escrita são palavras tomadas em uma multiplicidade de sentidos. Já no título, o autor as conjuga em uma expressão definida, “Políticas da escrita”, o que define um de seus propósitos: tratar o escrever como um gesto político, pois coloca “uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga, desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade.” (p. 7)

Assim, a escrita é política, porque:

- a) constitui uma relação entre a ordem do visível e a do dizível
- b) constitui uma dispersão democrática

Isso quer dizer que, para Rancière, é um jogo muito mais complexo que é jogado entre os poderes do escrito e a ordem ou desordem social, pois, para ele, “a escrita sempre significa mais que o ato empírico de seu traçado. Ela metaforiza uma relação entre a ordem do discurso e a ordem dos corpos em comunidade (...) Antes de ser polissemia ou disseminação a escrita é divisão.” (p. 41)

Podemos dizer, com base nesse pressuposto teórico e epistemológico de Rancière, que E. Guimarães vem realizando um esforço teórico de construir um conceito de enunciação, em que se considere o acontecimento enunciativo como espaço da divisão do sensível em que se regula o dizível: o homem está necessariamente afetado por um conflito de relações sociais que lhe negam as relações do dizer e que lhe impõem outras. Isso quer dizer que enunciar é (re)significar, é (re)dividir o sensível.

Em decorrência disso, Guimarães propõe que tomar a enunciação como

acontecimento exige que se coloque a questão da temporalidade, pois, segundo o autor, não há como pensar o acontecimento sem pensar sua temporalidade, que não é nem factual (cronológica), nem axial (subjéctiva). Ou seja, essa temporalidade não distribui o tempo, é uma temporalidade que distribui o sentido.

Desse modo, é possível encontrar na enunciação a própria disparidade do sujeito a si e do sujeito ao que diz. Em outros termos, para o autor, o dizer não se dá no tempo, o dizer temporaliza. Ele dá para si um presente, uma memória e, um depois. Quando se recorta o acontecimento, recorta-se o “sempre-já”, pois, do ponto de vista do acontecimento, tem-se um recorte de memória que também é um presente. É nesse sentido que se pode compreender a afirmação, recorrente em sua obra, de que a língua funciona afetada pelo interdiscurso.

Mas o que significa, então, analisar, em uma perspectiva como essa (enunciativa e discursiva), a natureza e o funcionamento do movimento de escrita inaugurado pelo sujeito que nomeia a língua como “esteio da nação”? Uma resposta imediata seria aquela que nos conduz a pensar sobre a constituição sócio-histórico-política desse acontecimento. Pensar os recortes de memória que lhe garantem o sentido.

Vimos até o momento alguns pontos essenciais sobre o processo de constituição do sentido metafórico em suas relações com a história, com os efeitos de memória discursiva, com os sentidos. Tentaremos, a partir de agora, analisar seus efeitos.

De imediato, poderíamos dizer que a tentativa de responder a esta questão se abre para, pelo menos, duas possibilidades. Uma que se situa em um outro lugar que não o da materialidade que o conceito de língua nos propõe nesse acontecimento, e que se localiza nos limites da estabilidade de sentidos do(s) dicionário(s), e uma outra, instaurada a partir das discursividades que o acontecimento inaugura. Joguemos, então, com estas possibilidades.

Supõe-se, assim, para a primeira das possibilidades certa simultaneidade enunciativa – um jogo de identidades, mas também, e fundamentalmente, diferença de posições. E é sobre este jogo entre identidade e diferença, como veremos adiante, que a metáfora vai funcionar.

Este nosso ponto de partida estaria configurado também em suas relações com o que propõe Guimarães, quando trata da noção de político em Rancière. Assim, segundo a reflexão proposta pelo autor, poderíamos dizer que, tanto no artigo “O dissenso”⁴⁹, quanto em “Políticas da escrita”, Rancière apóia a noção de político numa lógica da dominação legítima, isto é, a história humana se faz por essa lógica em que as relações são sempre organizadas numa distribuição de papéis hierárquica/organizada, e o político redivide esses papéis, o político redivide o sensível. Essa divisão dos papéis se faz, como coloca Guimarães, por uma contradição radical, que, ao mesmo tempo em que afirma a exclusão, inclui no dizer.

Ora, nos termos da hipótese que estamos desenvolvendo, parece-nos pertinente afirmar que o político aparece na medida em que ao produzir a troca dos nomes, no nosso exemplo acima – entre língua e esteio – o sujeito (re)significa a própria significação do que o nome seja, sem deixar de significar: esse gesto de escrita significa pela dispersão do sentido no acontecimento.

Então, a divisão aparece como o lugar em que o sujeito que enuncia, ao se constituir e em sendo constituído, ressignifica o dizível e se sente significado por aquela nomeação, produz uma partição no dizer, o que faz com que o sujeito não diga, mas signifique no acontecimento.

Isso pode ser verificado com base no próprio movimento de constituição do sentido metafórico, no espaço do acontecimento. Pois, como diz Orlandi (1997):

“Este deslizamento, a metáfora, própria da ordem simbólica é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade. (...) é neste lugar, sítio em que se produz o deslizamento de sentido enquanto efeito metafórico em que a língua e a história se ligam pelo equívoco (materialmente determinado) que se define o trabalho ideológico, em outras palavras, o

⁴⁹ Rancière, J. “O dissenso” in: Novaes, Adauto _ A crise da razão. São Paulo. Companhia das Letras: 1996. Nesse ensaio, o autor concebe o dissenso como uma “crítica ao discurso que identifica a racionalidade política ao consenso e o consenso ao princípio mesmo da democracia” (p.367), definindo-o, segundo várias distinções, mas, sobretudo, como “um conflito sobre a própria configuração do sensível” (p.373).

trabalho da interpretação. Como este efeito, ao mesmo tempo em que constitui o sentido constitui o sujeito, podemos dizer que a metáfora também está na base da constituição do sujeito (...).” (p. 7)

Assim, dentro dos domínios da situação em que produz a construção metafórica, o sujeito “reconstrói” a história, a memória do dizer, através de uma determinada maneira de significar na história. Nesse sentido, é que podemos afirmar que a construção metafórica configura um lugar de constituição de uma subjetividade histórica.

Por essa via é que se pode reconhecer e verificar o funcionamento dissensual do acontecimento em que o sujeito é constituído pelo conflito, pela diferença. Mas é dessa posição que significa.

Ao refletirmos sobre a forma como o enunciado produz sentido, cabe reafirmar que a metáfora funciona como um lugar de subjetividade, produzindo pontos de emergência/dispersão do sujeito, pois este se representa pelos sentidos que enuncia e historiciza.

Desse modo, colocar-se em um campo de análise cuja perspectiva é discursiva, corresponde ao que Pêcheux (1999:14) propõe quando trata das questões epistemológicas da análise de discurso:

“A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro).”

Para compreender as relações de sentido, partiremos dessa questão na próxima parte do trabalho.

**IV - OS JOGOS METAFÓRICOS E A CONSTITUIÇÃO
DO(S) SENTIDO(S): OU A LÍNGUA E A ESCOLA NAS
FORMAS DA IDENTIDADE NACIONAL**

IV - Os Jogos metafóricos e a constituição do(s) sentido(s): ou a língua e a escola nas formas da identidade nacional

Nos capítulos precedentes, buscávamos estabelecer um eixo teórico em que se reconstruísse parte dos estudos sobre a metáfora, na tentativa de compreender o fenômeno em sua multiplicidade, isto é, como processo fundador das relações de sentido na linguagem e como efeito de retórica na memória, enquanto significação local. A tentativa era a de construir um eixo de compreensão das propriedades histórico-enunciativas pelas quais essa “forma-sentido” pode se instanciar.

O que se procura, a partir de agora, é recuperar parte do percurso em que o jornal se coloca como fundador da identidade nacional, na medida em que faz circular a discussão sobre a língua e seus sentidos. Aí a metáfora também produz singularidade, mostrando como se dá o sempre-novo na relação do sujeito com a sociedade na história.

O jornal põe uma relação entre instituição e textualidade, no que diz respeito às práticas relativas à língua, de forma que o que se pode dizer é que o jornal constitui (e se constitui em) um espaço de reflexão/compreensão/interpretação dos sentidos sobre a língua, em fins do século XIX e início do XX. O que distinguiria então o papel da imprensa na formação da identidade nacional?

O objetivo aqui não é o de retomar os trabalhos para traçar uma história dessa relação, mas não poderíamos deixar de falar, na tentativa de responder a pergunta, do trabalho de Mariani (1993: 33), mais precisamente, nos parágrafos em que a autora trata da participação da imprensa na constituição histórica da memória oficial do Brasil. Em suas palavras:

A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis conseqüências desses fatos do

presente – e, assim, legítima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.

Não se trata, aqui, como pode parecer, de um mero jogo de palavras. No nosso entender, o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro. E mais ainda: uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado.

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade.

Assim, como dissemos logo no início do trabalho, buscaremos compreender como as falas sobre a língua entram e se deixam falar nos domínios de significação construídos pelos artigos de jornal. O discurso da imprensa produzido entre fins do século XIX e início do XX organiza um conjunto de questões relevantes para a formação dos sentidos da língua nacional, na medida em que estabelece uma relação muito particular com a linguagem: é um lugar de constituição dos sentidos sobre a língua que está fora das instâncias dos instrumentos lingüísticos oficiais ou oficializados, como as gramáticas ou os dicionários. Trata-se de verificar como se constituiu, no discurso da imprensa produzido nesse período, um modo de conceber a língua, tendo em vista que este recorte é significado pela metáfora.

Na verdade, o que procuro são as seqüências metafóricas que caminham para a constituição dos sentidos da língua nacional. Em termos gerais, o que encontramos nesse momento inicial de circulação do jornal, definido entre fins do Segundo Império e início da República no Brasil, é uma distribuição de palavras que, posteriormente, recobrirá os seguintes sentidos: **a língua (é) pátria, é mãe, é o esteio da nação**, ou seja, o que esperamos apontar é que

há um processo metafórico diferente que, sustentado pelo interdiscurso, vai trabalhando os sentidos.

Nesse primeiro momento, que poderia ser descrito a partir do dia primeiro de janeiro de 1875, data da publicação da primeira edição de *A Província de São Paulo*⁵⁰, até alguns anos do final do século XIX, o material de pesquisa se configura então por um conjunto de artigos que tratam, em geral, da questão da identidade (nacional) e, também, do positivismo e de suas relações com as outras “ciências”, como a lingüística⁵¹.

4.1 - Em torno das representações

Passo a enumerar alguns eixos com base nos quais pretendo organizar este capítulo. Eles também servirão para orientar a leitura do material apresentado. Desse modo, o primeiro eixo diz respeito à **constituição do corpus**, que, em termos gerais, se configura por artigos publicados em um mesmo jornal *A Província de São Paulo/O Estado de São Paulo*, produzidos entre fins do século XIX e início do XX, sobre o tema da língua em suas relações com o sujeito, com a escola e com o Estado. Desse modo, no que diz respeito a esse material de análise, farei a transcrição de parte de alguns artigos publicados entre os anos de 1875 e 1876, relativos aos seguintes assuntos: a) a naturalização de estrangeiro – que, naquele momento, funcionava como parte da distribuição de palavras que significava a constituição do sujeito nacional – b) a relação entre a teoria darwinista e os estudos da linguagem e c) a instrução pública no Brasil da época.

⁵⁰ A nomeação *O Estado de São Paulo* passa a funcionar com a Proclamação da República, em 1889.

⁵¹ As seqüências que constituem o material de pesquisa encontram-se transcritas na parte que forma os ANEXOS da tese. No decorrer da análise, para retomar esse material, faremos a seguinte marcação: antes de transcrevermos o texto, a) empregaremos iniciais maiúsculas para referir ao jornal; assim quando se tratar das iniciais “PSP”, estaremos nos referindo à *Província de São Paulo* e, quando empregarmos as iniciais “ESP”, ao *Estado de São Paulo*; em seguida: b) indicaremos a data de publicação do artigo e, quando estiverem delimitados, c) a coluna em que o artigo foi publicado e o título deste. Os artigos estão enumerados pela ordem em que aparecem no corpo do texto. Em sua maioria estes artigos apareciam na primeira página do jornal.

Aos problemas trazidos por este primeiro conjunto de artigos, tentarei relacionar, posteriormente, um segundo formado por textos publicados entre 1907 e 1910, em que se discute a) o Acordo Ortográfico entre Portugal e Brasil e b) o sujeito (nacional), a escola e a língua. Então, dois “recortes” de significação operam a constituição do corpus: de um lado, temos um momento inicial (1875 e 1876) em que a questão da língua é atravessada pela relação do sujeito com a escola e com o Estado e um segundo momento em que a questão da língua é vista pela Reforma.

O segundo eixo diz respeito a **como analisar esse material**: o ponto de saída será considerar a discussão sobre a língua nacional vista por meio das metáforas que configuram os seus sentidos, ao lado de outros, como os de escola e os de sujeito nacional. O jogo constitutivo do material de pesquisa é que me permite dizer que a metáfora entra nesse universo de significação e faz render o sentido, de forma que o que se diz sobre a língua permanece. Há um movimento metafórico definido por um procedimento de naturalização nos diversos textos, constituindo uma temporalidade própria. Este movimento de naturalização do processo metafórico no discurso do jornal deu, ao final do período (1910), sentido à metáfora local “a língua é o esteio da nação”. Em outras palavras, há o mesmo recorte de significação, embora passados aproximadamente 40 anos entre a publicação do primeiro conjunto de textos para o segundo.

De início, o que se pode dizer é que há na relação entre os três sentidos – da metáfora, da língua, da escola (e do Estado) –, naquele período, uma sobreposição de um pelo outro, na medida em que é um momento político significativo. É interessante que, ao percorrer os dois momentos, percebo certo **efeito de rarefação** dos enunciados, o que acaba promovendo uma espécie de acontecimento entre os enunciados que os torna raros, como se os seus sentidos se suspendessem por certo período de tempo e, depois, viessem para a linha de frente, desencadeados pelos fatos políticos: um exemplo disso é o que acontece com a discussão sobre o conceito de língua nacional, que aparece em alguns artigos produzidos em fins do século XIX e fica como que “esquecida”, logo no início do século XX, enquanto se discute muito o papel da escola na formação do sujeito nacional, dado que, para os republicanos, a questão da escola é

relevante nesse sentido. A discussão sobre a língua reaparece puxada pelas discussões sobre a Reforma Ortográfica de 1907. Dessa maneira, para tratar da questão da língua, procurarei na imprensa e tomarei como ponto de referência o momento do Acordo Ortográfico efetivado em 1907 entre Portugal e Brasil. Esse movimento marca a retomada de relações entre as duas nações. Na busca de uma unidade identitária a língua fica em questão. O trabalho da análise será então o de mostrar que há um efeito de naturalização que permanece e, antes disso, será o de mostrar como ele vem. O recorte do material é significado pela metáfora “a língua é esteio da nação” e isso constitui um percurso de construção da metáfora. Nosso trabalho será mostrar como, no processo metafórico, outras metáforas são paráfrases de “esteio da nação”.

Um terceiro eixo para as questões seria aquele que remete ao inventário de descrição dos textos. Ao se fazer isso, o que se buscaria compreender seriam **as regularidades do processo metafórico em torno dos conceitos**, ou seja, a descrição do que me faria compreender, ao identificar os lugares de metáfora, porque os jornalistas republicanos discutem escola, nação e língua; qual/quais o(s) pré-construído(s) que engendra(m) esse processo. Pois, nesse momento, a idéia de nação pressupõe a idéia de uma unidade lingüística. Há, então, um espaço que se abre na imprensa para a discussão de um pensamento sobre a língua. Isto está posto nas questões trazidas pelos artigos que analiso. Em outros termos, o que se percebe, é que o grupo de republicanos que funda o jornal *A Província de São Paulo* tem a preocupação fundamental de promover acontecimentos que levem o país à “civilização”, como é o caso das discussões trazidas por vários artigos sobre a questão da escola, dos quais a seguir trataremos. Essa busca se faz por um discurso cuja preocupação constante é **a constituição do sujeito nacional**: caminho estabelecido por duas vias – a **língua** e a **escola**. Tudo isso a partir da construção de um jogo proposto por representações produzidas no **processo metafórico** que mostra a existência de uma efervescência contínua no desenvolvimento do **Estado-Nação**.

As metáforas se reúnem para formar um enunciado ideológico fundamental, que vem trazido pelas suas relações com as idéias positivistas mobilizadas pelos jornalistas republicanos; assim, quando se afirma que *A língua é o esteio da nação* (04 de abril de 1910), seu *corpo*, sua *alma*, produz-se um jogo de identidades que reaparecerá de diferentes formas, em

diferentes momentos. Mesmo naqueles em que a discussão sobre a língua seja menos densa, menos espessa, “sofra” o efeito de rarefação. Nesses momentos, para constituição do processo metafórico que opera as relações e as faz funcionar, trabalhar com o conceito de metáfora como **efeito de retórica na memória** será fundamental.

Para cada uma dessas etapas, formulo algumas hipóteses, que espero poder orientar a análise.

Finalmente são nossos objetivos nessa parte da tese mostrar que:

- a) há um espaço que se abre na imprensa para a discussão da língua e do sujeito nacional.
- b) essa discussão se faz a partir de uma ideologia da positividade⁵² (que temporaliza o acontecimento).
- c) isso se organiza a partir de metáforas que funcionam (no acontecimento) como efeito de retórica na memória: efeito de sustentação, de pré-construído, para o dizer sobre o sujeito, sobre a língua, a escola e sobre o Estado Nacional.

4.2 - No movimento das formulações

Entre os anos das primeiras publicações do jornal *A Província de São Paulo*, isto é, entre 1875 e 1876, encontramos nos artigos metáforas que formulam os sentidos de nomeações como: “nação”/“nacionalidade”, “povo”/“cidadão” (“almas” e “corpos”) e “estado”.

⁵² Essa noção foi construída com base no que consideram Delesalle e Chevalier (1998: 203) sobre a nova orientação dada à ciência gramatical a partir de fins do século XVIII: A linguagem passa a constituir um dispositivo sociológico de base; “sous la pression des développements socio-économiques et, ultimement, de l’esprit positif (...)”.

Nesses anos, são redatores do jornal: “Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles⁵³, advogado residente em Campinas; Francisco Rangel Pestana⁵⁴, advogado, residente em S. Paulo, SP; Americo de Campos⁵⁵, jornalista, residente em São Paulo, SP.”

As idéias sobre o que sejam cada uma das nomeações apontadas anteriormente tomam forma. Elas se configuram por meio de metáforas locais⁵⁶ que se organizam em torno das significações de “corpo”. Há, por exemplo, “metáforas orgânicas” que se relacionam às questões do corpo trazidas pelas ciências naturais, há também outras maneiras de se produzir essa forma-sentido, que vêm de outras ordens de significação, como a do religioso. É o que veremos, a seguir, pela leitura de alguns enunciados tomados de artigos publicados em janeiro de 1875.

Como exemplo, podemos mostrar um trecho do editorial publicado em 04/01/1875, isto é, na primeira edição do jornal, no qual podemos encontrar a seguinte seqüência:

“O jornalismo é um sacerdocio, e tanto mais nobre e difficil, quanto é certo que aquelles que o exercem devem muitas vezes esquecer sua individualidade e abafar suas paixões pessoaes, para se lembrarem constantemente de que representam uma força – sociedade ou partido ou o que quer que ella seja – sujeita a variar em sua intensidade e em suas manifestações.

⁵³ - Manuel Ferraz de Campos Salles nasceu no dia 13 de fevereiro de 1841, em Campinas, São Paulo. Em 1872 já era um dos grandes líderes da facção paulista republicana. Em 1884 era deputado pelo partido em São Paulo e tomava uma atitude de neutralidade sem apoiar liberais nem conservadores. Seu próximo cargo político foi o de Ministro da Justiça no governo de Deodoro da Fonseca. Eleito em 1898 para a presidência da república, Campos Salles se dedicou basicamente aos problemas de ordem econômica. Campos Salles morreu na cidade de Santos, São Paulo, no dia 28 de junho de 1913.

⁵⁴ - Político e jornalista, Francisco Rangel Pestana nasceu em Itaguaçu (RJ), a 26 de novembro de 1839, e faleceu em São Paulo, a 17 de março de 1803. Foi um dos signatários do Manifesto Republicano, de 3 de dezembro de 1870. Fundou, em 1875, juntamente com Américo de Campos, o jornal *A Província de São Paulo*, depois, *O Estado de São Paulo*. Foi deputado e constituinte em 1890, depois senador.

⁵⁵ - Américo Basílio de Campos. Nascido em Bragança Paulista em 1833, jornalista e político republicano. Estudou Direito em São Paulo. Iniciou sua atividade jornalística no *Correio Paulistano*, do qual foi redator e diretor entre 1865 e 1874. Com Antonio Manoel dos Reis criou o semanário satírico *Cabrião* (1866-67). Fundador, junto com Rangel Pestana e Campos Salles de *A Província de São Paulo* (1875). Em 1884 fundou, junto com José Maria Lisboa, *Diario Popular*. Figura destacada da massonaria brasileira, pertenceu às Lojas Amizade e América. Cônsul da República do Brasil em Nápoles, faleceu na cidade italiana em 1900.

⁵⁶ Tentaremos mostrar, num segundo momento da análise, como a significação da metáfora local produz o efeito de retórica na memória.

O anno de 1875 abre-se, pois, conservando, se não augmentado, em muitos espíritos justas e sêrias apprehensões quanto à feliciddade d'esta grande nação. Justas sobretudo, quando attentam os observadores para as correntes reaccionarias da Europa a ganhar curso n'este rico e immenso país, aonde o terreno offerece-lhes larga margem, aonde a ignorancia e a passividade social tornam-lhes commodo e facil o accesso. (...)

Como nacionalidade nós somos um producto, - uma resultante de elementos e causas anteriores.”

Em primeiro lugar, aparece uma definição para o jornalismo, trazida por uma metáfora local da ordem do religioso, “o jornalismo é um sacerdocio”. Poderíamos dizer que essa construção traz uma forma de enunciar que configura uma relação para a constituição da identidade desse sujeito da imprensa e o coloca na história como aquele que nela vai interferir, ao produzir uma diferença na sociedade, a partir de um exercício de devoção à sua prática profissional. Vemos, também, que a idéia de nação vem regulada por um sentido positivista, como podemos observar pelo que se afirma no último enunciado da seqüência transcrita: “*Como nacionalidade nós somos um producto, - uma resultante de elementos e causas anteriores.*” Esses sentidos constituirão toda uma ideologia da positividade para a produção de um modo de compreender a língua, o sujeito e a nação, que será estabelecido pelos jornalistas no periódico *O Estado de São Paulo*, nos primeiros anos do século XX, pelas imagens enunciativas que produzem e passam a fazer circular.

A partir do segundo número, publicado no dia 05 (cinco) de janeiro de 1875, uma série de artigos cujo tema é a “naturalização”, começa a aparecer. Tais textos são assinados por Campos Salles e marcam a preocupação com a “nacionalização” (paráfrase interessante para a “naturalização”) dos “estrangeiros” imigrados. Encontramos nesses textos uma forma para a significação metafórica em que relações da ordem dos sentidos orgânicos, mais especificamente, da ordem do “corpo” são formuladas. Em tal modo de constituição, o corpo não significará por ser um todo, e sim por meio de seus segmentos, por suas partes, como podemos ver pela leitura de algumas seqüências dos artigos de Campos Salles, que circularam entre os dias 05 e 12 de janeiro de 1875:

PSP - 05.01.1875 – Secção Económica - “Naturalização I” (Anexo 1):

“Um dos assuntos que na actualidade mais tem preocupado o espírito público e que no entanto menos tem merecido dos altos poderes do estado, é incontestavelmente a imigração. (...)”

E não obstante, apesar do muito que nos ultimos tempos se há dito na imprensa, no parlamento e até nos relatorios dos ministros sobre a urgente necessidade de se introduzir nos elementos de trabalho em substituição daquelle que tende a extinguir-se, o certo é que vae-se passando o tempo, as difficuldades tornam-se cada vez maiores, os embaraços se acumulam, e nem uma providencia efficaz tem sido até hoje tomada no sentido de facilitar a lavoura a aquisição de braços livres, que só lhe podera vir do estrangeiro.”

PSP - 12.01.1875 – Secção Económica – “Naturalização III” (Anexo3):

“E o que mais é para lastimar-se, é que semelhante organização, condemnada de longa data por todos os bons espíritos, persista ainda e continue a exercer a sua perniciosa influencia sobre os nossos destinos, sem que até hoje os estadistas brasileiros se tenham avisado de que não se pôde communicar vida ao corpo quando se mutila os seus membros. (...)”

O proprio corpo legislativo já reconheceu em parte a necessidade desta medida, determinando que os estrangeiros que pertencerem a qualquer colonia formada no imperio, ou que comprarem terras e nellas se estabelecerem, sejam reconhecidos cidadãos brasileiros, logo que assignem na respectiva camara municipal termo de declaração de ser essa sua vontade.

Em um paiz como o nosso, a immigração é sempre util e necessaria, quer o estrangeiro venha offertar o concurso de seu braço laborioso à lavoura, quer procure de preferencia desenvolver a sua actividade em outro qualquer ramo da industria.”

O texto de Campos Salles nos mostra que a partir do momento em que o sujeito é naturalizado torna-se cidadão (“**sejam reconhecidos cidadãos brasileiros**”) e passa a funcionar na constituição do (corpo) do povo para formar a nação. São segmentos de corpos, os “braços livres” ou o “braço laborioso”, trazidos para formar um corpo único, o da nação. Essa questão reaparecerá em artigos publicados posteriormente, mais especificamente, na discussão sobre as relações entre a língua e a constituição da identidade nacional, como é o caso dos textos produzidos entre os anos de 1907 e 1910. Por ora, o que se percebe é que o movimento que inaugura a identidade se faz na relação do sujeito com a terra, por um efeito de naturalização: “**os estrangeiros que pertencerem a qualquer colônia formada no império, ou que comprarem terras e nellas se estabelecerem, sejam reconhecidos cidadãos brasileiros, logo que assignem na respectiva camara municipal termo de declaração de ser essa sua vontade**”. Toda esta questão de uma naturalização dos sentidos permeia as discussões produzidas pelos jornalistas, principalmente no ano de 1875. Considero que não seja por acaso que eles tenham publicado então a tradução que passaremos a discutir.

4.3 - No espaço da identidade

No início da primeira quinzena do mês de maio de 1875 foi publicada, no jornal *A Provincia de São Paulo*, a tradução de um artigo assinado por um francês, Girard de Rialle, e intitulado *O transformismo em lingüística*⁵⁷. A publicação de um artigo dessa natureza faz-nos pensar na seguinte hipótese, bastante genérica e provisória: o texto aparece transcrito diríamos que, talvez, mais pelo fato de trazer as idéias e conceitos do pensamento evolucionista, do que por suas preocupações específicas com a linguagem. Assim, da publicação de *O transformismo em lingüística*, de Girard de Rialle, pode-se inicialmente dizer o que segue.

⁵⁷ A tradução deste artigo foi publicada entre os dias 16 e 20 de maio de 1875. A transcrição de algumas seqüências do texto encontra-se no ANEXO.

É um artigo produzido por um autor francês – (Julien) Girard de Rialle, provavelmente um pesquisador cujo trabalho estava direcionado para os estudos antropológicos e culturais, como podemos ver pelo que descrevem alguns títulos de sua autoria⁵⁸:

- a. *Instructions anthropologiques pour l'Asie centrale*: Rapport présenté à la Société d'anthropologie dans la séance du 2 juillet 1874
- b. *Les peuples de l'Asie et de l'Europe* (Notions d'ethnologie) – sem data
- c. *Monuments mégalithiques de Tunisie*- 1884
- d. *De l'âge de la pierre au Chili* -1902

Em termos gerais, o autor enumera uma série de argumentos a favor da “adesão” à teoria transformista de Darwin nos estudos da “filosofia da linguagem” e aponta para a falta de cientificidade da pesquisa que não a leva em conta. Faz isso: a) por meio da aproximação dos resultados de estudos de vários autores contemporâneos seus (A. Schleicher, Max Muller, Whitney, Jorge Darwin, Bateman, Ferrière), cujos trabalhos foram publicados entre 1859/1860, 1873 e 1875, em periódicos norte-americanos, alemães e franceses, ou como obras completas b) colocando-se, em alguns momentos do texto, sempre como “favorável” aos estudos transformistas da linguagem. Como se pode ver pelo que se segue:

“Indagar-se há como e por que razão o linguista Schleicher occupava-se tanto com a theoria de Darwin e a applicava a sciencia da linguagem. Responderemos com elle que “as linguas são organismos naturaes que, independemente da vontade do homem, nascem, crescem, desenvolvem-se, depois envelhecem e morrem segundo as leis determinadas; têm, pois tambem essa série de phenomenos que commummente se comprehendem sob o nome de “vida.” A glottica, a sciencia da linguagem, é por consequencia uma sciencia natural: o seu methodo é em tudo e por tudo o mesmo que o das outras sciencins naturaes. Não se trata aqui,

⁵⁸ O levantamento dos títulos acima enumerados foi feito a partir de uma busca no seguinte endereço eletrônico: <http://corail.sudoc.abes.fr>.

naturalmente, da philologia, que é uma sciencia historica.” Die Darwinsche Theoria, etc., pags. 6-7.”

De resto, Schleicher gostava de repetir um dito humorístico tirado dos seus estudos predilectos além da linguística: “O linguista’ dizia, é um botânico, ao passo que o philologo é apenas um horticultor.” (Girard de Rialle, O transformismo em linguística, Secção Científica, Tradução da Província - Anexo 4)

Por fim, pode-se ainda dizer que o texto aparece traduzido (“Tradução da Província”), em uma seção chamada “Secção Científica”. Interessa-nos perguntar: por que a tradução de um texto dessa natureza apareceria publicada no jornal, em seus primeiros dias de circulação? Poderíamos organizar a resposta desta questão em duas direções, uma que se estabelece no sentido do que anteriormente dissemos, isto é, naquele em que se produz a publicação de um material sobre a difusão do pensamento evolucionista de Darwin. Por outro lado, há também o fato da Europa traduzir o sinônimo de “civilidade” e de “cientificidade”, permitindo aos jornalistas produzirem uma forma de se identificar com um continente “civilizado”. Mas há também uma presença interessante neste artigo. Trata-se do enunciado metafórico que define a “língua como um organismo vivo”, o qual aparece na seqüência citada na página anterior, e que retomaremos em parte:

“(…) as linguas são organismos naturaes que, independemente da vontade do homem, nascem, crescem, desenvolvem-se, depois envelhecem e morrem segundo as leis determinadas; têm, pois também essa série de phenomenos que commummente se comprehendem sob o nome de “vida.(…)”

Estamos diante de um modo de significação dos sentidos das línguas naturais em que estas se organizam como “organismos vivos”, que, posteriormente, reaparecerá numa outra distribuição de palavras, em outros artigos, que analisaremos. Seria interessante considerar que a partir do momento em que este conceito que funciona no acontecimento das ciências da linguagem, no final do século XIX, passa a funcionar na designação dos sentidos da língua nacional do Brasil, delinea-se, do lugar discursivo da nacionalização, um modo de compreender a

língua, em que esta é “corpo” e não “organismo”. A possibilidade deste gesto de denominação produz deslocamentos interessantes para a distribuição de palavras e a configuração dos sentidos, nas enunciações dos sentidos da língua nacional, de forma que “corpo” aparece quando se trata da língua relativamente às idéias de identidade e território. Os movimentos do que aí se estabelece serão trabalhados posteriormente.

4.4 - Situações de enunciação, metáfora e língua nacional

A partir de agora, faço brevemente uma apresentação de algumas considerações de Guimarães e Orlandi (1998), em um trabalho em que os autores tratam da história da constituição da língua nacional no Brasil. Nesse estudo, os dois autores discutem a possibilidade de se pensar em duas situações de enunciação para a produção dos sentidos, na gramatização do português brasileiro. As duas situações de enunciação propostas para essa história orientarão a distribuição de nosso material.

Em outras palavras, Guimarães e Orlandi (1998) – em um estudo publicado na revista *Langages* 130, mostram como a história da constituição da língua nacional no Brasil se inscreve “num jogo complexo entre o papel legislador do Estado e o papel regulador da instrução e da tradição gramatical.”⁵⁹

Os autores propõem então duas situações de enunciação para este confronto, uma primeira, em que o colonizador português nomeia as coisas transportando elementos de sua memória lingüística para o Brasil, produzindo uma situação na qual o esforço é o da universalização da língua e, uma segunda, em que se produz a sua historização, isto é, há já a relação unidade/diversidade, na prática da língua em território brasileiro. Desse modo, teríamos:

⁵⁹ Os fragmentos citados foram por mim traduzidos do original em francês.

“Situação I”

A “situação I” se configura a partir da “realidade ambivalente” produzida por um transporte – o português europeu transportado – e por um deslocamento – a construção de um lugar próprio de enunciação para o português no Brasil.

Segundo os autores, há nesse deslocamento uma intervenção significativa: “O político intervirá com o acontecimento da República no Brasil. Especificamente com relação à língua, ser autor de uma gramática é ter uma responsabilidade como homem de ciência e ter uma posição de autoridade com relação à singularidade do português do Brasil.” (1998:13)

Ainda em suas palavras, seguem-se as seguintes afirmações (Guimarães e Orlandi, 1998: 18):

“Estamos diante de uma situação enunciativa de transporte da situação enunciativa portuguesa (situação I). Mas como estamos no Brasil, este deslocamento traz outros contornos para a enunciação. (...)”

Nessa conjuntura enunciativa, o português “transportado” acaba por estabelecer no seu próprio lugar de enunciação uma outra relação palavra/coisa cuja ambivalência se traduz pela distinção: na Europa/no Brasil. Um espaço de interpretação começa a se construir com esses deslizamentos de sentido, esses efeitos metafóricos diferentes entre o português do Brasil e o de Portugal. Produzem-se assim as transferências (distinguimos “transportes” e “transferências”: é nesse último caso que há o trabalho da memória local, do saber discursivo produzindo os deslizamentos historicizados). Temos acesso às materialidades discursivas que produzem os efeitos de sentidos diferenciados (Orlandi, 1993 apud Guimarães e Orlandi, 1998).”

Situação II

Os autores ainda consideram, neste mesmo trabalho, que “o processo de constituição da língua portuguesa (pela sua historicização em um outro território) se refere não a

um modelo estático exterior ao seu campo de validade, mas ao seu uso relativo num novo espaço-tempo de práticas languageiras: “Ter uma gramática, nessas condições, significa ter direitos à universalidade, ter direitos à unidade (imaginária) constitutiva de toda identidade.” (Guimarães e Orlandi: 1998: 18) Ou ainda que: “A unidade necessária do português brasileiro referida ao seu funcionamento historicamente determinado é uma marca de sua singularidade. Nessas condições, a variação não tem como referência Portugal, mas a diversidade concreta produzida nesse outro território, esse novo espaço de linguagem.” (Guimarães e Orlandi, 1998: 18)

Gostaria então de propor uma redistribuição dessas duas situações de enunciação que Guimarães e Orlandi estabelecem para a descrição da gramatização do português brasileiro, na medida em que considerarei que essa relação entre a universalização e a historização, o deslocamento se faz, nos artigos que analiso, em um primeiro momento, por um movimento de suspensão, produzido por um apagamento, pois se suspendem, como teremos oportunidade de verificar pela análise das formulações, as significações para as línguas indígenas, que não são mencionadas. Fica então suspensa a diversidade.

Em um segundo momento, percebe-se que há um esforço político de se manter essa homogeneidade imaginária entre o português europeu e o transportado, isto é, um forte desejo de significar na situação enunciativa I – a da universalização da língua -, na medida em que se tenta produzir uma “colonização lingüística”, pela escola: “o meio mais eficaz de nacionalizar as grandes massas estrangeiras que entram no país.” Língua e escola ocupam lugares diferentes na constituição da cena enunciativa, produzindo deslocamentos que conduzem a uma transformação importante no discurso, deslocamentos que vão na direção de uma outra formulação: a escola teria a missão de assegurar a permanência da nacionalidade, cujo esteio principal seria a língua portuguesa, fundadora da identidade nacional.

Desse modo, cada um desses fatos de discurso apresenta uma maneira específica de trabalhar a relação real-simbólico-imaginário, produzindo a diferença das situações de enunciação: a língua que já está colocada pelo movimento da colonização é o esteio da nação – fundadora da unidade nacional – e a escola funcionaria como um lugar inaugurador da alteridade

nacional. Todas essas relações estão definidas a partir de construções metafóricas marcando as vozes de um tempo em que se relaciona progresso, instrução e civilidade.

Como formar então esses “cidadãos brasileiros”? O grande “meio” de formação era a escola, não a que o Império – o Estado – oferecia, mas a escola que os republicanos idealizavam e queriam ver concretizada. Aquela que oferecesse uma “instrução popular”, onde o ensino “fosse mais aperfeiçoado”. Aquela que garantisse o caráter “científico” na sistematização do conhecimento. O homem, a nação – a escola, a ciência. Tudo isso mobilizado no interior de eixos enunciativos que traziam idéias positivistas. Tomemos, por exemplo, a seguinte seqüência:

“A Província de São Paulo” - 19.01.1876 – “Retrospecto – 1875” – Parte VI

“(...) O Brasil, n’esse ponto [instrução pública] como em tantos outros, ainda está sob o pesado influxo de velhas doutrinas e mesquinhos habitos.

Nossa instrução, em qualquer de seus grãos, é na sua feição normal e generica perfeitamente falsa, vasia, estreita e tacanha.

O ensino, a instrução, é antes de tudo questão profundamente social e política. (...)

A instrução social, a que deve ser peculio generalizado e comum a todos, comprehende a dos dous grãos, primaria e media.

Não se trata da instrução litteraria, trata-se dos elementos indispensaveis para que o povo seja uma associação de homens conscientes da vida, conscientes de si, e alguma cousa diversa e superior ao ente puramente phisiologico, que nas mattas chamamos selvagens, e no seio da communhão social são da mesma sorte selvagens, embora de outra especie.” (Anexo 12)

Na constituição desse imaginário em que a escola tem uma missão social e política, seu papel era fundamental, pois era preciso forjar o homem (o cidadão), distinguindo-o do “ser selvagem”, era preciso constituir o povo e a nação. Diríamos que, como a mãe-pátria se constrói na terra, então a escola se configuraria como uma espécie de garantia – um lugar

geográfico e, ao mesmo tempo, um lugar institucional – para que os dois conceitos, Nação e Terra, se cruzassem e construíssem a Pátria, a partir da construção do sujeito (e, mais pra a frente, a partir da afirmação unidade da língua). O interessante é compreender por meio dessas construções como o jogo identitário entre o sujeito, a nação, a escola – reescrito pela língua (pátria) se faz por construções metafóricas que operam as relações. Assim, o que se pretende mostrar é que:

a) a metáfora produz efeito de retórica na memória;

b) há um embate sobre o conceito língua, isto é, se a identidade, a construção do sujeito nacional se faz pela escola e pela língua; a metáfora local – o efeito de retórica na memória - funcionará como efeito de sustentação na construção de um referente para essas nomeações.

A partir daí, dois eixos de considerações se delineiam. Em uma primeira instância, estariam as seguintes questões:

I – Como são trabalhadas nas formulações selecionadas para o recorte de análise, as noções de:

a) sujeito (nacional) e povo (civilizado)?

b) língua nacional?

c) escola?

II – Como funciona a distribuição de palavras que:

a) faz funcionar o processo metafórico?

b) permite que a memória retórica funcione como efeito de sustentação para os dizeres sobre a língua, o sujeito, a escola e o Estado?

Com base nessas questões, retomaremos um segundo conjunto de textos, na tentativa de compreender como o jornal fala sobre a escola e a língua. O recorte desse material foi produzido por textos que são, em sua maioria, ou assinados pelos autores/redatores – principalmente na fase inicial de publicação do periódico – ou anônimos.

Tivemos, em alguns momentos, dificuldades de precisar a origem das informações, seja pela ausência da autoria, pois, como se disse, muitas vezes, os textos não são assinados - ou pelo estado em que se encontram as fontes – é comum vários artigos apresentarem trechos apagados ou esfumados, ou por simplesmente não apresentarem autoria definida. Mas esse foi o risco que corremos nessa nossa aventura pelos caminhos do trabalho com o arquivo – memória da língua na história da constituição da identidade nacional.

Como os textos – artigos “sem autor” estão localizados, em sua maioria na primeira página do jornal, na coluna que a imprensa contemporânea caracteriza como a dos editoriais e, além disso, como os artigos possuem uma forma muito próxima aos textos daquela natureza, marcando uma voz mais “geral”, passaremos a denominar as produções não assinadas de “editoriais”.

4.5 - “A escola não é meio, é fim”

Passo então a reproduzir uma outra parte do material relativo ao primeiro conjunto de textos que constitui o *corpus* da pesquisa, indicando, novamente, que todas as transcrições foram feitas sem adaptações, segundo a ortografia da época. Temos, assim, alguns trechos de artigos do recorte do ano de 1876, constituído por uma série de textos, publicados ao longo do mês de janeiro, que tratam da questão da instrução pública na província. O que chamam de “instrução pública” é o quadro constituído pela instrução “primária” e a “secundária”.

Deixam de fora a “instrução superior”, representada pela “Academia, aonde se professa um curso de ciências sociais e jurídicas; e isto assim, porque a Academia, embora esteja na província, não lhe pertence, e além do mais, porque n’este nosso estudo nos referimos com especificidade à instrução popular, ao grau de desenvolvimento intelectual da generalidade do que propriamente chama-se população provinciana.” (06.01.1876)

A preocupação é com a escola e se justifica, pois a esta compete:

- *ensinar a ler e a escrever os homens livres* (06.01.1876)
- *distinguir “ser selvagem” de “ser social”* (19.01.1876)
- *“O ensino, a instrução, é antes de tudo questão profundamente social e política.”* (19.01.1876)
- *garantir a civilidade* (06.01.1876), (13.01.1876) e o *progresso* para o *“Brasil de amanhã”* (19.01.1876)
- *a instrução popular e a instrução literária*
- (15 e 19.01.1876) a **língua** entra aqui como **“matéria** normal da instrução secundária”, que “é na sua feição normal e genérica perfeitamente falsa, vazia, estreita e tacanha.” (19.01.1876)

Então, nesse momento, a língua não constitui ainda esse elemento de sustentação da nação, (embora seja reescrita por “língua nacional” (15.01.1876)), como irá funcionar a partir dos textos produzidos entre os anos de 1907 e 1910. A língua aqui é matéria, que vem junto com outras disciplinas (15.01.1876). O jornal é o “instrumento” cuja missão se traduz pela voz da defesa social e pelo trabalho para o “progresso moral da província”, como veremos nos trechos transcritos a seguir. Os primeiros são de um artigo em que se reflete sobre o primeiro ano de existência do jornal. Apresentamos, em seguida, trechos de outros artigos, em que se faz também um retrospecto do ano de 1875, ao mesmo tempo em que se discute a questão

do ensino. Todos estes textos foram publicados, como dissemos, ao longo do mês de janeiro de 1876.

PSP - 04.01.1876 - Retrospecto – 1875 – I (Anexo 7)

“Durante o espaço de um anno, desde que appareceu um interesse social a sustentar, um abuso a combater, um direito a defender, uma questão importante a discutir, uma medida util a louvar ou a aconselhar, uma obra de caridade a patrocinar, uma injustiça a reparar, não fugimos á responsabilidade de tomar o partido que nos fôra suggerido pelo patriotismo e pelo compromisso contrahido para com a província. (...)”

PSP - 11.01.1876 - Retrospecto – 1875 – III (Anexo 9)

“A escola é meio, não é fim.

Entre nós a questão não está no numero das escolas, está na qualidade e natureza do ensino por ellas fornecido. (...)

O sr. Hippeau, cujo livro sobre a instrucção na America do Norte deve ser um Evangelho para que os que estudam esse assumpto, nos assevera que as fabulosas sommas alli applicadas ao ensino são fornecidas da melhor vontade, porque os americanos consideram que aos sacrificios com a instrucção dão um lucro de cento por cento.

Gastemos, mas gastemos como os americanos sabem gastar.”

PSP - 13.01.1876 - Retrospecto – 1875 – IV (Anexo 10)

“As escolas publicas deviam ser magnificas, attrahentes, convidativas, e taes que se impuzessem á confiança das familias, e é entretanto justamente o contrario o que asseveram os factos.”

PSP - 15.01.1876 - Retrospecto – 1875 – V (Anexo 11)

“Teremos assim como materia normal da instrucção secundaria, que outros chamam média, as linguas nacional, latina, franceza e ingleza, rethorica e poetica, arithmetica e geometria elementos, philosophia e historia.”

Os excertos transcritos trazem afirmações que constituem uma série de argumentos desenvolvidos ao longo de artigos sobre a instrução pública e trazem também enunciadas questões que relacionam a preocupação com constituição do sujeito nacional pela escola. Isso volta fortemente em um artigo publicado em 04 de abril de 1910, que será discutido na última seção deste capítulo. Nele culmina uma série de questões sobre a língua, o sujeito e a escola, que vêm sendo discutidas no jornal ao longo dos anos.

A meu ver, esta prática se constitui em um processo discursivo que possibilita a construção de um espaço dizível para o sujeito e para a língua do Brasil, por meio do jogo constitutivo dos sentidos da língua nacional, que se faz, nesse período, por uma distribuição dos sentidos que trabalham a construção da metáfora local “a língua é o esteio da nação”, na medida em que, trazida por um efeito de retórica na memória, passa a funcionar desde o corpo que sustenta essa nacionalidade, até o corpo que, deformando-se, a compromete.

Vejamos, a partir de agora que outros textos trazem em suas formulações esses sentidos. Faremos então, o seguinte movimento: acompanharemos a leitura de outros artigos produzidos em 1907 sobre o Acordo Ortográfico entre Portugal e o Brasil, na tentativa de compreender a singularidade do/no processo metafórico, isto é a metáfora propõe um encontro desse universo naturalizado com os domínios do novo no discurso produzido sobre a língua. Metáforas que fazem a passagem da língua à escola, ao sujeito, ao Estado.

Passemos então aos textos.

4.6 - Uma língua e suas terras

Apresentaremos a seguir uma proposta para a análise de cinco textos que foram publicados entre os meses de maio e setembro de 1907 e de outro, publicado em 1910. Os artigos

de 1907 aparecem com autoria expressa – os autores assinam os textos- são publicados na coluna “Coisas Nacionais” e estão assinados por Oliveira Lima⁶⁰ e Silvio de Almeida. De modo geral, estes artigos trazem uma discussão sobre a Reforma Ortográfica de 1907, proposta por Medeiros e Albuquerque⁶¹. No que diz respeito a Oliveira Lima, a questão não se modela apenas por uma política de língua, mas por uma política na língua, como teremos oportunidade de verificar.

Se quiséssemos apresentar um quadro temático para cada um dos artigos, diríamos que, no primeiro, isto é, aquele que se intitula “A língua portuguesa no Brasil” , assinado por Oliveira Lima e publicado em 23 de maio de 1907, pode-se observar algumas questões interessantes, por exemplo:

- A metáfora do corpo (orgânica)
- A definição do que seja “o gênio da língua”, isto é, “ o indifectível que nacional”
- A distinção do português nacional: língua de nosso uso.
- O título do artigo traz as marcas do que o acontecimento inaugura: assim, em “A língua portuguesa no Brasil” a preposição marca essa relação do português nacional ser uma língua transportada.
- O povo deixa de ser “uma associação de homens conscientes da vida, de si” ou, simplesmente, a nomeação “almas”, (metáfora local de ordem religiosa), como aparece no artigo de 19 de janeiro de 1876 (Anexo 12), e passa a ser definido pela língua.

⁶⁰ - Manuel de Oliveira Lima nasceu na capital de Pernambuco em 25 de novembro de 1867 e faleceu em Washington, em 24 de março de 1928. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa e estudou no Colégio Lazarista o curso de Humanidades. Entrou no serviço diplomático brasileiro em 1890. Em 1896 foi transferido para Washington e mais tarde para Londres. A atividade literária de Oliveira Lima se estendia à colaboração em jornais de Pernambuco e de São Paulo. Em 1907 foi nomeado para chefiar a legação do Brasil em Bruxelas, cumulativamente com a da Suécia. Em 1913 o Senado brasileiro vetou a indicação do nome de Oliveira Lima para a chefia de nossa legação em Londres, sob a acusação de monarquista. O veto se deveu à interferência, naquela Casa, do Senador Pinheiro Machado.

⁶¹ - Medeiros e Albuquerque (José Joaquim de Campos da Costa de M. de A.), jornalista, professor, político, contista, poeta, orador, romancista, teatrólogo, ensaísta e memorialista, nasceu em Recife, PE, em 4 de setembro de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 9 de junho de 1934. Em 1896 e 1897, compareceu às sessões preliminares de instalação da Academia Brasileira de Letras. É o fundador da Cadeira n. 22, que tem como patrono José Bonifácio, o Moço. Estreou na literatura em 1889, escrevendo várias obras.

Por último, poderemos observar nesse primeiro texto, de Oliveira Lima, que a produção e o funcionamento da metáfora local fornecem sustentação para a tese de que o sentido se produz como o efeito de retórica na memória. Desta posição é que tentaremos mostrar como a metáfora do artigo de 1910, “a língua é esteio da nação”, já está significada nesse texto. O que é interessante observar é que no artigo de 1910, como teremos oportunidade de verificar, essa metáfora coloca o sujeito na situação de enunciação I (a do português transportado), enquanto no artigo de Oliveira Lima a subjetivação se dá na situação de enunciação II (a da historização da língua), como também veremos, a partir de um gesto fundamental, o reconhecimento do uso, da diferença. Para nacionalizar, o sujeito constrói seus sentidos na primeira situação de enunciação. Para discutir a língua, o sujeito significa na segunda.

O jornal *O Estado de São Paulo* nos mostra que 1907 foi um ano de muitas contribuições para a discussão sobre as questões que se formulavam em torno da língua e notadamente em torno da nacionalidade. Há vários artigos em que se trata do Acordo Ortográfico em suas relações com o par unidade/diversidade. Há também a publicação dos textos de Eduardo Carlos Pereira, nos quais o autor responde aos críticos de sua “Gramática Expositiva”. Paulo Pestana escreve uma série de artigos, em colunas diferentes, em que trata da escola como elemento de construção da pátria.⁶²

Mas retomemos Oliveira Lima. Em seu artigo, interessa-nos analisar os sentidos da expressão referencial “no Brasil”, que aparece no título e, em vários momentos do texto, significando a língua. Vamos mostrar como a sua significação se constrói numa relação com a idéia de língua nacional, a partir de uma metáfora (orgânica), em que a idéia de língua e corpo se constituem num cruzamento e numa fusão de sentidos:

“O sr. José Verissimo está escrevendo as coisas mais justas e mais sensatas deste mundo sobre a tão debatida, questão da língua portugueza no Brasil, questão que tem o condão de apaixonar quantos della se occupam, e que ultimamente recebeu, em nosso meio, o novo e forte impulso de uma discussão, porfiada e celebre a proposito da redacção dada ao projecto de Codigo Civil. (...)”

⁶² As indicações sobre o assunto de cada um desses artigos encontram-se enumeradas no APÊNDICE, na parte final do trabalho.

Gonçalves Dias teve as vantagens de produzir numa época em que a língua portuguesa ainda se não achava literariamente adulterada no Brasil e de haver completado sua educação no meio coimbrão, elle proprio oriundo do meio maranhense, que era – não sei se o será ainda – singular, a saber, que no Brasil se distingue, por especiaes circunstancias de ligação mais directa com a ex-metropole, de applicação diligente ao assumpto, de uma escola sua de grammaticos, pela maior pureza do idioma de que se serve. Dahi resulta, que Gonçalves Dias não poderia, a menos de fazel-o intencionalmente, e o bom gosto disso o inhibia, viciar grammaticamente sua expressão escripta.” (ESP - 23/05/1907-COISAS NACIONAES - A lingua portugueza no Brasil - Anexo 13)

Há no texto uma opposição constitutiva entre dois modos de significar a língua, que, em termos gerais, estabelecem uma correspondência entre certos sentidos que predicam sobre elementos relativos a uma “corporificação” do idioma: nessa direção, o português transportado é significado como “corpo” (puro, perfeito), cuja “estrutura íntima” não poderia ser modificada, e o português transformado localmente, como “corpo” deformado, língua imperfeita. As seqüências seguintes nos mostram que essa divisão explícita entre as duas significações – transplantado e transformado – aparece especificamente em dois parágrafos. Temos, por exemplo, no início do quinto parágrafo, o uso da seguinte expressão referencial “o portuguez transplantado”: *“O periodo de transição que atravessa no Brasil o portuguez transplantado, é certamente o que mais influe na geral imperfeição grammatical do momento actual: porquanto é curioso observar que as questões da lingua assumem proporções nacionaes e um character grave, numa terra em que de ordinario se não escreve bem.”* E, no décimo quinto, apresenta-se no seguinte enunciado: *“Uma lingua feita e consagrada nos seus classicos, embora transformada localmente, traz consigo a sedução de seu prestigio e uma incomparavel facilidade em ser manejada”*. A insistência sobre a opposição entre as duas significações marca um movimento para a manutenção da unidade.

Desse modo, se o gênio da língua (o “indefectível quê nacional”, como afirma o autor) é o espírito do povo e, se a relação entre a língua e o caráter nacional é uma coisa inegável, como podemos ver pela afirmação com a qual se inicia o parágrafo 9 “**A relação entre a língua e o caracter nacional é uma coisa innegavel**”, a língua portuguesa no Brasil é uma fórmula que faz funcionar essa memória que insiste em um lugar de significação para a unidade da língua com Portugal. Mas, ao mesmo tempo, há a vontade, o desejo histórico da constituição de uma língua que represente a identidade nacional, isto é, a necessidade de estipular a naturalização de um corpo em que o gênio da língua se mantenha.

“As alterações, assim, operarão superficialmente, mesmo sensivelmente, mas sem tocar nas fontes vivas e na estrutura íntima do idioma. A transformação inevitável tem aliás de ser regrada para se não tornar anarchica, de ser paulatina para não se desmanchar na precipitação. Ao cabo poderá bem acontecer que affecte o fundo, naquelle genio da lingua. Traduzindo este como traduz o caracter do povo, há de modificar-se afinal se o caracter, apresentar differenciação notavel.”

A tensão constitutiva entre essa pressuposição e a manutenção da unidade produziu impasses que foram se reiterando ao longo do texto e que reapareceram em outros artigos, como teremos oportunidade de verificar.

Então, se a língua é identidade, nesse sentido, para Oliveira Lima, quanto mais distinta se tornar a língua, “(...) *tanto mais distinta se deve apresentar a nacionalidade de que ela é a expressão*” (parágrafo 14).

O português no Brasil é uma língua transformada localmente, segundo Oliveira Lima, e o autor considera a transformação lexical. Essa não o preocupa, pois traduz o caráter do povo. A questão, para ele, é manter a “estrutura íntima” do idioma, o corpo puro.

Na verdade, o sentido da expressão referencial “no Brasil” se constrói nesse texto, num movimento que vai desde a manutenção da unidade, até o reconhecimento da diferença, da diversidade. Embora a diferença seja para o nível lexical.

Percebendo o deslocamento do sintagma, vemos como ele pode significar a representação de uma condição particular para o português, pois, não há ainda a distinção por meio das designações “europeu” e “brasileiro” para significar a diferença no funcionamento da língua.

A metáfora do corpo opera os sentidos dessa divisão: no Brasil, a língua é corpo deformado, adulterado, imperfeito, impuro. Se quisermos propor um “Domínio Semântico de Determinação”⁶³ para a expressão “no Brasil”, vemos, assim, que em vários momentos em que ela aparece no texto vem articulada com expressões que predicam a língua nesse seu estado. Diríamos que já o título é um acontecimento, na medida em que faz funcionar a expressão “A língua portuguesa no Brasil”. Tal expressão reaparecerá mais vezes, em outros parágrafos do texto, relacionando-se com outras palavras. Teríamos, então:

- a. Título: “A língua portuguesa **no Brasil**”
- b. Parágrafo 1: “(...) *a questão da língua portuguesa **no Brasil***”
- c. Parágrafo 3: “(...) *a língua portuguesa ainda não se achava literariamente adulterada **no Brasil** (...)*” e “(...) *o meio maranhense (...) que **no Brasil** se distingue, por especiais circunstancias de ligação mais directa com a ex-metropole (...)*”
- d. Parágrafo 8: “**No Brasil** *os escriptores até Alencar (...) mostraram-se igualmente portugueses na apparencia (...)*”
- e. Parágrafo 14: “*A lingua sendo um dos caracteristicos (...) de um povo (...) deve apresentar a nacionalidade de que ella é a expressão. Em taes condições é por certo absurdo pensar-se em cultivar artificialmente **no Brasil** o purismo lusitano.*”
- f. Parágrafo 16: “(...) *o grande merecimento dos nossos escriptores será dar fóros literarios á linguagem que **no Brasil** se tem ido popularmente formando para traduzir o nosso sentir, o nosso pensar e a nossa actividade.*”

⁶³ Um Domínio Semântico de Determinação (DSD) conforme a formulação de Guimarães (2004b: 5 a 9) configura-se a partir de dois procedimentos enunciativos fundamentais: a reescrituração – procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito - e a articulação – procedimento que diz respeito às relações próprias das contigüidades locais, quando se pensa as palavras nas suas relações com outras palavras. Para o autor, dizer o que um nome designa é poder dizer com que outras palavras ele se relaciona no DSD.

Podemos notar que o reconhecimento da diferença começa a aparecer a partir do instante em que a expressão referencial **no Brasil** está determinada pelo substantivo “povo” e pelo advérbio “popularmente”. Diríamos então que o reconhecimento da diferença passa a significar, mas por meio de um bloco homogêneo determinado pelo “povo”.

Desse modo, uma outra questão interessante de observar nesse artigo é que, no momento em que se enuncia a posição que considera a diferença para a língua portuguesa, nesse momento também aparece uma indicação de outra diferença: a língua indígena – posta por meio da nomeação “cuya” no último parágrafo – até, então, apagada, surge como uma diferença lexical, “para indicar um objeto de nosso uso e que não existe em Portugal”, que pode ser incorporada ao idioma dos “autores”, isto é, “do elemento culto da nova sociedade que neste sólo se organizou”. A diferença lexical pode ser incorporada por se tratar de um outro, novo uso:

“Querer, entretanto, fazer de uma lingua constituida uma lingua emperrada, é levar demasiado longe a superstição de um classicismo estreito. As linguas enriquecem-se com as conquistas da intelligencia, a ampliação das idéias, a copia das invenções. Uma lingua improgressiva é uma lingua morta e a mobilidade não deve ser só do vocabulario, deve também ser da syntaxe. O grande merecimento de Garret – Gonçalves Dias o apontava na carta alludida – foi dar novo geito á phrase antiga, como o grande merecimento dos nossos escriptores será dar fóros literarios á linguagem que no Brasil se tem ido popularmente formando para traduzir o nosso sentir, o nosso pensar e a nossa actividade. Os autores, isto é, o elemento culto da nova sociedade que neste sólo se organizou, de posse que estejam do passado e da riqueza do seu idioma tratado pelos classicos, poderão combinar as regras, isto é, a grammatica com a differenciação evolutiva da lingua, o convencionado com o espontaneo, o repouso com a marcha. “Cuya”, escrevia o poeta, virá a ser tão classico como “porcellana”, mas é preciso, devemos accrescentar, que o seu emprego, necessario para designar um objecto de nosso uso e que não existe em Portugal, não seja feito a meio de uma phrase erradamente construida e viciadamente architectada.”

Esta idéia e a de que o português transportado é corpo deformado vêm severamente descritas em dois outros artigos: um de Oliveira Lima, publicado em 22 de julho de 1907, e outro de Silvio de Almeida, publicado na semana anterior, isto é, em 15 de julho de 1907.

Nesse momento, os autores discutem a reforma ortográfica de 1907, proposta pela Academia Brasileira de Letras. Dele extraímos os seguintes trechos:

“Ninguém nega que – de parte uma ou outra assignalada excepção – na Academia Brasileira de Letras se reúne a fina flor da nossa mentalidade. Alli, como em solenne floresta, vivem, longe de profanos olhares, os insignes pagés da brava gente que a sabida Europa já considera – homens de frak e de chapéu de cocó, que não mais selvagens de tanga, de arco e flecha, e comedores de carne humana...(...)

Mas, seja qual for – e já reconheci que é muita – a autoridade de Academia de Letras, certamente que essa autoridade não acoberta, nem póde acobertar, a sua recente reforma orthographica, que do sempre caustico sr. Carlos de Laet mereceu o carregado nome de cacographia.(...)

O mesmo sr. Olavo Billac, ao que se mostra, entusiasta propugnador do systema, affirmou, e com razão, que este nada tem de “cientifico”. Falta-lhe a coherencia, falta-lhe a logica, falta-lhe o espirito conservador da historia, falta-lhe, por fim, o sentimento superior da beleza. As simplificações se confundem com aleijões, que feramente maltratam os nossos habitos visuaes; e não só reformam, mas tambem deformam a graphia do portuguez. Fruto pêco de tantas locubrações doutoraes foi a substituição de umas por outras incongruencias. Mas então é natural que a estas, novas e anomalas, prefiramos aquellas que o uso tolera e até consagra.” (ESP -15/07/1907 – DIVAGAÇÕES Anexo 14)

Vemos, por exemplo, como Silvio de Almeida, afetado pelos sentidos impostos pela reforma, se coloca em uma posição em que observa que a língua, nessa sua nova ordem, torna-se “fruto pêco”, que não vingou. Para o autor, uma língua define-se pelo uso, pela “força assimiladora dos povos que a falam”, e não por imposições, “por movimentos intempestivos” feitos pelos “imortais”.

Estas questões, embora se inscrevam a partir da epígrafe de “Divagações”, servem para situar o trabalho de S.de Almeida na sua época e apresentar o problema de linguagem a que ele responde: a constituição de uma forma de pensar sobre a língua nacional em que a questão da unidade se mantém. O sujeito aqui significa na situação II, relativamente à situação I, pois ao mesmo tempo em que põe um modo de pensar sobre a língua que está constituído “pela sua historicização em um outro território”, “ num novo espaço-tempo de

práticas languageiras”, está fortemente significado pelo desejo de manutenção de uma unidade com Portugal, pelo desejo de pertencer à mesma língua.

Mas o que significa pertencer à mesma língua? Para Oliveira Lima, a resposta mais imediata seria aquela que o autor formula em um dos parágrafos de seu texto de 22 de julho de 1907 (Anexo 15), que se inicia com a seguinte afirmação:

“Todas estas formas do contra projecto adoptadas pela Academia (...) uniformizam a escripta e, portanto, o aspecto da lingua vernacula”. Mais precisamente, no momento em que afirma: “Para completa uniformidade della [da língua vernácula] pena foi que, pelo menos, as resoluções tomadas o não tivessem sido de accordo com a Academia de Lisboa (...) na intenção de manterem a integridade do que é commum a essas nacionalidades d’aquem e d’alem-mar – porquanto o estado presente da lingua portuguesa no Brasil, não é tão differenciado (...), de onde nos veiu a cultura moral com o povoamento e a civilização da terra.”

De certo modo, pertencer à mesma língua seria, nesse momento, a marca da extensão de uma mesma civilidade, significando que uma só língua seria compartilhada em terras diferentes. Como os filhos se estendem aos pais, a nação é então “corpo jovem” – “rebento da nacionalidade portuguesa, plantado e crescido noutro continente” (*“É natural que no rebento da nacionalidade portugueza, plantado e crescido noutro continente, ande mais divulgado e mais forte o prurido das innovações, do que a permitiria a atmospherá conservadora da velha patria de origem.”*), e a reforma, que fabrica as regras “em separado ou distintas das que prevalecem em uso corrente na antiga metrópole”, produz o corpo deformado, o “fruto pêco”, que não vingou. Essa atitude pode ser explicada como um “ardor da mocidade”. Efeitos dos jogos de identidade e representação numa política de línguas:

“Todas estas formas do contra projecto, adoptadas pelas Academia, certamente não contrariam, antes servem a phonetica, ao mesmo tempo que não offendem a etymologia, e além disso, uniformizam a escripta, e, portanto, o aspecto da lingua vernacula. Para completa uniformidade della, pena foi que, pelo menos, as resoluções tomadas o não tivessem sido de accordo com a Academia de Lisboa – segundo tem procedido as Academias hispano-americanas, na intenção de manterem a integridade do idioma que é commum a essas nacionalidades d’aquem e d’alem-mar – porquanto o estado presente da lingua portugueza no Brasil, não é tão differenciado, que legitima a decretação de regras em separado ou distinctas

das que prevalecem em uso corrente na antiga metropole, de onde nos veio a cultura moral com o povoamento e a civilização da terra.”

A produção e o funcionamento da metáfora local fornecem sustentação para a tese de que o sentido se produz como o efeito de retórica na memória, como afirmamos anteriormente. Assim o funcionamento da forma-sentido, da metáfora local sustentando o dizer, nesses textos, possibilita um modo de compreender como o sujeito significa nas situações de enunciação.

O poder do Estado como instaurador de uma política de línguas é discutido – não de forma pacífica – nos três últimos artigos que fazem parte do material de análise. Os dois primeiros estão assinados por Sílvio de Almeida e foram publicados em setembro de 1907. O último foi publicado em 04 de abril de 1910 e não possui nenhuma marca de autoria. Em suas formulações, as questões da língua e de seu uso, do sujeito nacional e do Estado entram como instrumento para a manutenção da unidade da língua com Portugal, pela via da escola.

4.7 - Uma terra e sua(s) língua(s)

Em 16 de setembro de 1907, na coluna “Divagações”, S. de Almeida replica Candido de Figueiredo⁶⁴ (Anexo 16), membro da Academia Brasileira de Letras e autor de dicionário, como o próprio articulista explicita. Figueiredo havia rebatido algumas opiniões do articulista sobre a questão da reforma, em artigo de 18 de agosto de 1907, no Jornal do Comércio. S. de Almeida, na sua réplica, faz um desdobramento argumentativo interessante, no qual considera dois Figueiredos: o autor do dicionário e o autor do artigo. Isso é interessante, porque Almeida usa o autor, nas suas contradições, para mostrar como o lexicógrafo contra-argumenta consigo, em uma questão que permanece, ou seja, a reforma e a “deformidade da língua”. Isso pode ser visto pelas afirmações que são colocadas no quinto e no décimo-primeiro parágrafos do artigo:

“Permittirá, porém, o egregio lexicographo que eu, recalcando a gratidão, apponha ligeiras notas á serie de artigos com que elle, no “Jornal do Commercio”, rebateu

algumas opiniões por mim sustentadas, nesta columna; e, como a velhinha que de Philippo depois do jantar appellava para Philippe em jejum, eu, com Candido de Figueiredo em mão, confunda o outro Figueiredo que á minha frente se postou... (...)

Pois eu, com a devida venia, appello de Candido de Figueiredo do “Jornal do Commercio” para o outro do Diccionario, do que prefere “centelha” para o que prefere “scintillar”; eu appello, ainda, para o mesmo Candido de Figueiredo, que affirmou, em artigo do 22 de agosto: “a etymologia é inseparavel da escripta, o que não é etymologico é erroneo”. Não concebo porque “scentelha” sem “s” e não “homem” sem “h”... ”

Segundo o articulista, a reforma significa uma “dialeção imposta à força”, “realizada em opposição aos livros e aos mestres” e “regulamentada pelo governo da União”. Esse fato da mudança da língua aparecer como política do Estado e não por meio da filtração natural do tempo, leva Almeida a produzir afirmações da seguinte ordem: “O ‘escrever bem’ deixa de ter significação exacta, desde que um grupo de tres ou quatro cabeçudos pode tornar a sua graphia, por absurda que seja, oficialmente reconhecida.” (Parágrafo 19)

O “idioma” passa a ser então corpo mutilado (“os aleijões da graphia”), despido das “vestes anciãs”, cuja mudança foi duplamente imposta: pela Academia – a “fábrica Medeiros e Albuquerque” e pelo “braço do poder” do Estado:

“Pecca ainda por este lado – e commigo convirá o sr. Candido de Figueiredo – a cacographia da fabrica Medeiros e Albuquerque: ella não attende á unidade do formosissimo idioma que é o nosso, de dois povos irmãos, e que se vê despido daquellas vestes anciãs, onde se reflectia toda a nobreza, toda a majestade latina. E s. s. propugnador da historia como base scientifica da escripta, não pode applaudir o arbitrario e os aleijões de uma livre acceitação, já procura impôr-se pela prepotencia do braço do poder temporal!”

Metáforas que fazem uma passagem do corpo à língua, da língua ao corpo. A partir do momento em que a reforma passa a vigorar como política do Estado, o argumento do uso (o primeiro empregado contrariamente à reforma), passa a ser reescrito por outro que faz uma divisão entre poder político e poder/saber filológico. Isso está delineado nesta réplica e aparece de forma mais explícita no artigo que foi publicado em 23 de setembro de 1907.

⁶⁴ FIGUEIREDO, C. (1899) *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Ed. Tavares Cardoso e Irmão.

A grande questão descrita neste texto (Anexo 17) está configurada por uma oposição entre poder e saber, como dissemos. Em outros termos, para Silvio de Almeida, “o verdadeiro sábio observa... mas não decreta”. Se não se pode misturar poder (político) com saber (filológico), como fica, então, a questão do uso (do povo) da língua? Uma resposta possível estava formulada a partir de algumas designações confrontadas na fala do autor, quando trata dos sentidos da língua nacional: “povo”, “raça”, “pátria”, “nação”, “tesouro”, “sacrário” e “alma” são palavras cujos sentidos concorrem para a definição da cultura escrita do idioma nacional:

“E áquelles que tão facilmente esquecem suas leituras, cujos frutos, sem o sol da meditação, nunca se sazonam, peço venia para lembrar as solennes palavras do Frederico Massun, na Academia Franceza: “A lingua de um povo, falada, é a propria vida desse povo; mas, escripta, mais do que isso: - é a sua immortalidade: Cumpre, logo, tratar o idioma nacional com religioso respeito.”

Não se passa de uma ortographia para outra com a mesma facilidade com que se muda de camisa ou... de bandeira! (...)

Foi, em grande parte, a conservação da estrutura vocabular, com as suas “superfluidades”, que permitiu achar no thesouro da linguagem, como em um sacrario, a alma das velhas gerações, essa alma que não morreu porque a escripta, principalmente, a perpetuou!” (Seqüências correspondentes ao que se diz no quinto e décimo-quinto parágrafos do texto, respectivamente.)

Trata-se de elementos que fazem a particularização de seus sentidos num movimento que traz a inversão da metáfora do “corpo deformado”: a designação formula para a língua um sentido mais espiritual do que orgânico, como podemos verificar pelas considerações que o autor tece no penúltimo parágrafo de seu texto:

“Foi, em grande parte, a conservação da estrutura vocabular, com suas “superfluidades”, que permitiu achar no thesouro da linguagem, como em um sacrario, a alma das velhas gerações, essa alma que não morreu porque a escripta, principalmente, a perpetuou!”

Na verdade, depois desse artigo, Almeida tenta dar outro rumo para as suas Divagações, em 1907, tentando não escrever diretamente sobre o “monstro filológico” que, segundo ele, a Academia pariu de suas “entranhas primiparas”. Contudo, a questão retorna em

seus textos, às vezes de maneira velada, às vezes de forma veemente, oferecendo-nos interessantes metáforas sobre a língua nacional, como se vê, por exemplo, nos segmentos que finalizam o artigo de 23 de setembro de 1907:

“Eu espero (alegrem-se os leitores!) não ter mais necessidade de ativar outra pá da terra sobre esse Monstro philologico que, já morto, saiu das entranhas primiparas da Academica.

Do necroterio scientifico, foi elle, em pedaços, para o cemiterio do passado, donde sairá talvez em alguma revista de anno ou nas allegorias do carnaval...”

De tão adulterado, modificado, deformado, o corpo torna-se “monstro”! Essa não aceitação da mudança imposta e a insistência, por um lado pela unidade e, por outro, pela evolução natural da língua, marcam as discussões que perpassaram o ano de 1907. O que elas nos mostram é que, no movimento dos sentidos, a metáfora local traz a possibilidade de compreender as oscilações entre o mesmo e o diferente, na discussão sobre os sentidos da língua nacional. A escola, o solo, a terra funcionam na construção da referência no acontecimento (Guimarães, 2002) para os sentidos da língua nacional. O povo, em todas as suas articulações com outros nomes (“almas”, “selvagem”, “estrangeiro”), reescreve o sujeito nacional. Portanto, é através de um jogo entre metáforas locais (*a língua é esteio, é corpo que sustenta e/ou deforma a nacionalidade*), no processo metafórico, que se funda um espaço próprio para significação na/da língua. É através do duplo jogo – entre metáfora local e processo metafórico – que encontramos um sujeito efeito da linguagem, um sujeito que significa pela divisão, pela desestabilidade na ordem do acontecimento.

O último texto que constitui o segundo conjunto do material de análise tem como título uma coordenação interessante “A colonização e a escola” e foi publicado em 04 de abril de 1910. Como já dissemos, ficamos sem saber qual é o seu autor, pois não há nesse texto nenhuma assinatura ou qualquer outra indicação que explicita a autoria, embora se evidencie a projeção de um lugar que poderia ser ocupado por um sujeito que inaugura uma mudança institucional, como teremos oportunidade de verificar.

Tratemos, então, dos fatos que gostaríamos de mobilizar para essa análise. No caso deste texto, a análise será inicialmente organizada com base em como funcionam as

designações⁶⁵, tomadas, em um primeiro momento, como gestos de nomeação/identificação e, posteriormente, como efeitos do/no processo metafórico. Retomaremos o primeiro parágrafo do texto, que se encontra transcrito, na íntegra, no ANEXO:

“O problema da colonização no Brasil é inseparável do da escola. Esta é o complemento daquela e o meio mais eficaz de nacionalizar, pelo menos da segunda geração em diante, as grandes massas estrangeiras que entram no paiz.

Se a questão do ensino, ou mais restrictamente, da escola pública, é assumpto de interesse vital para qualquer nação, mais importante ainda é ella num paiz de immigração, que precisa canalisar e absorver os elementos estrangeiros, incorporando-os ao nucleo de população nacional que deve predominar, assegurando a permanencia das qualidades características da nacionalidade, cujo esteio principal é, no Brasil, a lingua portugueza.”⁶⁶
(ESP - 04.04.1910 – “A colonização e a escola” – Anexo 18)

A afirmação inicial “*O problema da colonização no Brasil é inseparável do da escola*” põe, de imediato, a identificação entre a colonização e a escola, evidenciando a sua complementaridade, como se, de certa forma, houvesse um recobrimento entre os seus sentidos. Há que se destacar, também, a expressão adverbial *no Brasil*, cujos efeitos colocam uma dispersão entre as designações de: “solo” e “território”, em relação ao modo como se enunciam os sentidos sobre a língua nacional, a escola e o sujeito. Este funcionamento pode ser observado nas seguintes seqüências, que aparecem, respectivamente, nos segundo, sétimo, décimo e décimo-quinto parágrafos do texto:

1. “(...) *assegurando a permanencia das qualidades da nacionalidade, cujo esteio principal é, no Brasil, a lingua portugueza.*”

⁶⁵ Utilizamos o conceito de *designação*, compreendendo-o conforme Guimarães (2002:9), isto é: “A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.”

⁶⁶Lamentavelmente, não se encontra no original, qualquer informação sobre quem seja o seu o autor. Tivemos oportunidade de verificar, ao longo da leitura dos textos, que, muitas vezes, a questão da autoria se define pelo “anonimato”, mas isso é questão para outro momento.

2. *“Contamos entre nós colônias inteiras em completa ignorância da **língua portuguesa**, conservando os usos, costumes, religião, língua e até as próprias tradições do país de origem, quando, em sua maioria quase absoluta, os seus habitantes, nasceram **no Brasil**.”*
3. *“(…) com o fim de **harmonizar os interesses do Estado com os da colônia nacional “germanizada”**, visitei uma escola dirigida por um digno pastor protestante. (...) só era nacional ali o solo sobre o qual se elevava o edifício da escola.”*
4. *“(…) nasci **no Rio Fundo (pleno território espírito-santense) e sou alemão**”!*

Na constituição desse imaginário, a escola tem papel fundamental, pois era preciso forjar o homem/o cidadão e a nação. Assim, o que a diversidade de posições enunciativas produzidas nesse período permite compreender sobre esses sentidos é que há, no fio do discurso, uma reconstrução contínua para as três noções, fazendo com que se produza uma fusão entre posições em que a língua funciona como *esteio*, como lugar de sustentação da nação (“(…) *num país de imigração, que precisa canalizar e absorver os elementos estrangeiros, incorporando-os ao núcleo de população nacional que deve predominar, assegurando a permanência das qualidades características da nacionalidade, cujo esteio principal é, no Brasil, a língua portuguesa*”) e, a escola, como lugar de sustentação do sujeito nacional, “*pois [a escola] precisa canalizar e absorver os elementos estrangeiros (...) assegurando a permanência das características da nacionalidade.*”

Como a mãe-pátria se constrói na terra, então a escola é a garantia - espaço geográfico e espaço institucional - para que os dois sentidos *pátria* e *terra* se sobreponham e construam a *nação*, a partir da afirmação da língua e da constituição do sujeito. Esse jogo identitário entre o sujeito, a nação, a escola - reescritos pela língua se faz por uma sobreposição de sentidos, que operam essas relações. Assim, dizer que língua é o esteio da nação é instalar uma divisão que suspende a alteridade e inaugura um funcionamento semelhante ao que discutem Pêcheux e Gadet (2004:37): “Para se tornarem cidadãos, os sujeitos devem, portanto se *liberar*

dos particularismos históricos que os entravam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus “preconceitos” ... e sua língua materna.”

O que se percebe então é que a colonização aqui aparece não como o movimento do europeu para o nativo da terra, mas como uma prática inversa, isto é, o sujeito, representante da “população nacional”, que precisa “canalizar” e “absorver” o “elemento estrangeiro” assegurando a permanência da nacionalidade, pela imposição da língua portuguesa, garantida pela escola, que é, por sua vez, a garantia da eficácia da nacionalização.

Como resultado da aproximação entre estas multiplicidades, retomemos alguns dos enunciados delimitados em que as designações aparecem. Começemos pela particularização “a língua portuguesa **no Brasil**”; a partir daí, temos um fio interessante para perseguir, pois essa designação permite que se coloquem algumas questões. Em primeiro lugar, poderíamos perguntar: o que é a língua portuguesa? Uma língua de colonização?

Se pensarmos que a língua portuguesa funciona como esteio da nação, no sentido em que se coloca na primeira questão, isto é, como forma de colonizar, pelo menos “da segunda geração em diante, as massas estrangeiras que entram no paiz”, na perspectiva em que a colonização aparece no texto, tem-se um modo de significar a relação da língua com a idéia de solo, que em outros termos, significaria pensar que a língua portuguesa sustenta a nacionalidade daquele que nasceu no solo do Brasil, o que ainda coloca duas outras questões, uma que vem sob a forma da naturalização da língua, como se ela fosse tão natural como o solo, a superfície geográfica do Brasil, pois no dizer de Orlandi (2002:313), “o naturalismo está presente no modo como se pensou a língua brasileira no século XIX” e, outra, que mostra um apagamento da diferença, por exemplo, das línguas indígenas.

A questão aqui é que há o apagamento de uma língua e de um sujeito, que não estão descritos, que não estão colocados. São silenciados por um “efeito de homogeneidade” (idem: 313): “Do ponto de vista da formação de um país, como é o caso do mecanismo da determinação no discurso naturalista sobre o Brasil, este efeito de homogeneidade se produz sobre o próprio país, o Brasil.”

Novamente vem a questão: O que é a língua portuguesa? Uma língua de colonização? Ou uma língua de nacionalização? Pois se a língua portuguesa pode funcionar como esteio da nação, no Brasil, há toda uma relação que se coloca como dissemos, com a idéia de solo e seus desdobramentos, isto é, poderíamos perguntar em um primeiro momento: a língua portuguesa sustenta a nacionalidade daquele que nasceu no solo do território? Nesse sentido, funcionaria como uma língua de colonização, produzindo um modo de compreender a língua em que a idéia de nação apareceria reescrita pela idéia de superfície geográfica. Ou, poderíamos propor em um segundo momento: a língua portuguesa sustenta a nacionalidade daquele que nasceu no solo da língua? Nesse sentido, funcionaria como uma língua de nacionalização, produzindo um modo de compreender a língua em que a idéia de nação viria reescrita pela idéia de povo. Para formar o caráter nacional, a língua se põe como o elemento que serve para colonizar e para nacionalizar o sujeito. No caso deste artigo, os sentidos da língua estariam formulados na segunda direção.

No parágrafo final deste artigo, a língua se põe como o lugar de um discurso sobre o sujeito e a nação: em outras palavras, no momento em que aparece a nomeação “língua nacional”, no mesmo momento, se cita a lei, como podemos ver em:

*“Julgo ter encontrado a solução do importante problema de ensino, graças ao dispositivo do parágrafo 1º do artigo 20 da lei 545, de 16 de novembro do ano passado, segundo o qual é permitido nas escolas situadas nas colônias ou nos lugares em que predomine o elemento estrangeiro, o ensino do respectivo idioma, sem prejuízo da preponderância da **língua nacional**”.*

Nesse momento também o sujeito se mostra novamente, trazendo na flexão verbal, a marca de um “eu” que produz um modo de conceber a língua na sua relação com a memória de um domínio de referência, por um deslocamento do sentido na textualidade, isto é, a língua passa a funcionar referida ao domínio histórico da nacionalidade. Isso produz seus sentidos, pois encontramos um “eu” coeso e fechado, que inaugura uma mudança institucional. Assim, nas seqüências em que esse sujeito se explicita, como em “*Escolhi para lecionarem em Tyrol*”, “*Julgo ter encontrado a solução*” e “*Estou certo*” há o movimento de se trazer para o acontecimento, pela materialidade da língua, a determinação de uma diferença, marcada pela

mesma nomeação. Mas há também os desdobramentos dessa idéia: a nomeação “língua nacional” que só aparece no momento em que se cita a lei, significa, como propõe Guimarães em suas discussões, como política de Estado, construindo diferentes sentidos para a língua nacional.

A partir daí, é possível observar nas formulações um paradigma de distribuição das formas do sujeito no contraponto com as da língua, como se cada instanciação do sujeito fosse trabalhada por uma/outra da língua (ou vice-versa), não como desdobramento automático, mas como o próprio do jogo de significação. Há no texto a imbricação entre uma posição de um sujeito que narra os fatos, produz a diferença, mas não assume a autoria e, uma posição de locutor, no discurso relatado⁶⁷.

O que se observa no cruzamento dessas vozes é a constituição de um espaço político em que se produzem deslocamentos enunciativos fundamentais, pois como podemos verificar pelo que mostra o quadro a seguir, para cada maneira a partir da qual se enuncia o sujeito, inaugura-se uma definição para a língua. No quadro, as três primeiras formulações do sujeito marcam a voz no discurso relatado e, as duas últimas, a do sujeito que escreveu o artigo. Este último, provavelmente deveria ocupar algum posto relativo à educação, como vemos pelo que aparece nas afirmações feitas nos dois parágrafos finais do texto:

“Escolhi para lecionarem em Tyrol a Rio do Meio o Sr. Professor Henrique Thineas, e em Luxembur e Suissa o Sr. Alberto Schirmer, ambos conhecedores, quer da lingua portugueza, quer da alleman. Estou certo virem esses dignos cidadãos prestar inestimáveis serviços na nacionalização desses brasileiros.

*Julgo ter encontrado a solução do importante problema de ensino, graças ao dispositivo do parágrafo 1º do artigo 20 da lei 545, de 16 de novembro do ano passado, segundo o qual é permitido nas escolas situadas nas colônias ou nos lugares em que predomine o elemento estrangeiro, o ensino do respectivo idioma, sem prejuizo da preponderancia da **lingua nacional.**”*

⁶⁷ O artigo *A colonização e a escola* apresenta a transcrição de alguns trechos do relatório do professor Carlos A. Gomes Cardim, da Escola Normal, que reorganizou o ensino no Espírito Santo.

Temos então o quadro:

Formulações do sujeito	Definições para a língua
“Procurei debellar o mal”	“ensinar portuguez ”
“Resolvemos o problema”	
“Foram indicados”	“ idioma patrio ”
“Foram criados”	“ lingua portuguesa ”
“Escolhi”	“ lingua nacional ”
“Julgo”	
“Estou certo”	

À alternância entre as posições de sujeito, instanciadas a partir da concorrência entre as diferentes formas verbais – primeira do singular e do plural e terceira do plural – corresponde a um modo particular de designar a língua, que nesse sentido, descreve um problema de identidade e de alteridade fundamental, pois a designação *língua nacional* aparece, como já se disse, no momento em que se cita a lei, momento da instanciação de um “eu” que se marca na língua.

Se nos perguntarmos então sobre o lugar do sujeito, isto é, sobre o processo de subjetivação, podemos observar que o sujeito autor, quando afetado pela sua relação com a língua, aparece aqui dividido entre duas posições enunciativas, isto é, um “nós” e um “eu”, num desdobramento que se faz relativamente à noção de língua. Assim, no que diz respeito ao “nós”, observa-se que a formulação “*a língua portuguesa ... no Brasil*” aparece num domínio de relação com expressões como, “*nossos governantes*”, “*nosso distinto colaborador*”, “*nossa Escola Normal*”, “*extraímos*”, ou “*contamos*”, como, por exemplo, em: “*Contamos entre nós colônias inteiras em completa ignorância da **língua portuguesa**, conservando os usos, costumes, religião, língua e até as próprias tradições do país de origem, quando, em sua maioria quasi absoluta, os seus habitantes nasceram **no Brasil**.*”

De certa forma, retoma-se a idéia de que a língua está aí para funcionar num espaço político tensionado entre as duas posições, descrevendo o que seria então o “solo” da língua, ou seja, na formação do caráter nacional, a língua serve para constituir o sujeito. Para marcar o efeito dessa resistência e a insistência no imaginário de unidade, trago, nas palavras de Silvio de Almeida⁶⁸, uma metáfora para a língua:

“E, uma vez que a lingua não é exclusivamente nossa, brasileira, qualquer nova systematisação gráphica, cumpriu realizar-se em conjugação de esforços com o velho reino, onde florescem profundissimos philologos e onde, muitas vezes o menor homem do povo maneja a palavra com espontanea e castiça correcção.

Tal como se acha, a reforma da Academia é mais um symptoma deploravel do espirito de destruição e de ignorancia que rompe a continuidade linguística e a nossa solidariedade com o berço iberico.

Que conceito farão de nós os que, do outro lado do Atlantico, nos vêm assim, com tão pouca sciencia, meter mãos profanadoras no thesouro dos seus e nossos maiores?

Convençam-se todos de que, no tumultuar das sociedades modernas, a estabilidade das republicas depende da dos cerebros, e a destes, por sua vez, e muito, da fixidez da lingua, seguro penhor de nacionalidade, como obra, que o é, de um passado veneravel.” (“Divagações”, Segunda-Feira, 29 de julho de 1907)

De “penhor da nacionalidade” (em 1907) a “esteio da nação” (em 1910). O ato temporal indica um ato político que a temporalidade do acontecimento inaugura. Na passagem de um funcionamento ao outro, a questão da língua vem pela ordem de uma naturalização. No que diz respeito à relação entre as metáforas produzidas neste artigo do jornal *O Estado de São Paulo* e a gramatização do português brasileiro no período, o que se observa é que o sujeito produtor deste artigo, em 1910, instala seus sentidos na situação de enunciação I, proposta por Guimarães e Orlandi (1998). Naquela situação em que o regime enunciativo organizador da construção discursiva do referente é o do transporte, da universalização. Embora tenha havido já todo um processo de historização da língua, as insistências e os apagamentos produzem um modo de

⁶⁸ Apresento apenas os parágrafos finais de um artigo seu, que não aparece transcrito no ANEXO, mas que aparece indicado no APÊNDICE

significar no transporte e não na transferência. Mais uma vez, está suspensa a diversidade, pelos efeitos do discurso naturalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

Logo no início do trabalho, propusemos duas questões norteadoras: uma que perguntava sobre o modo de funcionamento da metáfora e outra sobre os movimentos que produz na constituição dos sentidos da língua nacional. De certa forma, com a primeira questão, estávamos tentando estabelecer uma maneira de nos aproximar desse fato de linguagem, pois buscávamos compreender o que faz, afinal, com que algo, com que um fato de linguagem seja considerado uma metáfora?

No decorrer do trabalho, buscamos oferecer certos pontos sensíveis, alguns caminhos para responder a esta questão. A tentativa era a de construir um dispositivo teórico-analítico, no qual a compreensão da metáfora se fizesse a partir de deslocamentos conceituais, para produzir uma análise dos processos de designação que possibilitaram a construção da referência, isto é, “da particularização no acontecimento enunciativo”, como propõe Guimarães em seus estudos mais recentes, para a nomeação “língua nacional”. Observamos então que os sentidos da língua nacional se fizeram no contraponto com os da escola e os do sujeito nacional, em certo momento, mas também a partir de uma divisão política fundamental, em que a ordem da língua era estabelecida pela ordem do corpo, como se a corporificação da diferença estivesse marcada na língua.

Sobre os deslocamentos, podemos dizer que dois procedimentos foram importantes para esta compreensão das relações do sentido metafórico. São eles, a transferência (no processo) e a singularidade (na significação local). Com relação ao primeiro, a transferência – na relação metafórica em que o sentido se faz pelo deslizamento do significante – ou um significante pelo outro, podemos dizer que há a inscrição de uma diferença, pois ao deslizar, o significante retorna trazendo, nesse movimento, a inscrição da diferença, da ordem do distinto: a suspensão do sentido e o efeito de retórica na memória.

Chegamos aqui à seguinte formulação: a metáfora local aparece na forma de uma significação, como um rompimento no eixo do sentido, que faz com que o deslize não seja

indefinido, pois promove uma suspensão do tempo, não do tempo lógico, cronológico, mas da temporalidade do acontecimento, do tempo da significação. A singularidade, como marca do fenômeno local no acontecimento, funciona no processo de linguagem de forma que indica o que é estabilizado e o que não é.

Com efeito, a questão que se colocou foi a de trabalhar essa singularidade histórica – o sempre-novo da forma-sentido-, quando pensamos no processo de constituição dos sentidos da língua nacional. Em outros termos, havia uma questão teórica nodal que “reclamava os seus sentidos”. Ao longo do trabalho, afirmávamos sobre a questão da historicidade como constitutiva da singularidade no processo metafórico. Poderia dizer que essa reflexão teve a sua origem na discussão proposta por Deleuze, apresentada logo no início do texto, sobre o singular na estrutura, enquanto ponto de materialização de atitudes imaginárias, ponto de constituição da significação na língua.

O que me interessava naquele momento era considerar que, no processo metafórico, o imaginário que irrompe na estrutura vem não como atitude (pragmática) do sujeito, mas como efeito do sempre-novo no acontecimento. É a história trabalhando a forma-sentido, de modo que não haja recobrimento entre a singularidade e o processo de subjetivação. Desse modo, enquanto a primeira funcionaria como ponto de materialização da significação na língua, como momento em que se mostra que é estabilizado o que não é estabilizado, cuja produção vem como efeito de memória no acontecimento; o segundo é relativo à instanciação da subjetividade no processo metafórico. A meu ver, esta prática se constitui em um processo discursivo que possibilita a construção de um espaço dizível para o sujeito e para a língua do Brasil.

Isso pôde ser compreendido, nos artigos analisados, a partir do jogo constitutivo das metáforas sobre a língua nacional, produzidas em uma ordem de corporificação dos sentidos, através de uma redistribuição dos sentidos da metáfora local “a língua é esteio da nação”, trazida pelo efeito de retórica na memória, ao indicar o pertencimento do sujeito a terra, na constituição da identidade nacional. Assim, podemos afirmar que, por meio do jogo entre metáforas locais (*a língua é esteio, é corpo que sustenta e/ou deforma a nacionalidade*), no processo metafórico, se funda um espaço próprio para significação na/da língua. É através do duplo jogo – entre metáfora local e processo metafórico – que encontramos um sujeito efeito da

linguagem, um sujeito que significa pela divisão, pela desestabilidade na ordem do acontecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J.M.C. (1998) *Pragmática e Agramatical em Deleuze*. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado – IEL)

AUROUX, S. (1979) *La sémiotique des encyclopedistes*. Paris: PUF.

_____ (1992) *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP. (Tradução de Eni Puccinelli Orlandi)

_____ (1998) *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF.

BALIBAR, R. et LAPORTE, D. (1974) *Le français national*. Paris: Hachette.

CHARBONNEL, N. (1991) *Les aventures de la métaphore: la tâche aveugle*. Bar le Duc: Presses Universitaires de Strasbourg.

CHARAUDEAU, P. et MAINGUENEAU, D. (Orgs.) (2002) *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Éditions du Seuil.

DELESALLE, S. et CHEVALIER, J. – Cl. (1986) *La Linguistique, la grammaire et l'école: 1750-1914*. Paris: Armand Colin.

DELEUZE, G. (1983) “Como reconhecer o estruturalismo? In: BOUVERESSE, J. *O século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- DÉTRIE, C. (2001) *Du sens dans le processus métaphorique*. Paris: Honoré Champion.
- DUMARSAIS, C. (1988) *Des tropes ou des différents sens*. Paris: Flammarion. (Présentation, notes et traduction: Françoise Douay – Soublin).
- FONTANIER, P. (1977) *Les figures du discours*. Paris: Flammarion. (Introduction par Gérard Genette).
- GADET, F. e PÊCHEUX, M. (2004) *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas: Pontes. (Trad. Bras. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello)
- GUIMARÃES, E. (1995) *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes.
- _____ (1996) “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. A Gramatização Brasileira. In: *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes.
- _____ (1999) “O Sujeito e os Estudos de Significação na Década de 70 no Brasil”. Mimeo.
- _____ (1999) “Uma política de língua em Said Ali: o culto como norma e a recusa do purismo. GT de Análise de Discurso da ANPOLL. Florianópolis. Mimeo.
- _____ (2000) “O político e os Espaços de Enunciação. Mimeo
- _____ (2002) *Semântica do acontecimento: Um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes Editores.
- _____ (2004) *História da semântica*. Campinas: Pontes Editores.

_____ (2004b) “Civilização na lingüística brasileira do século XX”. Mimeo

GUIMARÃES, E. e ORLANDI, E.P. (Orgs.). (1996) *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes.

GUIMARÃES, E. et ORLANDI, E. (1998) “La formation d’un espace de production linguistique. La grammaire au Brésil”. IN: *L’hyperlangue brésilienne. Langages*. Paris: Larousse. n. 130.

JAKOBSON, R. “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia” IN: *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix. 1974, 7 ed. (Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes).

JOANILHO, M. P. G. (1996) *Por uma abordagem discursiva da metáfora*. Campinas: UNICAMP. (Dissertação de Mestrado- IEL)

JOANILHO, M. P. G. (2002) – “Sentido e acontecimento: sobre a constituição diálogo”. IN: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas: Pontes Editores e Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil. (nº 9/10).

LACAN, Jacques. (1996) *Escritos*. São Paulo. Perspectiva.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1980) *Metaphors we live by*. Chicago: the Chicago University Press.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. (1998) *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado - IEL)

MARIANI, B. S. C. (1993) – “Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: De como o discurso jornalístico constrói memória)” IN: ORLANDI, E. P. (Org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes Editores.

MILNER, J.-Cl. (1989) *Introduction à une science du langage*. Paris: Ed. du Seuil.

ORLANDI, E. P. (1990) *Terra à vista: discurso do confronto velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez.

_____ (1992) *As Formas do silêncio*. Campinas: Editora da UNICAMP.

_____ (Org.) (1993) *Discurso Fundador*. Campinas: Pontes.

_____ (Org.) (1994) *Gestos de Leitura*. Campinas: Editora da UNICAMP. (Coleção Repertórios).

_____ (1996a) "Exterioridade e Ideologia". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas (30): 27-33. Janeiro/Junho.

_____ (1996b) *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes.

_____ (1997a) "Do não-sentido e do sem-sentido". In: III Encontro Bienal da Sociedade Brasileira de Psicanálise. Novembro de 1996. *Anais*. São Paulo.

_____ "Um sentido positivo para cidadão brasileiro" In: ORLANDI, E.P., LAJOLO, M. e IANNI, O. (1997b) *Sociedade e linguagem*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 9-48.

_____ (1997) *Análise de Discurso e Interpretação*. Mimeo.

_____ (1999) *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

_____ (2002) *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo. Cortez Editora

PÊCHEUX, M. (1988) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. UNICAMP: Campinas.

_____ (1990) “A Análise do Discurso: três épocas (1983)”. In: *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma introdução à obra de Michel Pécheux*. F. Gadet e T. Hak (Orgs.). UNICAMP: Campinas.

_____ (1990a) “Delimitações, Inversões, Deslocamentos”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas (19): 7-24. Julho/Dezembro.

_____ (1990b) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes.
(PÊCHEUX, M. *Discourse: structure or event*. Trad. Bras. Eni P. Orlandi)

_____ (1999) “Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso” In: Contextos epistemológicos da análise de discurso. Revista *Escritos* 4. Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos - LABEURB/NUDECRI – UNICAMP.

PÊCHEUX, M. et GADET, F. (1981) *La langue introuvable*. Paris: Maspero.

PIRES DE OLIVEIRA, R. (1990) *As faces do rosto*. Dissertação de mestrado. UNICAMP.

RANCIÈRE, Jacques (1994) *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC/PONTES. (Trad. Eduardo Guimarães e Eni Orlandi).

_____ (1995) *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34. (RANCIÈRE, J. *Politiques de l'Écriture*. Trad. Bras. Raquel Ramalhete)

ANEXO

SÉCULO XIX

ANEXO 1

05/01/1875 (Terça-feira)

Secção Economica

Naturalisação

I

“Um dos assuntos que na actualidade mais tem preocupado o espirito público e que no entanto menos tem merecido dos altos poderes do estado, é incontestavelmente a imigração.

A elle se prende a solução de um problema economico, cuja elevada importancia se assignada pela crise que ameaça assoberbar a industria nacional, da qual emana o mais pezado fornecimento para o erario.(...)

*E não obstante, apesar do muito que nos ultimos tempos se há dito na imprensa, no parlamento e até nos relatorios dos ministros sobre a urgente necessidade de se introduzir nos elementos de trabalho em substituição daquelle que tende a extinguir-se, o certo é que vae-se passando o tempo, as difficuldades tornam-se cada vez maiores, os embaraços se acumulam, e nem uma providencia efficaz tem sido até hoje tomada no sentido de facilitar a lavoura **a aquisição de braços livres**, que só lhe podera vir do **extrangeiro**.*

(...)

*A experiencia tirada do exemplo de outros paizes tem demonstrado que **uma boa lei de naturalisação, tornando-a de facil accesso a todos quanto possam pretender nacionalizar-se na terra que tomaram por sua nova patria/nação**, é um meio que, secundado por outros, concorre poderosa e efficaçmente para attrahir a imigração estrangeira. (...)*

E no entanto a legislação brasileira na parte relativa à naturalização, é não só complicada e confusa, como até mesmo em alguns pontos de difícil compreensão.

(...)

Ainda mais, depois de consignar este preceito, acrescenta a lei que esta naturalização será feita pela forma porque foram naturalizados os colonos de São Leopoldo. Mas não mencionam a fôrma, nem indica o neto acto que a autorizou.

Quando outros inconvenientes não existissem, parece que este estado de confusão bastaria para assignalar um grave defeito e aconselhar uma reforma.”

CAMPOS SALLES

ANEXO 2

Quarta-feira,

06.01.1875

Secção Economica

Naturalisação

II

“Para prova deste assento não é preciso mais do que uma ligeira analyse sobre os principios capitaes da lei de 1871, que é a que hoje regula a naturalisação dos estrangeiros em geral, exceptuados os colonos. (...)

*Tal é o que dispõe a lei, e tanto basta para se prever os mil tropeços e infinitas contrariedades que o peticionario irá encontrar no emaranhado e **sinnuoso labyrintho das repartições do estado.** (...)*

Em verdade, como ha-de o estrangeiro que não mora na côrte, maximo quando elle tenha fixado a sua residencia na provincia e em localidade longinqua, tentar sua naturalisação, se é preciso que elle vá à capital do imperio, ou que lá constituea um procurador para tratar do negocio perante o governo?

Mas a lei que não generalisa e antes restringe a um certo numero os seus promettidos beneficios, é injusta e manifestamente contraria aos interesses nacionaes, e portanto deve ser revista pelos legisladores do paiz.

CAMPOS SALLES

ANEXO 3

Terça-feira, 12.01.1875

Secção Economica

Naturalisação

III

*O observador imparcial, que de animo calmo e desprevinido investigar as causas que embaraçam a **marcha progressiva do paiz**, marcha sem duvida muito lenta comparada com os extraordinarios elementos de prosperidade com que tão expendidamente dotou-nos a mais prodiga natureza, ha de encontrar entre aquellas que mais contribuem para retardar o nosso desenvolvimento a **centralisação**.*

*Por esse fatal systema, que a consciencia publica esclarecida de há muito denuncia como **uma simples arma de governo**, visto que outro prestimo não tem, encaminha-se gradualmente da absorpção da actividade individual ao aniquilamento das **forças vitais da nação**, porque o seu segredo destruidor consiste exactamente em arrebatatar do individuo toda*

*acção autonómica para melhor poder entorpecer a energia do **município** e observar inactiva a **provincia**, essa grande veia por onde corre a vida que se communica ao corpo colectivo.*

A semelhança da França de Luiz XIV, onde a côrte de Versalhes, convertida em asylo da mendicidade aristocrática, resplandecia de um brilho fictício e alardeava uma falsa opulencia, ao passo que nas cidades e no campo, no paiz real emfim, o aspecto da miseria se apresentava aos olhos do povo com o hediondo cortejo dos seus verdadeiros caracteres como lá repetamos, aqui tenta-se ainda hoje atirahir para o outro lado vigor da autonomia nacional, e ostentar a volta desse centro esplendores e riquezas que contrastam horrivelmente com o atrazo e infraqueciamento em que jazem as provincias.

*E o que mais é para lastimar-se, é que semelhante organização, condemnada de longa data por todos os bons espíritos, persista ainda e continue a exercer a sua perniciosa influencia sobre os nossos destinos, **sem que até hoje os estadistas brasileiros se tenham avisado de que não se pôde communica vida ao corpo quando se mutila os seus membros.***

Nos Estados Unidos, cuja legislação pôde servir de modelo aos paizes que ambicionam sinceramente favorecer e attrahir a immigração, o estrangeiro pôde naturalisar-se sem que para isso seja necessario recorrer ao governo federal. Ainda mais, o bom senso nacional fez consignar na legislação daquelle grande povo, como um principio eminentemente salutar, que a cada estado compete legislar sobre esta materia, de acordo com as circunstâncias e condições que lhe forem peculiares.

O proprio corpo legislativo já reconheceu em parte a necessidade desta medida, determinando que os estrangeiros que pertencerem a qualquer colonia formada no imperio, ou que comprarem terras e nellas se estabelecerem, sejam reconhecidos cidadãos brasileiros, logo que assignem na respectiva camara municipal termo de declaração de ser essa sua vontade.

Em um paiz como o nosso, a immigração é sempre util e necessaria, quer o estrangeiro venha offerter o concurso de seu braço laborioso à lavoura, quer procure de preferencia desenvolver a sua actividade em outro qualquer ramo da industria.

Se não existisse, disse o eminente publicista brasileiro sr. dr. Tavares Bastos, se não existisse, não se comprehenderia a possibilidade de tal systema administrativo, que faz depender do longiquo governo supremo a ordem para romper-se uma picada, medir-se um território colonial, construir-se uma ponte, uma egreja, uma escola.

Esta verdade está tão vulgarizada por uma longa e dolorosa experiência, que já agora ninguém ousa negal-a. Todos conhecem as raizes, falta ainda o esforço com homens de boa vontade para que elas sejam, do mal de uma vez para sempre, estipardas do corpo social.

O favor da lei deve, pois, ser igual para todos.

Não basta, porém, que a naturalisação seja facilitada: é necessario além disso tornal-a ambicionada pelos estrangeiros.

Na grande Confederação do Norte o estrangeiro naturalizado é desde logo investido de todos os direitos, e torna-se apto para exercer todos os empregos e funcções publicas, com excepção somente do cargo de presidente da republica, único que elle não póde pretender.

As republicas do Prata igualmente, imitando o sabia exemplo dos Estados Unidos tratam sem cessar de dar leis liberaes aos emigrados do velho continente e divergem apenas quanto ao tempo de residente com título de cidadão conferem ao estrangeiro todos os direitos civis politicos.

Desta differença nas legislações dos diversos povos, concluem os economistas, resulta que os espatriados tendem a procurar de preferencia certos paizes, como pontos de destino, embora nelles a riqueza natural não seja tão, seductora como em algum centros.”

CAMPOS SALLES

ANEXO 4

Domingo, 16.05.1875

SECÇÃO SCIENTIFICA

(Traducção da “Provincia”)

O transformismo em linguística

A. Scheleicher – Max Muller – Whitney – Jorge Darwin. Bateman – Ferrière

“A applicação da theoria de Darwin ao estudo da linguística e a confirmação dessa theoria pelos resultados dessa sciencia foram pela primeira vez tentadas, e com bom exito, por Augusto Schleicher. Professor na universidade de Iena, esse illustre sabio, arrebatado por uma morte prematura aos seus discipulos e amigos em 1868, notára de algum modo as leis do transformismo na glottica (como dizia desde 1860, época em qae as expunha no seu livro: Die deutische Sprache (Stuttgard, Cotta edit.)

Ora, cumpre nota que esse livro, datado de 1860, foi realmente escripto em 1859, como o indica o prefacio terminado e assignado a 10 de Dezembro desse ultimo anno, e si com esse factio confrontar-se este outro – que a obra de Darwin appareceu na Inglaterra em Novembro de 1859, o espirito mais incredulo não pôde pôr em duvida a assersão de Schleicher quando affirma que nada conhecia da doutrina darwiniana quando publicou o seu livro acerca da lingua allemã. (vide Die Darwinsche Theoria und die Sprachwissenschaft, pag. 4; 1 broch in 8º, Weimar, II. Böhlan edit, 1863.)

Nesse livro, e principalmente a pags. 43 e 44, Schleicher dá explicações acerca da “lucta pela existencia,” do desaparecimento das fórmãs antigas, da grande extensão e da grande characterisação de uma especie única, no dominio da glottica, de modo tal que concorda, salvo a differença de expressões, admiravelmente com as vistas de Darwin.

De resto, logo que leu o livro do grande naturalista inglez Schleicher, apressou-se a adherir às suas doutinas, e a dar-lhes o apoio e o auxilio dos seus profundos conhecimentos linguísticos e igualmente do seu methodo tão, preciso, tão scientifico, tão

positivo; e a brochura cujo título, acabamos de citar foi o seu acto de adesão ao transformismo.

Indagar-se há como e por que razão o linguista Schleicher occupava-se tanto com a theoria de Darwin e a applicava a sciencia da linguagem. Responderemos com elle que “as linguas são organismos naturaes que, independemente da vontade do homem, nascem, crescem, desenvolvem-se, depois envelhecem e morrem segundo as leis determinadas; têm, pois tambem essa série de phenomenos que commummente se comprehendem sob o nome de “vida.” A glottica, a sciencia da linguagem, é por consequencia uma sciencia natural: o seu methodo é em tudo e por tudo o mesmo que o das outras sciencins naturaes. Não se trata aqui, naturalmente, da philologia, que é uma sciencia historica.” Die Darwinsche Theoria, etc., pags. 6-7.

De resto, Schleicher gostava de repetir um dito humoristico tirado dos seus estudos predilectos além da linguistica: “O linguista’ dizia, é um botanico, ao passo que o philologo é apenas um horticultor.”

Este modo de considerar a linguistica como um ramo da historia natural fez naturalmente com que Schleicher fosse accusado de materialismo por esses metaphysicos que não se podem resolver considerar o homem sinão fóra do universo, do qual é entretanto parte integrante, por mais que digam ou façam.

Reconhecendo com os naturalistas mais eminentes de nossa época a que não há materia sem espirito, sem a necessidade que a determina, nem tão pouco espirito sem materia, “ proclamava bem alto que esse ponto de vista differe tanto, a seu vêr, do materislismo como do espiritualismo, loc cit., pag. 8.

O sr. Max Muller combate energicamente essa ordem de concepções. Numa série de lições traduzidas e publicadas o anno passado pela Revista Politica e Litteraria (2.ª série, 3.º anno, ns. 11, 13, 15, 19 e 21 manifesta-se energicamente contra a theoria de Darwin, particularmente na philosophia da linguagem.

Não nos surpreende a intervenção do sr. Max Muller e principalmente em sentido retrogrado; o homem que já escreveu que a sciencia da linguagem começou no dia dos Pentecostes, não póde admitir, publicamente pelo menos, que uma doutrina exclusivamente scientifica seja doutrina fundada em bases sérias. Demais, invoca todos os mestres da metaphysica allemã contra tão heterodoxa theoria: afirma-nos que “é tão impossivel a linguagem sem o pensamento como o pensamento sem a linguagem pag. 246”, esquecendo-se de que os animaes não fallam e entretanto pensam, pois julgam e comparam; ataca particularmente “uma nova eschola de philosophia que surgiu na Inglaterra, que contesta energicamente a justeza da analyse de Kant e volta á posição occupada outrora por Locke e Hume,... que considera a lei da causalidade, na qual funda-se, a bem dizer, toda a questão das condições a priori do conhecimento, como a considerou Hume, como para illusão, produzida por uma repetição de phenomenos; e a analyse psychologica a fortificada pelas investigações psychologicas, é por sua vez invocada para provar que o espirito não é mais do que o producto passageiro e fortuito da materia, que o cerebro secreta o pensamento como o figado secreta a billis. Sem physica, não há pensamento! tal é o grito de triumphante d’esta eschola (pag. 252)”, accrescenta ironicamente o sr. Max Muller.

Da mesma ironia usa elle quando, tentando affastar da discussão a intelligencia dos animaes, ponto muito espinhoso para os sectarios do seu partido philosophico, nos diz: “O que sabemos da vida interior do mollusco? Podemos admittir que vive em trevas espessas, que não é mais do que uma massa de polpa, mas podemos admittir tambem que, estando a salvo de todas as agitações causadas pelas impressões dos sentidos, a salvo de todas as causas de erro a que o homem está sujeito, penetra talvez com olhar mais firme e mais profundo a essencia do absoluto, chega a possuir as verdades eternas mais completamente que a intelligencia humana (pag. 292).” Não se póde ser menos grave, e não é com semelhantes gracejos tudescos que se combate uma doutrina séria e seriamente exposta pelos que a professam.

Essas jocosidades de máu gosto foram, de resto, respondidas como merecem por um linguista tão eminente como o sr. Max Muler, o americano sr. Whitney, que entretanto está longe de pertencer a escola transformista.

Num artigo recente Darwinism and language, in North american Review, o sr. Whitney responde mui sensatamente que o espirito dos outros homens é também para nós uma terra incognita tanto como o dos brutos, que não temos completa certeza de que o nosso visinho veja verde a relva e azul o céu, do mesmo modo que nós, e que temos todo o fundamento para crêr que um cavallo, ao avistar o pasto, goza do gosto da agua ou do pão e tem d'isso conhecimento absolutamente como os homens podem tê-lo.

É certo que no homem a linguagem é prova conclulente d'esse facto; mas seria temerario affirmar que é essa a única prova possível.

O sr. Max Muller não póde ou não quer admitir concepções sem fôrma ou corpo exteriores; não ha, portanto, pensamento sem linguagem, esta é tão indispensável áquelle como a casca á laranja.

Para o sr. Whitney, pelo contrário, sómente os pensamentos complexos é que carecem de symbolos, e o sr. Jorge Darwin, filho do celebre naturalista, ascrecenta On the origin of language in contemporary Review a este respeito que os cães duvidam, hesitam e afinal tomam uma determinação qualquer sem que muitas vezes haja circumstacia alguma exterior que a isso os determine.

Posto que o sr. Whitney esteja de accordo com Darwin sobre o facto de que o homem não deve a sua existencia, como homem, a linguagem, mas que a linguagem fê-lo alcançar um grau mais elevado na escala da humanidade, não acredita que se possa jamais descobrir os intermedios entre “a expressão toda instinctiva dos animaes” e “a expressão, toda convencional do homem”, pois são inteiramente differentes.

E entretanto uma phrase do sabio professor de Yale College dá a conhecer que elle não póde esquivar-se á ineluctavel necessidade de acceitar, talvez sem o querer, a theoria

transformista; diz elle: “não há saltas, porque a linguagem humana é um desenvolvimento historico de começos infinitesimales que até póde ser que tenham sido de menor importância que a linguagem instintiva de um bruto”.

Não ha ahi, no dominio linguistico, um ponto de vista analogo ao de certos zoologistas que, em frente das diferenças entre os macacos antropomorphos e o homem, dão-lhes a ambos um antepassado commum, colocado em gráu inferior entre os mammiferos? Confessamos que nada nos repugna n’esse modo de vêr, e que, deixando-o no estado hypothetico, elle não se nos affigura scientificamente indemonstravel.

Tal demonstração é que o sr. Whitney julga impossivel em qualquer tempo. O sr. Jorge Darwin acha entretanto que não é judicioso dizer-se que a sciencia nunca attingirá este ou aquelle objecto. “Não apprehendo, diz elle, os motivos por que o sr. Whitney nega a possibilidade de um estado de transição na formação da linguagem.

“Não imagina elle como uma lingua, posto que incompleta, nascesse de uma só geração de macacos antropodes. É certamente provavel que se passaram muits gerações de quasi-homens, que se serviam de um pequeno vocabulario de gritos convencionaes, e taes gritos, se foram tornando cada vez mais convencionaes, affastando-se cada cada vez mais dos sons ou exclamações de que se haviam originado. Muitas raizes se devem ter multiplicado por scisão, e produzido novas radicaes, que mais tarde e gradualmente se devem ter apartado das onomatopéas originaes.

(...)

Isto nos parece mais que provavel, porque, assim como os phenomenos de embryogenia parecem solidos os argumentos em favor da theoria transformista, assim também o estudo da infancia do individuo-homem lança muita luz sobre a infancia, hoje tão longiqua, da humanidade.

De resto, o estudo physiologico da faculdade da linguagem tende a confirmar esta opinião. Num trabalho interessante acerca desta materia, o sr. dr. Onimus, Jornal de

anatomia e de physiologia, 1873, exprime-se em termos que em nada contrariam a theoria darwiniana em lingüística:

“Quanto à linguagem, na qual cremos que se encontram, todos os caracteres dos netos reflexos da educação, os movimentos complexos não se operam sinão pouco e pouco e por uma educação longa e difficultosa, mas o processo é absolutamente o mesmo que nos movimentos complexos mais simples, como o andar. (...)”

GIRARD DE RIALLE

ANEXO 5

Quarta-feira, 19.05.1875

SECÇÃO SCIENTIFICA

O transformismo em linguística

Tradução da Província

A Scheleicher – Max Muller – Whitney – Jorge Darwin – Bateman – Ferrière.

Continuação

Parece, pois, que a linguagem articulada não é faculdade innata e completa no homem, mas coisa adquirida com o auxilio do tempo e de numerosas evoluções.

(...)

Mas, para pôr termo a esta longa digressão, assentemos como certo que o sr. Whitney considera na observações de Darwin acerca da linguagem como perfeitamente sérias e scientificas, ao passo que o sr. Max Muller não quer reconhecer a este sinão o merito e a honra “de ter limpado as cavalhariças de Augias da infinidade das especies, de ter explicado pela

acção lenta das causas naturaes muitos phenomenos que à primeira vista parecia exigirem uma intervenção creadora, directa, especial p. 293.”

Eis todo o papel que um sabio a quem, entre os linguistas, somente se pôde comparar o celebre Bopp, representa na argumentação do muito elogiado, professor de Oxford.

É, com effeito, impossivel pôr em duvida esta definição de Schleicher: “A linguagem é a manifestação, apprehensivel pelo ouvido, da actividade de um complexo de condições materiaes na conformação do cerebro e dos orgams da palavra com os seus nervos, ossos, musculos, etc. O principio material da linguagem e suas variedades, certamente, não está ainda demonstrado; mas também, que eu saiba, ainda não se empreendeu um exame comparativo dos orgams da palavra nos povos que fallam idiomas diversos. É possivel, talvez mesmo provavel, que semelhante estado não chegasse a resultado algum satisfatorio: entretanto, não ficaria de modo algum abalada a convicção da existencia das condições corporeas e materiaes da linguagem.

(...)

E Schleicher não ignorava os trabalhos do sr. professor Broca acerca da terceira circumvolução frontal do hemispherio esquerdo do cerebro considerada como a séde da faculdade da linguagem articulada. Eis, pois, os linguistas obrigados a recorrer à anatomia comparada e à anthropologia.

Entretanto n’uma brochura do doutor Bateman Darwinism tested by recent reserches in Language, publicações do Victoria Institue, Londres, 1872, encontramos um fragmento de carta do sr. Carlos Vogt, que é de muita importancia para o nosso assumpto:

“O cerebro do homem e o dos macacos, especialmente dos macacos antropomorphos (...) são construidos absolutamente sobre o mesmo typo (...), no homem, a terceira circumvolução frontal é extraordinariamente desenvolvida, ao passo que as circumvoluções transversaes e centraes são de muito menor importancia. No macaco, por outro lado, a terceira circumvolução frontal é muito pouco desenvolvida, ao passo que as

circumvoluções transversaes e centraes são muito consideraveis. (...) Assim, o homem falla, aos macacos e os microcephalos não fallam. (...)”

*E, de resto, a única coisa que extractamos da brochura do sr. Bateman, cuja argumentação contra o darwinismo é deploravelmente fraca, e que julga tê-lo refutado proclamando que a linguagem estabelece entre o homem e os animaes uma barreira consideraval, uma differença, não de (...), mas também de especie. Resalvando a definição da palavra especie, observaremos que não ha nisso novidade alguma; pois **actualmente a maior parte dos linguistas e dos anthropologistas, qualquer que seja a escola a que pertençam, reconhecem na faculdade da linguagem articulada o único ou o principal caracteristico humano.***

GIRARD DE RIALLE

ANEXO 6

Quinta-feira

20.05.1875

SECÇÃO SCIENTIFICA

O transformismo em linguística

A. Scheleicher. – Max Muller. – Whitney. – Jorge Darwin. – Bateman – Ferrière

Conclusão

*“Insistimos sobre a palavra articulada, porque, a nosso vêr, é indubitavel que os animaes têm uma linguagem, si por linguagem se deve entender uma serie mais ou menos regular de sons e de combinações de sons, que correspondem a sensações diversas e definidas e que servem de meio de comunicação entre os individuos da mesma raça ou da mesma especie, como queiram: **muitos exemplos se pôdem dar para corroborar essa assersão.***

(...)

Demais, há uma suposição de ordem muito científica, que foi objeto de uma comunicação do sr. de Mortillet no congresso da Associação franceza auxiliadora do progresso das sciencias, em Lyão, em 1873, e que consiste em considerar o ente que arrebatava o silex com o auxilio do fogo durante a epocha terciaria não como um homem, mas como o precursor do homem, ente de transição entre o pithecoide antepassado do homem e os anthropomorphos.

(...)

O sr. Hovelacque veio, em nome da linguistica e recordando as doutrinas de Schleicher sobre este ponto, confirmar a probabilidade desta opinião luminosa, e, diz elle, a si não se póde admitir que a faculdade da linguagem viesse em certo dia ao homem sem causa, sem origem, ex nihilo, deve-se então crêr que ella é o resultado de um desenvolvimento progressivo, o producto de um aperfeiçoamento organico.”

É exactamente a theoria transformista, e podemos suppôr que o ente que se servia dos silex rebentados de Thenay, si não tinha ainda linguagem articulada, comunicava as suas impressões, os seus sentimentos, os seus pensamentos – digam francamente a palavra -, usando de um systema flottico imperfeito, mas superior ao dos mais elevados animaes da fauna contemporanea.

(...)

O que ninguem destruiu nunca, são as leis absolutamente darwinianas que presidem a vida das diversas línguas da humanidade.

Apoiando-se unicamente n’um estudo, ainda incompleto pela sua parte, dos recentes dialectos indo-europeus e particularmente romanos, o sr. Emilio Ferrière o Darwinismo. 1 vol. In 18, Pariz, Germer Baillièrre editor, 1872, compoz um quadro symetrico e comparativo das leis do transformismo e das leis da glottica pags. 138-139, ao qual o estudo das publicações de Schleicher trouxe solida confirmação.

Si é impossivel referir todas as linguas mães que conhecemos a uma lingua primitiva; si mesmo semelhante hipothese é inverosimil, incontestavel e refutada pelos factos positivos; si, pelo contrario, é mais que provavel que no periodo ante historico e volvido há muitos milhões de annos foi muito consideravel o numero das linguas primitivas e diminuiu n'uma proporção enorme só pela acção incontestavel da seleção natural (...).

(...)

A historia mais recente das diversas familias de linguas vem ainda em apoio dessa doutrina. De cada lingua mãe, de cada troco de linguas, como diz Scheleicher Sprachsippe partem numerosos ramos, cada um dos quaes dá origem, por sua vez, a novos ramos. (...)

GIRARD DE RIALLE

ANEXO 7

Terça-feira, 04.01.1876

A PROVINCIA DE SÃO PAULO

Retrospecto – 1875

I

“Há um anno que appareceu o 1.º numero da Provincia de São Paulo entre as esperanças de uns e as desconfianças de outros: recebido com certa frieza por alguns espiritos exaltados e com manifesto receio dos tímidos e prudentes.

Para alguns o nosso programma era irrealizavel, afigurava-se-lhes a tunica de Nessus. Uns regosijavam-se com suppol-o a mortalha politica das convicções democraticas dos individuos que o formularam e se propuzeram a executal-o; outros consideravam-o uma arma de occasião, facil de espedaçar-se pelo manejo um pouco prolongado.

Quer nos parecer que enganaram-se todos. (...)

Durante o espaço de um anno, desde que appareceu um interesse social a sustentar, um abuso a combater, um direito a defender, uma questão importante a discutir, uma medida util a louvar ou a aconselhar, uma obra de caridade a patrocinar, uma injustiça a reparar, não fugimos á responsabilidade de tomar o partido que nos fôra suggerido pelo patriotismo e pelo compromisso contrahido para com a provincia. (...)

Diz-nos a consciencia que nas situações mais difficeis se não nos saiamos com muito brilho, soubemos comtudo nos portar briosamente e com sinceridade.

O nosso programa atravessou todo esse periodo sustentado galhardamente. Provamos por factos a sua exequibilidade e prestamos assim um valioso serviço ao progresso moral, intellectual e material da provincia de S. Paulo.

Que não erramos neste juízo, diz-nos o apoio, talvez excepcional, que encontramos por toda a parte onde batia um verdadeiro coração paulista ou de estrangeiro capaz de comprehender a alta missão da imprensa livre e independente.”

ANEXO 8

Quinta-feira, 06.01.1876

A PROVINCIA DE SÃO PAULO

Retrospecto – 1875

II

“Encetando o promettido exame do que nos deixou o anno findo, seja-nos licito dar a esse assumpto o primeiro logar, o logar de honra.

Deixaremos fóra do nosso quadro, por exemplo, o que entende directamente com a instrucção superior, embora seja ella entre nós representada pela Academia, aonde se professa um curso de sciencias sociaes e jurídicas; e isto assim, porque a Academia, embora

esteja na província, não lhe pertence, e além do mais, porque n'este nosso estudo nos referimos com especialidade á instrução popular, ao gráu de desinvolvimento intellectual da generalidade do que propriamente chama-se população provinciana.(...)

E finalmente, em que proporção esses fócios de ensino illuminam, aquecem e fecundam a população.

A população livre da província, calculada pelo recenseamento ultimo, mal chega a setecentas mil almas. (...)

Pelos dados do recenseamento, da população livre inscripta dão-se como sabendo ler e escrever sómente 141 mil pessoas entre homens e mulheres.

*Desconte-se a natural exageração dos que inscreveram-se com a afirmação do que elles chamam saber ler e escrever, attenda-se a serem **as classes mais ignorantes e menos civilisadas** justamente as que em maior escala esquivaram-se ao recenseamento, e ver-se-ha que sem hesitação póde-se afirmar-que da nossa população livre mais de sete oitavos são de analphabetos!*

*Calculando sobre estas bases e dando os mesmos descontos que notámos em relação á proporção de analphabetos e não analphabetos da **massa geral da população livre**, póde-se dizer que na população escolar de 6 a 15 annos **apenas um oitavo frequenta escolas** contra sete oitavos que ficam na triste condição de analphabetos!(...)*

Resumamos ainda:

Da população livre, orçada em 800 mil almas, sómente um oitavo sabe lêr e escrever; (...).

*Tomando por guia os estudos recentes do sr. senador Godoy, feitos sobre bases colhidas no anno findo, verifica-se que o numero de meninos e meninas que frequentam as **508***

escolas officiaes de instrucção primaria, fundadas e custeadas na provincia pelo governo, monta a 11.072 apenas!

Accrescendo certos achegos e gastos transitorios, pode-se computar a despeza geral da provincia com a instrucção popular quasi em 500 contos, isto é, mais ou menos a quinta parte da renda provincial orçada para o presente exercicio.

O que há, isso sim, é que tal verba é com certeza mui pouco aproveitada, como teremos occasião de verificar.

Prosseguiremos.”

ANEXO 9

A PROVINCIA DE SÃO PAULO

Terça-feira, 11 de janeiro de 1876

Retrospecto – 1875

III

“Da população livre da provincia, orçada em oitocentos mil pessoas, só um oitavo, isto é, cem mil, escapam á classificação de analphabetos.

D’esses 20 mil meninos e meninas que recebem a instrucção primaria, sómente 11,072 representam as matriculas nas escólas officiaes, as chamadas escólas publicas de primeiras letras, custeadas e dirigidas pelo governo.

Estas escólas, pelos ultimos dados do anno findo, montavam ao numero de 508.

A despesa fixada no orçamento vigente exclusivamente para ellas e mais para a respectiva inspectoría geral monta á quantia de 404.355.990.

Quatrocento e quatro contos e tanto para ensinar onze mil crianças.

É muito ou é pouco?

Uma e outra cousa: muito e pouco.

Explica-se facilmente o enigma:

Quatrocentos e tantos contos para ensinar primeiras letras a onze mil meninos é uma exorbitancia; essa quantia porém para custear 508 escolas é miseravel ninharia.

O mal d'essa desharmonia, que torna a verba do orçamento ao mesmo tempo excessiva e insignificante, está em não ser o numero de escolas proporcional ao dos alunos.

Em 508 escolas, a 50 alunos para cada uma, ensinava-se 25,400.

A escola é meio, não é fim.

Entre nós a questão não está no numero das escolas, está na qualidade e natureza do ensino por ellas fornecido. (...)

O sr. Hippeau, cujo livro sobre a instrução na America do Norte deve ser um Evangelho para que os que estudam esse assumpto, nos assevera que as fabulosas sommas alli applicadas ao ensino são fornecidas da melhor vontade, porque os americanos consideram que aos sacrificios com a instrução dão um lucro de cento por cento”.

Gastemos, mas gastemos como os americanos sabem gastar.

Voltaremos ao assumpto, que é vasto, complexo e interessantissimo.”

ANEXO 10

Quinta-feira, 13.01.1876

A PROVINCIA DE SÃO PAULO

Retrospecto – 1875

INSTRUÇÃO PUBLICA

IV

“Os dados conhecidos sobre nossa instrucção primaria official resumem-se no seguinte: 508 escolas, despeza de 400 e tantos contos de réis, e 11 mil alumnos constantes da matricula. (...)

São varias e de natureza diversa as causas deste deploravel retrahimento e desamor popular pelo instrucção. (...)

Essas duas ordens de causas maleficas, bem consideradas, representam as duas lei geraes que prezidem ao desenvolvimento da civilisação. (...)

Os habitos rotineiros do povo, sua inercia e desamor ás escolas representam a lei geral da resistencia ao que é innovação, de manutenção do statuo quo. A acção governamental, embora geralmente nullos e sempre incompletos sejam seus esforços representa a lei do progresso, a transformação, o caminhar para o novo e melhor.

Entre nós, apezar de ser a provincia de S. Paulo uma das que vae adiante e em mais propicias condições no paiz, é de facil apreciação o disequilibrio entre as duas forças – a inercia da rotina e a lei do progresso, sendo esta ainda dominada por aquella.

A defficiência da acção governamental manifesta-se por todos os pontos.

As escolas publicas deviam ser magnificas, attrahentes, convidativas, e taes que se impuzessem á confiança das familias, e é entretanto justamente o contrario o que asseveram os factos.

A escola é um complexo de elementos. Os principaes são o professor, o grau e natureza do ensino, e ainda o edificio e respectivas accomodações materiaes.

O que é e o que vale o nosso professorado?

Sem desconhecermos as honrosas excepções apontadas a dedo e por todos applaudidas, é força affirmar que é mal preparado, mal escolhido, por isso mesmo que é um serviço publico perfeitamente comparavel a pezado sacrificio, a que poucos habeis sujeitam-se e a que os mais aptos resistem só a força de incrível heroísmo.

Esse deficiente professorado o que ensina?

Pouco e mal. Tal instrucção é apenas um rudimento manco precário, e se é preciso, inferior ao proprio nivel intellectuál da generalidade social.

Emquanto ao que respeita as condicções materiais das escólas, o que há, só é digno de lastima e censura.

A escola é assim o pesadelo das crianças, o seu mau sonho, e quando a idade traz a presumpção do saber, quando uma tintura do abcerdario e da taboada vale alguma coisa em apoio das instaucias e desejos que constatemente manifestam em casa para que sejam libertados da terrível provança, a mais sinistra recordação que guardam dos annos escolares é justamente a aprendizagem e a instrucção, o que mais temem é justamente a gymnastica intellectual.”

ANEXO 11

Sábado, 15.01.1876

A PROVINCIA DE SÃO PAULO

Retrospecto – 1875

V

“(...) A’cerca da instrucção primaria, de que já nos occupamos em tres artigos d’esta serie, deixamos de lado, muita coisa que mais de espaço examinaremos em escriptos especiaes. Por exemplo: o que há sobre a lei do ensino obrigatorio, qual a organização da inspectoría geral e municipal do ensino e professorado, e ainda qual o real merecimento da novissima instituição – Escóla Normal, destinada a melhorar o corpo docente das escólas primarias do governo.

Em todo o caso, desde já fiquem consignados os seguintes factos, concernentes aos annaes escolares de 1875:

A abertura da Escóla Normal foi a mais notavel occurrencia do periodo indicado. Contando apenas um anno de exercicio, não se póde dizer que esteja feita a sua prova difinitiva; entretanto, parece-nos mais ou menos averiguado que alli muita cousa há a corrigir, melhorar e completar, de modo a tomar aquelle instituto posição condigna do importante papel a que destina-se e que póde exercer.(...)

Um ponto importante nos chama a attenção e a elle exclusivamente dedicaremos este artigo: a instrucção secundaria.

Teremos assim como materia normal da instrucção secundaria, que outros chamam média, as linguas nacional, latina, franceza e ingleza, rethorica e poetica, arithmetica e geometria elementos, philosophia e historia.

O governo provincial não destribue a seus administrados instrucção secundaria.

O que ha na provincia sobre essa instrucção de gráo mais elevado pertence a esforços particulares; são os internatos mantidos a expensas das pensões dos proprios alumnos, e alguns poucos devidos ao concurso philantropico.

Da segunda especie, entre os de maior vulto, merecem honrosa mensão: na capital, a Propagandora da Instrucção Popular; em Campinas, O Culto d Sciencia; em Ytú, o Instituto do Novo Mundo, fundado por um brasileiro residente em Nova York, proprietario da folha O Novo Mundo.

Somma geral:

A provincia do seu bolso official, não nos dá instrucção secundaria. Deixa essa ninharia ao acaso dá generosidade individual, intermitente, precaria e manca, embora sempre louvavel. (...)

ANEXO 12

Quarta-feira, 19.01.1876

Retrospecto - 1875

VI

“(...) O Brasil, n’esse ponto [instrucção pública] como em tantos outros, ainda está sob o pesado influxo de velhas doutrinas e mesquinhos habitos.

Nossa instrucção, em qualquer de seus grãos, é na sua feição normal e generica perfeitamente falsa, vasia, estreita e tacanha.

O ensino, a instrucção, é antes de tudo questão profundamente social e política. (...)

A instrucção social, a que deve ser peculio generalizado e comumm a todos, comprehende a dos dous grãos, primaria e media.

Não se trata da instrução litteraria, trata-se dos elementos indispensaveis para que o povo seja uma associação de homens conscientes da vida, conscientes de si, e alguma cousa diversa e superior ao ente puramente physiologico, que nas mattas chamamos selvagens, e no seio da communhão social são da mesma sorte selvagens, embora de outra especie.

Mãos á obra. As gerações que nos estão confiadas e nos pedem o pão do entendimento, forneçamos aos noções da sciencia pratica que a nem um homem é dado ignorar, quer seja litterato, advogado, folhetinista, sapateiro, negociante, inspector de quarteirão ou operario de qualquer officio.

Derramemos no seio do povo esta sciencia da vida e do homem. Convençamos e convençamos ao povo de que não é o alphabeto, não é a grammatica, não é a rima, não é a rethorica o que caracteriza e completa a distincção entre o irracional e o homem, entre o homem social e o selvagem.

O que dá essa distincção e superioridade é a sciencia e consciencia de si e do mundo externo nas relações apreciaveis e na medida do que a razão humana póde fornecer. (...)

Façamos o homem, se queremos transformada e melhorada a sociedade. Façamol-o pela instrução, habilitando-o a ser um ente racional e a usar das aptidões naturaes, de modo que antes de ser um magistrado, um medico, um ministro ou simplesmente um professor de aldeia ou um plantador, (...) saiba discernir, escolher (...).”

SÉCULO XX

ANEXO 13

Quinta-feira, 23/05/1907

COISAS NACIONAES

A LINGUA PORTUGUEZA NO BRASIL

O sr. José Verissimo está escrevendo as coisas mais justas e mais sensatas deste mundo sobre a tão debatida, questão da língua portugueza no Brasil, questão que tem o condão de apaixonar quantos della se occupam, e que ultimamente recebeu, em nosso meio, o novo e forte impulso de uma discussão, porfiada e celebre a proposito da redacção dada ao projecto de Codigo Civil. Grande parte do ultimo volume da série dos “Estudos de literatura brasileira” do sr. Verissimo trata do alludido thema, que tambem é o de um seu recente artigo no “Jornal do Commercio”, onde o critico retomou, com o maior aproveitamento de todos nós, a sua antiga secção da Revista literaria.

O “Jornal do Commercio” publicara pouco antes nos seus papeis velhos uma carta inedita do grande poeta e grande prosador brasileiro que foi Gonçalves Dias, cujos dizeres, no assumpto em questão, se desvanece com razão o sr. Verissimo em apontar identicos a varias affirmativas suas. A concordancia prova a intuição do poeta e o bom criterio do critico.

Gonçalves Dias teve as vantagens de produzir numa época em que a lingua portuguesa ainda se não achava literariamente adulterada no Brasil e de haver completado sua educação no meio coimbrão, elle proprio oriundo do meio maranhense, que era – não sei se o será ainda – singular, a saber, que no Brasil se distingue, por especiaes circunstancias de ligação mais directa com a ex-metropole, de applicação diligente ao assumpto, de uma escola sua de grammaticos, pela maior pureza do idioma de que se serve. Dahi resulta, que Gonçalves Dias não poderia, a menos de fazel-o intencionalmente, e o bom gosto disso o inhibia, viciar grammaticamente sua expressão escripta.

Seus conselhos na carta citada e que agora veiu a luz iam de acordo com seu exemplo. Elle, porém, previa – e isto dá a medida do seu descortino philologico – que o

portuguez no Brasil se converteria com o andar dos tempos numa criação diversa, sendo impossivel lutar contra as invasões de neologismos de variadas ascendencias e etymologias, e contra as alterações da syntaxe, justificadas por velhas formas conservadas e por novas medalidades adquiridas e fixadas. O que elle ainda não previa era a refórma orthographica do velho idioma agora em discussão, e que vae suscitando uma vehemencia igual nas opiniões á do purismo das locuções.

O periodo de transição que atravessa no Brasil o portuguez transplantado, é certamente o que mais influe na geral imperfeição grammatical do momento actual: porquanto é curioso observar que as questões da lingua assumem proporções nacionaes e um character grave, numa terra em que de ordinario se não escreve bem. As excepções, que as há e das mais honrosas, confirmam como sempre a regra. Por isto mesmo, para que taes imperfeições externas á não convertam numa deformação essencial, é que mais necessario se torna ter sempre presente o que Gonçalves Dias denominava o respeito devido ao genio da lingua, e o que o sr. José Verissimo, no artigo em que commenta e applaude a carta do famoso maranhense, considera a noção exacta e despreoccupada do classiscismo – porque classico não é tanto o que escreve correctamente paginas sem alcance nem representação, como o que traduz o pensar e o sentir collectivos.

As alterações, assim, operarão superficialmente, mesmo sensivelmente, mas sem tocar nas fontes vivas e na estructura intima do idioma. A transformação inevitavel tem aliás de ser regrada para se não tornar anarchica, de ser paulatina para não se desmanchar na precipitação. Ao cabo poderá bem acontecer que affecte o fundo, naquelle genio da lingua. Traduzindo este como traduz o character do povo, há de modificar-se afinal se o character, apresentar differenciação notavel. A prosa franceza não perderá seus predicados de concisão e clareza emquanto assim se conservar o espirito do povo francez: o mesmo póde dizer-se da prosa ingleza, directa e sobria, ou da alleman, confusa apenas para os que a não conhecem pessoalmente, na verdade fecunda e fluente.

Já não é egualmente directa e sobria a prosa americana, excepção feita de certos autores – o ultimo foi por ventura John Fiske – da Nova Inglaterra, que continuavam literariamente no Novo Mundo as tradições espirituaes inglezas. Longfellow e Emerson, com sua orientação embora nacional, são escriptores por completo britannicos no estylo como na

educação mental, como no gosto literario. Os escriptores nos Estados Unidos, incorrectos e incompletos são, pelo contrario, os que denunciam mais ou menos pronunciado sabor local e dest'arte offerecem fundamento e esperança de uma literatura inteiramente á parte. Algum dia chegado chegarão talvez nunca é bem dizer de certo – esses ultimos escriptores á perfeição dentro da sua originalidade.

*No Brasil os escriptores até Alencar – e este foi intencional e delliberadamente que se afastou da tradição – mostraram-se igualmente portuguezes na apparencia, posto que brasileiros nos sentimentos das suas obras. De então para cá começaram os homens de letras a affectar nacionalismos de fôrma também; e hoje, não obstante reacções singulares e puristas isolados, tanto mais intransigentes e atrabiliarios quanto são reduzidos no numero e exercem fraca acção sobre o vulgo, se não pôdem, quando o quizessem, desvincilhar do **nacionalismo que se infiltrou** (e de qualquer maneira tel-o-ia feito) **na producção geral e que lentamente lhe vae desfazendo o aspecto tradicional.** Gonçalves Dias foi a esta luz o ultimo, como é na categoria o primeiro dos escriptores **luso-brasileiros.***

A relação entre a lingua e o character nacional é uma coisa innegavel, tanto que se conhece logo o escriptor que, escolhendo outro idioma para meio de transmissão dos seus pensamentos, deixa de lado o instrumento proprio e adequado á communicacão intellectual com o seu publico. A's linguas correspondem pois certos predicados de raça ou de povo, ou por outra, estas qualidades refletem-se na expressão idiomatica.

*Lembro-me de que um dia me dizia Eduardo Prado, com aquella sua constante e subtil malicia, ao discorrermos ambos sobre um nosso collega de Academia, cujas producções, aliás de valor, têm um que de extranho ao **genio da lingua:** Você faça uma experiencia que me occorreu outro dia, leia-o em hespanhol e verá como dá resultado: é em castelhano que elle devia escrever. Tentei a experiencia a rir, e com effeito surgiu-me nosso collega como um hespanhol transviado, quiçá atavico. O resultado foi esplendido.*

Pelo contrario; percorrendo não há muito os pensamentos desligados (Pensées détachées) do sr. Joaquim Nabuco, escriptor como é sabido, em francez, não bastando mais ao nosso Pascal o publico nacional, fui verificando sem querer, quanto em mim cabe para tanto a competencia, que a linguagem era grammaticalmente correcta no vocabulario como na construcção, mas inequivocamente estrangeira no aspecto, faltando-lhe a particular vibração

franceza, o indefectível quê nacional. O reparo não pretende envolver menoscabo. A intelligencia franceza não devia ficar privada daquelles pensamentos, que não formosos, pela mesma razão porque não havia de ficar privada das prelecções de historia romana de Ferrero, porque o estylo tem a malleabilidade e a finura italianas, ou dos contos de Gorki, porque a fôrma accusa a nervosidade e a inquietação russas.

O crystallino da phrase franceza, mesmo quando a reveste a pompa de Chateaubriand; a sua luminosidade, mesmo quando a sobrecarrega a maldade de Sainte Beuve; a sua naturalidade, mesmo quando a perverte o preciosismo exotico de Pierre Loti, não se encontram nos referidos “pensamentos”, cuja fôrma lapidar mais delles carecia.

O portuguez tem menos transparencia, mais peso, mais resplendor: Antonio Vieira, João de Barros, Filinto Elysio vasaram-no num molde diverso e que era o verdadeiro, porque era o que espelhava a alma do povo aventureiro, vanglorioso e supersticioso.

A lingua sendo um dos caracteristicos – não é o único, mas em certo sentido é talvez o mais importante – de um povo; é axiomatico que quanto mais diferente se tornar a lingua oriunda de um mesmo tronco, das suas irmans, tanto mais distincta se deve apresentar a nacionalidade de que ella é a expressão. Em taes condições é por certo absurdo pensar-se em cultivar artificialmente no Brasil o purismo lusitano. Falaremos de futuro como brasileiros que saibam sua lingua, que lhe conheçam a formação e as tradições, a natureza e as modalidades.

Uma lingua sem passado seria um instrumento improprio para a manifestação artistica, qual a exige o ambiente de cultura das idéias de um povo. Uma lingua feita e consagrada nos seus classicos, embora transformada localmente, traz consigo a sedução do seu prestigio e uma incomparavel facilidade em ser manejada. E, como bem diria Gonçalves Dias ao destinatario da sua epistola, não há obra alguma, que se recommende á imaginação sem o estylo.

Querer, entretanto, fazer de uma lingua constituída uma lingua emperrada, é levar demasiado longe a superstição de um classicismo estreito. As linguas enriquecem-se com as conquistas da intelligencia, a ampliação das idéias, a copia das invenções. Uma lingua improgressiva é uma lingua morta e a mobilidade não deve ser só do vocabulario, deve também ser da syntaxe. O grande merecimento de Garret – Gonçalves Dias o apontava na carta alludida

– foi dar novo geito á phrase antiga, como o grande merecimento dos nossos escriptores será dar fóros literarios á linguagem que no Brasil se tem ido popularmente formando para traduzir o nosso sentir, o nosso pensar e a nossa actividade. Os autores, isto é, o elemento culto da nova sociedade que neste sólo se organisou, de posse que estejam do passado e da riqueza do seu idioma tratado pelos classicos, poderão combinar as regras, isto é, a grammatica com a differenciação evolutiva da lingua, o convencionado com o espontaneo, o repouso com a marcha. “Cuya”, escrevia o poeta, virá a ser tão classico como “porcellana”, mas é preciso, devemos accrescentar, que o seu emprego, necessario para designar um objecto de nosso uso e que não existe em Portugal, não seja feito a meio de uma phrase erradamente construida e viciadamente architectada.

Pernambuco, maio de 1907.

OLIVEIRA LIMA.

ANEXO 14

Segunda-feira, 15/07/1907

DIVAGAÇÕES

Ninguem nega que – de parte uma ou outra assinalada excepção – na Academia Brasileira de Letras se reúne a fina flor da nossa mentalidade. Allí, como em solenne floresta, vivem, longe de profanos olhares, os insignes pagés da brava gente que a sabida Europa já considera – homens de frak e de chapéu de cocó, que não mais selvagens de tanga, de arco e flecha, e comedores de carne humana...(...)

Mas, seja qual for – e já reconheci que é muita – a autoridade de Academia de Letras, certamente que essa autoridade não acoberta, nem póde acobertar, a sua recente

reforma orthographica, que do sempre caustico sr. Carlos de Laet mereceu o carregado nome de cacographia.(...)

O mesmo sr. Olavo Billac, ao que se mostra, entusiasta propugnador do systema, affirmou, e com razão, que este nada tem de “cientifico”. Falta-lhe a coherencia, falta-lhe a logica, falta-lhe o espirito conservador da historia, falta-lhe, por fim, o sentimento superior da beleza. As simplificações se confundem com aleijões, que feramente maltratam os nossos habitos visuaes; e não só reformam, mas tambem deformam a graphia do portuguez. Fruto pêco de tantas locubrações doutoraes foi a substituição de umas por outras incongruencias. Mas então é natural que a estas, novas e anomalas, prefiramos aquellas que o uso tolera e até consagra.

Exemplo dá-nos, eloquente, a propria natureza da conservação de certos orgams que perderam a sua primitiva função: elles não desaparecem de chofre; e o mesmo se pudera dizer de algumas letras, que ficam attestando na palavra o seu anterior esqueleto, mais complicado e possante. Conservam-nas ainda o francez e outros idiomas, trabalhados, já do buril de artistas, já pela surda lima voraz das gerações. E, como observamos em o novo anglo saxão, onde a escripta e a pronuncia se combatem, taes complicações e antinomias em nada contrariam o surto de uma lingua, dependente sempre da força ascencional ou assimiladora dos povos que a falam, quer, á maneira do inglez, se propaguem por alheias regiões, quer recebam, quaes os norte-americanos, as levas torrencias de tantas e tão differentes nacionalidades.(...)

Além disso, as chamadas letras etymologicas não são sempre tão superfluas como ao primeiro ver parecem: - a prova está em que o estudante já não tem meios de distinguir “grammas”, peso, de “grama”, capim, e qualquer fedelho da aula de portuguez, aonde vae aprender a falar e a escrever, já pôde, com o apoio os immortaes, contrapôr a sua “gramatica” á “grammatica” do mestre. Nem terá mais este o gosto de ensinar que “facto” e “feito” representam duas correntes (a erudita e a popular), que sempre existiram no seio da lingua e que nenhuma Academia do mundo nos fará jámais confundir; que o “c”, aspecto e guttural, daquella primeira fôrma, se foi espapaçando e mellifazendo, até vocalisar no “i” suavissimo da segunda. A historia do mesmo “c” como que corresponde á domesticação final de uma

verdadeira besta-fera: elle começou por um grunhido, tirado com força do gargalo, e acabou por ser a voz “i”, só feita para exprimir suspiros e carinhos...(...)

Grave injustiça e confusão trouxera o revestir de identidade graphica a dois vocabulos extremados pela significação que o mesmo é dizer – pela alma...

Nada, pois, justifica este empenho da Academia no sentido de, como diz d. Jullia Lopes de Almeida, a notabilissima autora da “familia Medeiros”, entrarmos a escrever o portuguez de um modo differente daquela a que já nos habituamos.

Se contrapesos não houvesse para o absoluto e despotico desejo de evitar complicações de syntaxe é “pedantismos” etymologicos, a douta corporação, para ser consequente, deveria adoptar o esperanto como, não digo “idioma”, porém “giria” sua official.

Bem diversa orientação tem a nobre escriptora acima referida, o que assim se exprimiu logo no segundo capitulo das “Historias da nossa terra”, essa nova flor do seu talento e memoravel tributo do seu amor á infancia:

“Estudas a nossa lingua, estudae-a com ardor, com enthusiasmo, que tanto mais a amareis quanto melhor a conhecerdes, tão doces e surpreendente são os seus segredos: Notae bem isto: entre todas as coisas que sabemos, a nossa lingua é a que devemos saber melhor, pois que ella é a melhor parte de nós mesmos é a nossa tradição, o vehiculo do nosso pensamento, a nossa patria e o melhor elemento da nossa raça e da nossa nacionalidade.(...)”

Á refórma intempestiva que em má hora recebeu a consagração dos brahmanes academicos (pouco menos repulsiva, porém, mais illogica, do que a dos positivistas ou do barbeiro Nunes) mal póde servir para augmentar a nossa désordem graphica, sob o especioso pretexto só agóra lembrado, de se pôr a escripta ao alcance dos ignorantes... Fundada, há tantos annos, a nossa academia, como certos animaes, perdeu o seu primeiro parto serodio, pois que se metteu a ensinar o povo como é que elle deve escrever errado...

Eu, nem á mão de Deus Padre, applicarei jamais a mesma graphia “xá” para o rei da Persia e á bebida da India; nem confundirei o “coser” das costureiras com o “cozer” dos cozinheiros!

SILVIO DE ALMEIDA.

ANEXO 15

Segunda-feira , 22/07/1907

COISAS NACIONAES

A VOTAÇÃO ORTHOGRAPHICA

A Academia Brasileira de Letras na sua sessão ordinaria de 11 do corrente, a que compareceu crescido numero de academicos – vinte e um – resolveu sobre o projecto de reforma orthographica do sr. Medeiros e Albuquerque, tambem subscripto pelos srs. João Ribeiro e Silva Ramos, e sobre o substitutivo e additivo do sr. Salvador de Mendonça, egualmente assignado pelos srs. Ruy Barbosa, Sylvio Romero e Lucio de Mendonça e com restricções pelos srs. Carlos de Laet, Euclydes da Cunha e Mario de Alencar.(...)

Todas estas formas do contra projecto, adoptadas pelas Academia, certamente não contrariam, antes servem a phonetica, ao mesmo tempo que não offendem a etymologia, e além disso, uniformizam a escripta, e, portanto, o aspecto da lingua vernacula. Para completa uniformidade della, pena foi que, pelo menos, as resoluções tomadas o não tivessem sido de accordo com a Academia de Lisboa – segundo tem procedido as Academias hispano-americanas, na intenção de manterem a integridade do idioma que é commum a essas nacionalidades d'aquem e d'alem-mar – porquanto o estado presente da lingua portugueza no Brasil, não é tão differenciado, que legitima a decretação de regras em separado ou distinctas das que prevalecem em uso corrente na antiga metropole, de onde nos veiu a cultura moral com o povoamento e a civilisação da terra.

É verdade que a attitudo da Academia Brasileira pode ser interpretada como um incentivo á sua congenere, e explicada como um ardor de mocidade, pois que se não são jovens todos os nossos academicos, é jovem a instituição e jovem ainda a nacionalidade de que ella é a expressão literaria mais elevada. Em Portugal, a inclinação para uma maior approximação entre a a orthographia vulgar e a phonetica tambem existe e conta defensores illustres e dedicados, se bem que seja naturalmente mais espalhado ou mais enraizado o respeito

pelas tradições da lingua. É natural que no rebento da nacionalidade portugueza, plantado e crescido noutra continente, ande mais divulgado e mais forte o prurido das innovações, do que a permitiria a atmospheria conservadora da velha patria de origem.(...)

A Academia mostrou grande despreendimento das ligações historicas taes como as evocou o sr. Salvador de Mendonça, e preferiu guiarse ser preocupações mais modernas, mas ainda assim não se pode dizer que tivesse sido radical a sua acção. O “h” mediano ficou supprimido em absoluto: o “h” inicial foi, porém, conservado. O “w” recebeu unanime rejeição, disse com espirito um consorcio que ditada pela lei de expulsão dos estrangeiros. O “k” reuniu certo numero de fieis adeptos, não sufficiente, todavia, para manter-se, e viu-se inmolado, sendo substituido por “c” antes de “a”, “o”, “u” e por “qu” antes de “e”, “i”. O “y” apenas escapou á total eliminação, merce da emenda do sr. José Verissimo, que o salvou para os nomes proprios e os termos geographicos brasileiros de procedencia indigena. O Javary não mudará sua graphia, mais respeitada que a posse das terras que banha; Pery subsistirá como o escreveu José de Alencar, e o sr. Ruy Barbosa não terá que alterar sua assignatura. Quanto aos nomes proprios estrangeiros de pessoa ou de nomenclatura geographica, deliberou a Academia conservar-lhes a graphia original, menos para os que já tiveram uma adaptação portugueza, como Londres, Bordeus, Milão, etc.

A preferencia phonetica da maioria dos votantes cuja proporção regulou no geral de 18 para 3, evidenciou-se sobretudo na adopção da proposta de tornar-se por base a boa (?) pronuncia sempre que se encontrarem discrepancias nos dictionarios da lingua. Poz-se portanto expressamente de lado o criterio etymologico que tanto sorria aos que se não querem esquecer da fidalga derivação da nossa lingua, remontando não só á que falavam os soldados como áquellas em que pronunciavam suas sentenças os juristas romanos e que, com suas corrupções supervenientes, foi a mesma em que escreveram até certo tempo os praxistas portuguezes.(...)

De pouco serviu em todo o caso o appello do sr. Salvador de Mendonça a seus companheiros na cruzada etymologica que se abalançaram, movidos pelo respeito ás tradições classistas e também á circumstancia particular de ter o nosso paiz recebido, no movimento exclusivo de expansão portugueza para os continentes inexplorados, a sua lingua justamente em sua phase erudita, a do seculo XVI, quando a reacção humanista a dotava da consciencia

da sua autonomia e da sua personalidade formada pela sobreposição latina ao fundo aborigene, com o sainete arabico e o pittoresco provençal a mais, este mesmo porém de natureza romanica.

O sr. Olavo Bilac já publicou um dos seus “Registros” na “Noticia” na orthographia modificada pela deliberação academica, e se bem que seja verdade que á falta do habito se deva exclusivamente a extranheza que causa o novo aspecto graphico da lingua vernacula, é força convir que tambem neste caso tradição é um elemento importante e que merece ser considerado. A vista já se acostumara a uma determinada apparencia da nossa graphia, a qual se não ostenta o encanto animado emprestado pelos caracteres ideographicos, e que forneceu a Lafcadio Hearn um dos seus mais lindos capitulos sobre o espectaculo japonéz, possui comtudo um certo donaire, não hieratico mas tradicional, que não suporta bem alterações.

Um figurino Luiz XV não admite mudanças nem comporta outros arrebiques na sua fina elegancia: tampouco se lhe devem subpor enfeites. O todo é completo e harmonico assim como nos foi legado. O estofo Pompadour não foi feito para ser pregueado, sim para vestir em largos apanhados as anquinhas com seus tons suaves e seu desenho gracioso. A qualidade, o colorido, a natureza do estofo pódem accusar differença; o seu padrão, melhor dito, o seu estylo tem de ficar o mesmo para traduzir o tempo numa das suas modalidades.

Rio, julho de 1907

OLIVEIRA LIMA

ANEXO 16

Segunda-feira, 16/09/1907

DIVAGAÇÕES

O sr. Candido de Figueiredo, que pelo grande orgam brasileiro pontifica em lingua portugueza, reúne ao valor intrinseco de sua obra uma rara continuidade de esforço.

Como se já lhe não bastassem encomios de Ruy Barbosa, a Academia adoptou o seu dictionario para servir, nos casos duvidosos, de supremo canon orthographico.

Seu nome victorioso, ainda há pouco, resoou na sala do Congresso Paulista como a mais alta expressão do saber philologico.

Em taes condições, orgulho cabe ao rabiscador destas “Divagações” sadias, quando o sacerdote insigne das letras o apregoa – autorizado articulista que, sobre judicioso “às vezes”, tambem com primor escreve.

Permittirá, porém, o egregio lexicographo que eu, recalcando a gratidão, apponha ligeiras notas á serie de artigos com que elle, no “Jornal do Commercio”, rebateu algumas opiniões por mim sustentadas, nesta columna; e, como a velhinha que de Philippo depois do jantar appellava para Philippe em jejum, eu, com Candido de Figueiredo em mão, confunda o outro Figueiredo que á minha frente se postou...

Assim, diz elle, no artigo de 18 de agosto: “destas linguas (novilatinas) apenas o francez, e, por causa do francez, o portuguez, ainda mantem letras que hoje não representam nenhum valor phonetico.”

Mas, logo abaixo, lembra (de si mesmo esquecido) que o “inutil” H inicial tem profundas raizes em “toda” a morphologia romanica...

E aqui se nos depara outro lapso de memoria, pois que o italiano em regra não conserva o supracitado signal!

*Depois, não é exacto que só por influencia franceza se expliquem no vernaculo os taes symbolos inuteis. Como fez sentir o dr. Carlos de Laet, a introducção delles foi devido, antes do tudo, ao espirito geral das Renascença, que reatou as correntes classicas; e para a sua persistencia concorreram tambem as rivalidades ibericas: que, com o fantasma da absorpção, porfiaram os autores em dar á **lingua de Portugal** até uma feição escripta diversa da graphia hespanhola.*

Para justificar a suppressão do “s” em “scentelha”, s. s. recorreu ao castelhano... e não ligou a menor importancia ao latim “scintilla”, nem ao homographo italiano, nem ao francez “scintiller”.

Pois eu, com a devida venia, appello de Candido de Figueiredo do “Jornal do Commercio” para o outro do Dictionario, do que prefere “centelha” para o que prefere

“scintillar”; eu appello, ainda, para o mesmo Candido de Figueiredo, que affirmou, em artigo do 22 de agosto: “a etymologia é inseparavel da escripta, o que não é etymologico é erroneo”. Não concebo porque “scentelha” sem “s” e não “homem” sem “h”...

Querendo s. s. – e quer com razão – que se graphe “rosa” e não “roza” (à Medeiros”, diz que aquella primeira fôrma é a dos mestres e dos livros; mas fique sabendo que a reforma da Academia foi realizada em opposição aos livros e aos mestres, e o governo da União acaba de declarar que taes erros... Já estão regulando! Segue cada língua a sua evolução (...)

Folgo de vêr, todavia, o sr. Candido de Figueiredo em armas tambem contra essa refôrma, que tão desastradamente se fez, com menosprezo das origens e da solidariedade lingüística, “dos livros e dos mestres”, e que não é etymologica, nem phonetica, nem usual, mas inconguentemente horrorosa.

Não fôra o aviso recente do secretario do interior, e, nos proximos exames de preparatorios, correriam o risco de ser reprovados os estudantes que pautassem a sua prova escripta pelos dispauterios da Academia. Mas, se, de conformidade com o mesmo aviso, esse “systema” deve ser permittido, então é melhor supprimirem de vez o exame da língua materna, ou, como já se lembrou, reduzil-o unicamente á sua parte oral. O “escrever bem” deixa de ter significação exacta, desde que um grupo de tres ou quatro cabeçudos pode tornar a sua graphia, por absurda que seja, oficialmente reconhecida.

Não é de agora que uma irracional tendencia “separatista” se esforça por extremar, até nos dominios da linguagem, a alma brasileira da alma portugueza; mas a espontanea differenciação das duas tem sido puramente superficial: os nossos grandes modelos do falar e do escrever continuam a ser, não os systematicos promotores da dialectação á força, mas os que se hão aberado nas crystallinas fontes do classicismo, com a filtração natural do tempo.

Pecca ainda por este lado – e commigo convirá o sr. Candido de Figueiredo – a cacographia da fabrica Medeiros e Albuquerque: ella não attende á unidade do formosissimo idioma que é o nosso, de dois povos irmãos, e que se vê despido daquellas vestes anciãs, onde se reflectia toda a nobreza, toda a majestade latina. E s. s. propugnador da

historia como base scientifica da escripta, não pode applaudir o arbitrario e os aleijões de uma livre acceitação, já procura impôr-se pela prepotencia do braço do poder temporal!

SILVIO DE ALMEIDA.

ANEXO 17

Segunda-feira, 23/09/1907

DIVAGAÇÕES

Eu bem não quizera gastar mais uma gota de tinta com essa, para alguns, esgotada e extinta questão da refôrma orthogrâphica; mas há gente que se apaixonou por semelhante assunto, e me pede que continue, e me endossa o pedido com seus melhores applausos. Neste sentido, recebo cartas do interior de S. Paulo, e até de Zürich, na Suissa, onde a alma saudosa de alguns brasileiros dispensa uma attenção especial ao momentoso problema.

Já houve quem notasse que nós, os nacionaes, somos tão pouco praticos que subordinamos ao debate da escripta a discussão das tarifas; mas eu nego toda razão ao critico, e lhe enfio pelos olhos o exemplo de Roosevelt que, apesar de seu utilitarismo, ou mesmo por causa delle, não se dedigna de tambem ser, ás vezes, um poucachinho philologo...

Se, depois do referir-me ao presidente norte-americano, posso falar de mim mesmo, ou (como rezavam no rançoso latim, que Deus guarde, para socego de varios academicos), “si parva licet componere magnis”, confesso que prefiro, em minhas cogitações, as letras do alphabeto... ás letras de cambio: daquellas é que vivo, e destas, ou com estas, vivem os negociantes, meus forneccedores.

Mas... voltando ao assumpto, que já talvez se afigura estafado a certos espiritos de borboleta, incapazes de attingir a maturação sadia de uma convicção qualquer. Se, como diz um autor dos mais abalisados, a escripta e o idioma que falamos são feições tão nacionaes que nos dão physionomia e carater propios, não se abalance ninguem, seja qual for a sua autoridade e o seu prestigio, a emendar do animo leve o que os nossos fizeram, muito pensada e advertidamente. É assim, e não de outro modo, que se presta serviço valioso á patria: para

que o futuro da nação ao presente se ligue, não cortemos as raízes que devem prender ao presente a tradição do passado.

E áquelles que tão facilmente esquecem suas leituras, cujos frutos, sem o sol da meditação, nunca se sazonam, peço venia para lembrar as solennes palavras do Frederico Massun, na Academia Franceza: “A lingua de um povo, falada, é a propria vida desse povo; mas, escripta, mais do que isso: - é a sua immortalidade: Cumpre, logo, tratar o idioma nacional com religioso respeito.”

Não se passa de uma orthographia para outra com a mesma facilidade com que se muda de camisa ou... de bandeira!

Sem dúvida conhece o sr. Medeiros e Albuquerque o MAITRE PHONÉTIQUE, dirigido pelo dr. Paulo Passy, de Paris, é orgam mensal de uma Associação de professores, que adoptou um systema sonico destinado a circular em todas as nações. O seu processo de transcripção scientifica é tão completo que pode exprimir fidelissimamente todos os complicados accidentes de qualquer pronuncia. Pois bem: ainda não houve (nem haverá talvez) nação alguma que collimando taes vantagens “praticas”, quaes as de uma obvia intelligencia, leitura e representação, substituisse pelas novas letras, extranhas e reviradas, os antiquissimos signaes, posto que deficientes, de seu alphabeto historico; como nem uma raça que se preze deixará nunca o idioma organico de seus antepassados pelas seduções do volapuk, do esperanto ou de qualquer outra giria artificial. Esbravejem, embora, como e quanto quizerem, os que, por falta de melhor occupação, se arvoraram garbosos em fabricantes e remendões de linguas!

Outro absurdo, e grande, é quererem, os deformadores da nossa escripta, fazer vingar o seu desconchavado plano por meio de avisos ministeriaes; pois que não pode, nem deve, competir ao secretario do interior o papel de doutor em philologia, com ou sem diploma, por concurso ou sem concurso.

O verdadeiro sabio observa e raciocina, mas não decreta; - a espontanea evolução de linguagem tem mais força do que as intromettidas ordenações officiaes.

E basta um exemplo decisivo para elucidar este ponto.

Aos ignorantes concedeu o governo francez toda liberdade de concordancia, ou não, de participio passado com seu complemento directo, quando anteposto; mas essa liberdade

(que; aliás, já tinham os ignorantes, sem dependencia de qualquer ministro), em nada modificou a syntaxe da lingua literaria.

E essa mesma concordancia do participio, ainda tão frequente na construcção camoneana, de todo quasi se obliterou, pelo natural desenvolvimento do portuguez, sem o custo sequer de um só alvará ou decreto, portaria ou carta de lei...

O sr. Medeiros e Albuquerque (cidadão republicano, que daria um bom cóрте de reizinho absotuto), empenhou todos os esforços para conseguir do Conselho de Instrucção, do Rio de Janeiro, a adopção de sua graphia, genuinamente plebéa, tão plebéa como, por exemplo, o canivete marca Anzól, a cerveja marca Barbante ou a desmarcada graphia de uma cozinheira boçal.

A quem, alheio ao movimento da lingüística, desconhece as leis da lexeogenia, o chega a pôl-as em divida, convém fazer sentir a vantagem de letras, como o “s” de “sciencia”, á primeira vista inuteis. O desprezado “s” ainda sôa, entre portugueses, as palavras “nescio”, que pertence á mesma raiz “sc”; e certa se acha também no verbo “escrever”, como que para mostrar ao sr. Medeiros que é preciso ter alguma sciencia para escrever com consequencia e, mais, ensinar os outros.

Foi, em grande parte, a conservação da estructura vocabular, com as suas “superfluidades”, que permitiu achar no thesouro da linguagem, como em um sacrario, a alma das velhas gerações, essa alma que não morreu porque a escripta, principalmente, a perpetuou!

Eu espero (alegrem-se os leitores!) não ter mais necessidade de ativar outra pá da terra sobre esse Monstro philologico que, já morto, saiu das entranhas primiparas da Academica.

Do necroterio scientifico, foi elle, em pedaços, para o cemiterio do passado, donde sairá talvez em alguma revista de anno ou nas allegorias do carnaval...

SILVIO DE ALMEIDA

ANEXO 18

04.04.1910

“A colonização e a escola”

“O problema da colonização no Brasil é inseparável do da escola. Esta é o complemento daquela e o meio mais eficaz de nacionalizar, pelo menos da segunda geração em diante, as grandes massas estrangeiras que entram no país.

Se a questão do ensino, ou mais restrictamente, da escola pública, é assumpto de interesse vital para qualquer nação, mais importante ainda é ella num país de imigração, que precisa canalisar e absorver os elementos estrangeiros, incorporando-os ao nucleo de população nacional que deve predominar, assegurando a permanencia das qualidades características da nacionalidade, cujo esteio principal é, no Brasil, a lingua portugueza.

Esse problema não tem sido encarado pelos nossos governantes com o necessario cuidado. Nem mesmo em São Paulo a escola está á altura dessa sua importantíssima missão. Mais deploravel ainda é a situação dos estados do sul, de grande população germanica, dos quais se tem ocupado tantas vezes o nosso distinto colaborador Paulo Pestana (P. P.)

Não lhes fica a grande distância, a este respeito, o Estado de Espirito Santo. É o que se depreheende do relatório apresentado ao governo pelo professor Carlos A. Gomes Cardim, da nossa Escola Normal, que alli reorganizou o ensino.

Desse documento extraímos o seguinte curioso trecho:

Colonias estrangeiras – Infelizmente a mesma scena que se desenrola nos Estados do extremo sul da Republica, relativamente ás colonias estrangeiras, é precisamente observada nas colônias fundadas no Espirito Santo.

Contamos entre nós colonias inteiras em completa ignorancia da lingua portugueza, conservando os usos, costumes, religião, lingua e até as proprias tradições do país de origem, quando, em sua maioria quasi absoluta, os seus habitantes nasceram no Brasil.

Tive ocasião de verificar em uma dessas colonias que o “bom dia” ou “bôa tarde” com que saudava os individuos, não eram correspondidos, simplesmente porque desconheciam ate essas duas formulas vulgarissimas dos nossos cumprimentos.

É doloroso confessar esse facto, que muito nos contrista; entretanto, ha outros ainda que, longe de, determinar esse estado de alma, provocam a revolta.

Assim é que, no Campinho de Santa Isabel, onde me achava, com o fim de harmonisar os interesses do Estado com os da colonia nacional “germanizada”, visitei uma escola dirigida por um digno pastor protestante. Notei muita ordem e disciplina e a sala de aula relativamente bem mobilada, era magnifica, ostentando nas paredes diversos quadros bíblicos e históricos da Allemanha.

O alemão imperava de um modo acabrunhador e, em summa, só era nacional ali o solo sobre o qual se elevava o edificio da escola.

Indo até a um grande pateo destinado ao recreio, notei que estavam em liberdade cerca de cinquenta alumnos do collegio. Desejando ouvir alguns daquelles brasileiros, dirigi-lhes perguntas que me não respondiam limitando-se a fitar-me com olhos interrogadores de quem nada comprehendia.

Nessa ocasião o pastor interrompeu-me, dizendo: “Eu tenho “um” alumno que fala portuguez”, e apresentou-me effectivamente um menino vivo, intelligente que, com o sorriso nos lábios começou a attender às minhas indagações.

Perguntei-lhe o nome, que idade tinha, qual era o seu torrão natal; pertungei-lhe ainda qual era a sua nacionalidade.

Convictamente respondeu a todas as minhas interpeilações e concluiu dizendo com firmeza: “nasci no Rio Fundo (pleno território espirito-santense) e sou allemão”!

É facil comprehender qual seria a minha decepção e magua e a confusão do professor que assistia a essa pratica.

Numa escola primaria em São João de Alfredo Chaves, onde o elemento italiano predomina, os meninos não queriam entoar o Hymno Nacional nem cantar a canção “Sou Brasileiro” sob o fundamento de não serem brasileiros.

Diante desses factos, com energia e prudencia procurei debellar o mal, extirpando as suas causas funestas.

*No Campinho de Santa Isabel, de accôrdo com a comunidade evangelica e com o distincto pastor, a cuja guarda está confiada a educação dos descendentes de allemães alli domiciliados, resolvemos o problema designando o professor Esmerino Gonçalves para encarregar-se especialmente de ensinar **portuguez, educação civica, geographia e historia do Brasil.***

*Além das providências adoptadas sobre esse magno assumpto, foram, com autorização de V. Exa., indicados dois professores para o collegio “Rita Beverini Machiaveli”, onde era sensível o predominio do ensino em italiano. De accôrdo com o bondoso sacerdote frei Eugenio de Comiso, esses professores iniciaram os seus trabalhos escolares, que trouxeram como resultante uma notavel concorrência do **idioma patrio** sobre o italiano, lecionado no alludido collégio pelo digno sacerdote frei Caetano de Comiso, que, revestido das funções de delegado literario, tem prestado reaes serviços á causa do ensino publico.*

*Com o fim de propagar o conhecimento da **lingua portugueza**, foram criados, a titulo de experiência, os cargos de **professores ambulantes**, que darão nas escolas que percorrerem, nas regiões habitadas por estrangeiros e seus descendentes nacionaes, duas ou tres aulas.*

*Escolhi para lecionarem em Tyrol a Rio do Meio o Sr. Professor Henrique Thineas, e em Luxembur e Suissa o Sr. Alberto Schirmer, ambos conhecedores, quer da lingua portugueza, quer da alleman. **Estou certo virem esses dignos cidadãos prestar inestimáveis serviços na nacionalização desses brasileiros.***

*Julgo ter encontrado a solução do importante problema de ensino, graças ao dispositivo do parágrafo 1º do artigo 20 da lei 545, de 16 de novembro do ano passado, segundo o qual é permitido nas escolas situadas nas colônias ou nos lugares em que predomine o elemento estrangeiro, o ensino do respectivo idioma, sem prejuizo da **preponderancia da lingua nacional.**”*

APÊNDICE

Apêndice

Nesta seção do trabalho apenas gostaria de indicar uma forma de pensar o encerramento como possibilidade de abertura para outros trabalhos, para pesquisas futuras. Desse modo, deixo indicado, nas páginas que se seguem, o resultado do encontro inicial com vários artigos que foram objeto de leitura. Muitos não fizeram parte do material analisado, não porque, em sua materialidade, não falassem ao pesquisador, mas porque, nesse momento, ultrapassariam os limites de nosso propósito.

Apresento, portanto, apenas algumas indicações de temas, discussões e metáforas sobre o sujeito, a língua e a nação, que circularam nos textos produzidos entre os anos de 1880 e 1910.

1880:

1) Temas: 1 – escola liberal/instrução popular

Escola Normal

2 – a grande naturalização

3 – polêmicas sobre o positivismo

27/01 – Sr. Sinimbú: “A verdade está ali: o papa é o imperador e o grão-mestre de cerimônias, o Sr. Sinimbú.”

14/02 – “O positivismo é um fecundo sistema”

“(…) o grande edifício (…)”

15/02 – “(…) São Paulo (…) no seu seio (…)”

2) Autores: Positivismo: G. N. Morton; Américo de Campos; L. P. Barreto

A grande naturalização: L. P. Barreto

“A grande naturalização”

24/01/1880

* **Editoriais** acerca do papel do jornalista/concepção de jornalismo:

o jornalismo deve “concorrer para a educação política do povo”

“(…) um jornal não é cadeira pontificia, de onde o redator, como o papa (…)”

os jornais que se ligam a partidos, cujos redatores não têm “independência política” são: “folhas efêmeras que morrem (…)”

27/01/1880

A diferença da Província com outros jornais começa, por exemplo, com o que inscrevem no frontespício:

Província “Liberdade de pensamento (…)”

“Outro” órgão do partido: liberal; conservador; republicano.

“Entre estas estão as falhas neutras”

“(…) ser o espelho das tendências despóticas (…)”

o jornal “A Constituinte” é (…) verdadeiro caleidoscópio de idéias (…)”

27/01/1880

“A voz da imprensa livre”

“(…) o respeito (…) é uma bolha de sabão (…)”

“E o povo inerme os envolveu em seus cem mil braços.”

(…) o senado negou-lhes pão e água (…)”

28/01/1880

escritores e oradores (…) que não sentem o que dizem (…) são estes:

- os corruptores do pensamento nacional;
- os sofistas de todas as escolas;
- mistificadores de todas as políticas;

“(...) exercer a missão do jornalismo (...)” e “Os republicanos e a imprensa governista”:

- “(...) nós os republicanos (...) não aprendemos ainda a fazer das nossas crenças políticas uma mercadoria (...)”

15/02/1880

P. Barreto inicia a série de sete artigos em que trata da “grande naturalização” (faz isso como positivista) – das “origens históricas” do Brasil, com uma máxima de Comte:

“Uma situação qualquer, em um momento qualquer da história, é sempre o resultado de tudo quanto a precedesse.”

As afirmações dos dois últimos parágrafos sobre os “nossos primeiros povoadores” culminam na metáfora local “o Brasil é um receptáculo de réprobos”.

17/02/1880

Há várias metáforas locais:

- Brasil = Eldorado;
- “Era preciso esporear este país (...) revolver as suas entranhas”;
- “gente (...) de bem musculados braços”;
- Portugal = mãe-pátria;
- África = chave para os problemas da corte de el-rei;
- “As colmeias africanas (...)”;
- independência: “produto híbrido (...) condenado a não dar Grupos”;
- “(...) a pauta de um rochedo no meio do grande mar do desconhecido”;

19/02/1880

O imperador versus o povo.

- Metáforas locais: “(...) uma das pedras angulares do edifício (...) deixou-o suspenso no ar (...)”
 - “(...) nadam nas impuras águas desta corrente”
 - “Não somos nós que nos governamos, são os mortos (...)”
- “(...) não somos infensos a nação alguma (...)”

22/02/1880

Catolicismo oficial e patriotismo feroz – impediram a “marcha” do progresso.

“(…) gérmen da ciência (…)”

“(…) bebendo nessa fonte (…)”

“(…) balança histórica (…)”

“(…) Idéia-mãe (…)”

“(…) idéia reta (…)”

27/02/1880

Trata-se das “populações estrangeiras aqui domiciliadas”

“(…) colocar sobre o mesmo (…) pé de igualdade (…)”

“(…) organismo político (…)”

“(…) nosso seio (…)”

“(…) no solo brasileiro seu espírito, a população seu coração e seu sangue (…)”

Trata-se da questão da constituição da “raça brasileira”. Opõe:

a) um “nós” aos filhos de portugueses “um mero prolongamento de uma pequena nação”

b) tupis, tapuias botocudos, “brasileiros puro sangue”

c) nossos postereros que “poderão se orgulhar de descenderem do tronco luso-brasileiro, regenerado e rejuvenescido pela forte seiva alemã”

“(…) ventre proletário (…)”

“(…) concerto geral das nações civilizadas.”

“(…) um novo deus fatum regesse os destinos da nação.”

“(…) a expelir do nosso seio (…)”

28/02/1880

A Independência é: “farsa da família reinante” no “teatro” do campo do Ypiranga

“(…) deus Fatum (…)”

“(…) bravos peitos de guerreiros sangra hoje dolorosa a ferida (…)”

“(…) seu generoso sangue (…)”

22/02/1880

“A escola Normal é, com efeito, a pedra angular sobre a qual se ergue a organização escolar de qualquer país.”

26/02/1880 – Comparação:

“O entendimento não cresce à maneira das plantas (...)”

Metáfora local:

“(...) o pensamento deve acender-se no jogo d’outro pensamento”

Escola Normal:

“Alicerce (...) destinado a apoiar o edifício”

“(...) casa de atamancar professores” (o que a Província tem)

O molde está (...) “no seio das nações cultas (...)”

28/02/1880

“(...) a balança a pender para o lado do Egito”

13/02/1880

“Positivismo” – Morton

“A estrela de M. Auguste Comte, cadente no outro hemisfério, vai-se tornando ascendente nesta parte do globo (...)”

1) sistema positivo = “(...) doutrinas errôneas (...) um novo evangelho”

Comte = “(...) apóstolo que há de regenerar o mundo.”

“(...) piloto que tinha de guiar-nos por meio dos baixos e rochedos da sociedade.”

2) sistema positivo = “(...) o carro de Jagatnatha, vai nos esmagar debaixo de suas rodas.”

14/02/1880

“A propósito do positivismo” – A. de Campos

O artigo de Morton é uma “verrina”

15/02/1880

“O sr. G. N. Morton e o Positivismo” – P. Barreto

“(...) o positivismo é um fecundo sistema (...)”

“(...) o grande edifício (...)”

“(...) um minerva (...)”

“(...) a balança da equidade (...)”

“(...) espinhos (...)”

“(...) no grande mar das idéias (...)”

17/02/1880 – P. Barreto

“(...) uma antiga porta (...)”

“(...) entranhas (...)”

“(...) verrina (...)”

18/02/1880

“(...) veredas apertadas (...) pisando em todos os terrenos... perdendo a cada passo o fio de Ariadne (...)”

(...) o círculo de ferro traçado por Augusto Comte (...)”

“(...) véu misterioso (...)”

22/02/1880

“(...) erguer a luva (...)”

“(...) o tiro de alarma (...)”

(Américo de Campos responde a G. N. Morton)

Morton a P. Barreto

“(...) colherem os louros (...)”

“Não sabe que David cortou a cabeça de Golias com a própria espada do gigante?”

“(...) o trono dos césaes (...)”

27/02/1880

Editorial – condena-se o partido liberal de uma posição que tem em conta idéias positivas sobre o “povo brasileiro”:

“(…) o povo suporta a monarquia porque o seu estado mental ainda não adquiriu a força precisa para lançá-la à margem.”

“A educação, conseqüência das novas instituições habilitará a mentalidade da nação a aceitar uma reforma mais perfeita.”

A França é exemplo: seu progresso é resultado de uma “boa aplicação do método positivo”.

25/09/1880

Dia 7 do mesmo mês foi realizada uma solenidade comemorativa do 23º aniversário da morte de A. Comte, o “fundador da religião da humanidade.”

O jornal publica um resumo do discurso de R. Teixeira Mendes em homenagem à A. Comte.

12/05/1885

“A reforma da instrução” – Rangel Pestana

papel da escola: “(…) não prepara liberal, conservador, republicano ou ultramontano, mas sim o cidadão, o homem útil a si, à família, à pátria e à humanidade.”

Reforma = “cabala política” ou “ninho de partidários (…)”

08/05/1885

“A cadeira de Pedagogia” – Rangel Pestana

“(…) reforma é um passo no aperfeiçoamento do ensino público (…)”

10/10/1885

“Vícios do ensino secundário” – Rangel Pestana

- “espírito centralizador” versus “mentalidade nacional”

- não há “critério científico” nos planos de reforma do ensino

“O nosso ideal é outro: plena liberdade de aprender e ensinar (…)”

“(...) instruções destinadas a instruir e a educar (...)” [escolas] “(...) verdadeiros bazares de idéias (...)” ou “(...) meras casas de pensão (...)”

11/10/1885

“A cadeira de pedagogia” – Rangel Pestana

Considerações sobre a questão do concurso para preencher a vaga de pedagogia da Escola Normal. (legal vs ilegal)

15/10/1885

“Comissões de exames” – Rangel Pestana

“(...) recorrer a um mal menor para obstar a outro maior.”

“(...) uma reforma completa do ensino no Brasil é uma grande necessidade de cuja satisfação depende o engrandecimento da nação”.

Comissões especiais de exames são “remédios sugeridos pelo empirismo dos nossos legisladores”

16/10/1885

“Emancipação do ensino particular” – Rangel Pestana

A voz do jornalista é a voz “a favor” do ensino particular “em um regime mais livre” (...) “onde o ensino seja mais aperfeiçoado (...)”

“Acabará essa especulação mercantil da ciência a retalhos (...) de preparo mecânico por preço ajustado e por tantas lições (...)”

17/10/1885

“Inutilidade e inconveniência do Curso Anexo” – Rangel Pestana

Trata-se das disciplinas ministradas neste curso:

Não há “unidade científica” no tratamento das matérias: “Nenhuma delas é explicada suficientemente”.

- o professor é um “cumpridor de deveres”

- os Cursos Anexos são “(...) perturbadores da disciplina mental daqueles que se habilitam para o curso superior.”

Apresentam “um único resultado”: “(...) anarquizar o ensino e reduzir a menos o aproveitamento dos poucos alunos.”

Os professores são “produtos desse meio viciado (...) que os sufoca e esteriliza”.

18/10/1885

“Exames preparatórios” – Rangel Pestana

O sistema de exames é igual a “comédia oficial”; “depravação dos costumes em relação ao ensino e instrução da mocidade”.

“É preciso, pois, emancipar o professor do particular da autoridade do mestre oficial”.

“Os vícios são os mesmos (...) tornam o favor um mal.”

“(...) procure a comissão verificar se o conhecimento que o aluno apresenta é real e se está em relação com o desenvolvimento intelectual, mostrando assim capacidade para os estudos superiores.”

“Deixe que se forme a competência de ensinar pela emulação entre os concorrentes.”

18/10/1885

“Os heróis do ensino oficial” – Rangel Pestana

Sistema vigente = “regime de compradesco”

“(...) os professores tomam conta de suas cadeiras sem as grandes aspirações dos que exercem **livremente** o magistério e ensinam com entusiasmo uma doutrina.”

“Tudo se faz sem método, desordenadamente (...)”

“(...) meio viciado em que se debatem os professores coagidos pelas necessidades e pelas leis que pretendem à força torná-los heróis, tipos de virtudes, como se isso estivesse na alçada dos legisladores.”

os professores (...) não passam de produtos desse meio viciado de regulamentação que os sufoca e esteriliza.” (repele o que disse em 17/10/1885: “Não foi sem fundamento que dissemos serem os professores (...)”

“(...) é preciso, pois, terminar com esse estado de coisas.”

20/10/1885

“Provimento da cadeira de Pedagogia” – Rangel Pestana

“Não temos esperança de ver melhorar a instrução pública entre mãos dos partidos monárquicos.”

“Não nos confundam, portanto, na grita dos apaixonados da ocasião.”

Nesse primeiro momento – nesses primeiros dez anos de publicação do periódico, as grandes questões que estão postas envolvem as idéias de progresso, de povo e de nação. Isto é, a preocupação dos republicanos, em termos gerais, estava voltada para a formação da idéia de povo/cidadão. Trazendo para isso a questão da nação para a constituição de uma unidade: “um só povo/uma só nação”.

Como formar então esses “cidadãos brasileiros”? O grande “meio” de formação era a escola, não a que o império – o Estado – oferecia, mas a escola que os republicanos idealizavam e queriam ver concretizada. Aquela que oferece uma “instrução popular” (...) “em regime mais livre” (...) “onde o ensino seja mais aperfeiçoado”. Aquela que garantisse o caráter “científico” na sistematização do conhecimento.

O homem, a nação – a escola, a ciência. Tudo isso mobilizado no interior de formações discursivas que traziam idéias positivistas.

Nesse interior, descobrem-se metáforas: imagens “teológicas”, “orgânicas”, “terapêuticas”, jurídicas...

O interessante é verificar/compreender, a partir dessas construções como, num primeiro momento, monarquia/império se opõe à idéia de nação (como a idéia de nação aparece esboçada: num primeiro momento, em oposição à idéia de (monarquia/império), e num segundo momento, como há o desejo de uma unidade que: a) se faria pela constituição/educação do povo/cidadão; b) se faria pela república.

Na constituição desse imaginário, a escola tem papel fundamental;

A unidade lingüística, isto é, a língua nacional como fundadora dessa unidade ainda não aparece.

Antes é preciso forjar o homem(o cidadão)/ a nação.

12/02/1890

“A Reconstrução da Pátria”

I – “Os primeiros momentos” – Valentim Magalhães

Trata da Proclamação da República – 15/11/1889

1 – transformação moral pela qual passou nosso mundo moral realizada no mundo cósmico: “Nas entranhas da terra (...) uma erupção fatal”.

2 – É um movimento todo produzido pelas forças naturais:

Um dia (...) a crosta térrea abala-se (...) e a árvore adusta, secular (...) tomba estentoricamente (...) esmagando com seus braços torsos e nodosos (...) todas as outras árvores que a cercavam, formando-lhe uma côrte vegetal (...) agarradas ao seu tronco.

3 – transformação da natureza:

“Onde havia o saibro incolor(...) refulgem palhetas de ouro (...)”

“e no “fosso” onde “se acomodavam e se prendiam as raízes da árvore monstro”(...) “uma terra nova (...) virgem, em que já se descobre o abrolhar delicado e verdijante de inúmeros brotos novos.”

4 – É uma “evolução subterrânea que se fazia no seio da pátria”

Movimento de “(...) completa renovação de todos os elementos morais (...)”

“(...) os olhos deslumbrados e atônitos contemplam aquele espetáculo imponente da Natureza: - um mundo novo pulsando (...) ao lado do gigante vegetal caído, amortalhado na própria fronde, e cercado de pássaros mortos, ninhos esmagados, arbustos e árvores partidas e erguendo ao sereno azul impassível o desespero mundo dos braços e das raízes, contorcidas na mesma agonia!”

“(...) A República assenta-se, no Brasil, grandiosa e serena, erguendo na destra o lábaro da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade e na sinistra a espada e a balança da justiça.”

“(...) lancemo-nos com entusiasmo à obra sublime de reconstrução da Pátria.”

Em síntese, o texto apresenta:

- 1) Um conjunto de metáforas locais e metonímias que constroem a imagem da “Pátria”. Metáforas locais por meio de: imagens cósmicas e imagens naturais (da Natureza).
- 2) A República = espetáculo da natureza
Império – árvore: adusta, monstro; gigante vegetal caído.

08/01/1906

Parêntese:

- Quem era Paulo Pestana?
- Qual a “origem” dessa preocupação com a escola e a alfabetização dos brasileiros?
- É uma voz de seu tempo, que relaciona progresso, instrução, civilização.

“Ecos Americanos” – P. P. (Paulo Pestana)

Trata das colônias escolares, projeto dos governos argentino e chileno: “colônias escolares para as crianças fracas passarem as férias”.

- o governo do Chile é preocupado com a “educação popular”.

“E no Brasil? E em São Paulo?”

“(…) os brasileiros gostamos de andar na mais vengonhosa **bagagem** no que toca ao ensino público.”

03/07/1906

“Ecos Americanos” – Paulo Pestana

“Depois de uma pequena interrupção, voltamos a nossa tarefa de informar aos leitores sobre o que se passa no vasto continente americano”.

Trata das eleições presidenciais do Chile, de 25 de junho de 1906. O presidente eleito, o senador Pedro Montt, segundo P. P., “está habilitado a prestar bons serviços ao Chile. Sobretudo no que se relacionar com a instrução pública (...)”

“Pelo que se vê, os costumes políticos no Chile estão um pouco mais aperfeiçoados do que entre nós.”

“(…) a retórica patrioteira é sempre a mesma em toda a parte (...)”

08/08/1906

Coisas Nacionais: “As línguas portuguesa e castelhana na América” – Oliveira Lima

(…) unificar o culto da língua-mãe: a imagem de língua se faz pela idéia de corpo – “metáfora orgânica”, como quando se constitui o conceito de pátria: a Pátria é mãe.

Sentidos que se cruzam e produzem o(s) acontecimento(s)./Pólos de subjetividade.

Ordens de imagens constituídas sob/em formações discursivas que privilegiam as idéias de corpo/cuidado, cura e religião: metáforas orgânicas, terapêuticas e teológicas.

Mais tarde, a idéia de língua aparece, produzida a partir de imagens “d’armée”: é arma, é instrumento, é esteio.

Oliveira Lima noticia um fato: a apresentação do discurso de dois acadêmicos venezuelanos – d. Pedro Arismende e d. Julio Calcaño que exaltaram “as excelências do seu idioma nacional”.

A partir disso reflete sobre o português da colônia, comprando-o com o espanhol da América – “mais legítimo” que o português da América, por vários motivos, que ele enumera no decorrer do texto.

(Do Brasil) Nosso maior “defeito”, segundo o autor se resume em um ponto: a presença de novos elementos/de neologismos. Ou trazidos pelos negros, ou pela literatura romântica, que produziram no “idioma pátrio” – na “língua mãe” “feias alterações”.

A partir daí, produz uma série de considerações sobre a língua portuguesa que retomaremos na tentativa de compreender seus efeitos.

Língua

- Português de Portugal é língua-mãe “Acervo legado aos prolongamentos americanos da mãe-pátria;
- português do/no Brasil é arma de defesa “uma língua só se engalana quando a fecunda o brio militar” – é instrumento de independência.

A Academia de Letras

- unificar o culto da língua mãe;
- dar valor legal às expressões regionais (...) que foram julgadas línguas de honra;
- enriquecer (...) o idioma conservando-o (...) livre das feias adulterações;
- manter a pureza de tipo de linguagem sem obstar a necessária evolução deste meio de comunicação intelectual;
- sua profissão é serem filologicamente intransigentes;

O acadêmico

- é o guarda das jóias do tesouro da língua;
- a boa vernaculidade é a arma contra os neologismos.

O romantismo

- introduziu no português do Brasil “um grande número de termos tupys...”;
- escola decadente;

A língua portuguesa no Brasil

- menos legítimo
- alterou-se “ao ponto não seguramente de parecer uma outra língua, mas de oferecer alguns enigmas (...)”;
- não se fala corretamente apenas nos meios literários ou verdadeiramente cultos;

Nesses dois momentos de construção da pátria, a idéia de nação aparece constituída de maneira diferente:

- 1 – Nação – é povo: formar o povo é formar a nação;
- 2 – Nação é língua: a unidade (sempre imaginária) da língua é a unidade da nação;

E estabelece oposições:

- 1 – Nação é diferente de Estado;
- 2 – Nação é diferente de Colônia a língua é a “garantia” dessa “estabilidade”, é a língua que legitima isso.

10/08/1906

“O século americano” – Paulo Pestana (P. P.)

Faz um balanço dos movimentos imigratórios do século XIX. Apresenta dados (números) da imigração européia para os países hispano-americanos e para os Estados Unidos.

Importante: 1) Fala que dois terços dos “82 milhões” de habitantes dos Estados Unidos “originaram-se de outras raças diferentes da inglesa. Na maior parte, são anglo-saxões unicamente

pela língua, pela educação e pelos sentimentos transmitidos por um aparelho escolar perfeitíssimo (...)"

2) Para o Brasil: não faz referência à língua para falar da "marcha triunfal" rumo ao progresso. O interesse está em mostrar que o Brasil já passou "quatro vezes Portugal, em população, força e importância (...)"

"A entrada vitoriosa dessas nações, cheias de viço, no primeiro plano do teatro da civilização moderna, será certamente o fato capital do século XX".

07/09/1906 – Nossa Pátria – P. P.

A pátria é:

- "o assento de uma nova civilização"
- "o famoso edifício interiço de arquitetura social"
- "uma terra inigualável para uma nova civilização e para um novo assento da ciência"

O Brasil é:

- (o território brasileiro) "talhado e defendido com energia pelos braços varonis de audazes navegantes e sertanejos"
- "jovem colosso americano"
- "nova Lusitânia"

Trata do progresso do Brasil em termos econômicos, científicos, intelectuais; dos benefícios da imigração (aumento da população), da extensão do território brasileiro.

A noção de progresso caminha junto com a de civilização, mas estes conceitos não se recobrem porque progresso também significa "liberdade", "independência". E civilização, por sua vez, traz a idéia de "instrução".

28/09/1906 - "A vida nacional" – P. P.

"A chaga do analfabetismo (...) Uma vergonha nacional"

Trata do descaso do governo com relação à instrução pública/popular, trazendo um exemplo "idêntico" argentino.

“(…) os nossos governos (…) ocultam melhor que os argentinos a **feia chaga**, cuja triste **revelação** sarmiento aplaudia”.

“(…) o curativo (…)”

“(…) remediar (…)”

“(…) crime hediondo e degradante (…)”

“(…) procuraremos suspender o véu que encobre o estado real do ensino primário em massa época”.

“O analfabetismo é o mal mais terrível com que lutam os povos neo-latinos, que ele enfraqueceu diante de outras raças.”

05/10/1906 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

A coluna tem três anos: “(…) que tanto temos defendido destas colunas há três anos.”

Trata de três medidas apresentadas ao Congresso estadual paulista pela comissão de instrução da Câmara dos Deputados:

1) Viagens de professores ao exterior, cita o exemplo dos Estados Unidos e da Alemanha

“Horácio Mann (…) forjou (…) boa parte das rutilantes armas intelectuais que esgrimiu em suas célebres campanhas em prol da educação popular.”

“(…) bons frutos que logo se obterão.”

2) “Os vencimentos do professorado primário”

“(…) remedeia-se um dos grandes males (…)”

3) normalistas e complementaristas

“(…) colher ensinamentos e a fazer comparações.”

14/11/1906 – Notas Pedagógicas – P. P.

1) Comenta um documento que recebeu de alguns alunos da Escola Normal – “uma representação recentemente dirigida ao Congresso deste Estado”, em que estes apresentam algumas reivindicações. Dentre elas:

➤ que não se façam extensivas aos normalistas as disposições da lei 930 de agosto de 1904, que exige desses alunos um período de dois anos de prática nas escolas isoladas.

➤ que a direção dos grupos escolares e que o cargo de inspetor sejam dados exclusivamente aos normalistas.

2) ‘Responde’ ao correspondente do jornal “A Notícia”, de Santos e a “Pepe”, que também critica as notas no Diário Popular.

09/12/1906 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

1) Trata de uma publicação de Sylvio Romero (feita “de colaboração com João Ribeiro, outro membro ilustre de nosso magistério secundário”) e elogia o “seguro critério científico” que moldou a obra.

2) Noticia a publicação de um livro didático (o *Livro dos Principiantes*, de Nestor Martins de Araújo)

Comenta dois métodos de ensino/aprendizagem de leitura (palavração e silabação) e coloca-se como partidário do primeiro.

(...) livros didáticos, de que tanto precisa a nossa pátria (...)

“(...) a famosa cartilha de João de Deus – uma borracheira, como dizia espressivamente Caetano de Campos.”

(...) grandes homens que lhes legaram exemplos de patriotismo, virtude e saber.”

30/12/1906 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

Trata do ensino primário da Alemanha e na Bélgica, dizendo que estas nações progrediram porque investiram num “ensino profissional largamente difundido, que aumentou a capacidade produtiva do povo.”

O Brasil, segundo ele, preocupa-se em formar “bacharéis literateiros” e “deixa os seus campos para serem povoados unicamente por (...) gafanhotos!”

06/01/1907 – Notas Pedagógicas – P. P.

Continua a tratar do ensino profissional, relatando os casos da Suíça, Alemanha e Argentina.

Termina dizendo que os nossos “vizinhos” se preocupam muito mais do que nós com a instrução profissional.

E conclui: “É que eles não ignoram que, no mundo moderno, instrui-se para produzir, produz-se para viver.”

21/01/1907 – “Ecos Americanos” – P. P.

Ainda o caso do ensino profissional

27/01/1907 – “Ecos Americanos” – P. P.

Sobre o progresso econômico da Argentina.

- compara com a Austrália, “cujos desertos estéreis foram fecundados pelos capitais ingleses”

O movimento das notas: O que as notas colocam em jogo é sempre uma relação escola – pátria.

A preocupação de P. P. (nas “Notas”, nos “Ecos e, em “A Vida Nacional”) é com a formação/construção da pátria.

03/02/1907 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

Trata de alguns “recursos pedagógicos”, como o uso de imagens (fotografias, a “lanterna mágica”), ou seja, “o ensino pela vista” “tão recomendado pelos pedagogistas modernos.” (Relação pátria/escola ou escola/pátria)

09/02/1907 – “A vida nacional” – P. P.

Apresentam-se dados estatísticos sobre o crescimento urbano de São Paulo, desde a fundação até os anos 1905.

12/02/1907 – “Ecos Americanos” – P. P.

Preconceito racial nos Estados Unidos – contra negros e japoneses – “problema negro” e “questão amarela”.

“(…) nós brasileiros não temos o estúpido preconceito de raças e não nos repugna sermos governados por mulatos (...) ou pretos (...)”

17/03/1907 – “Argentinos e Brasileiros”

Trata da visita, ao Brasil, do ex-presidente argentino tenente general Júlio Argentino Roca. Fala-se de suas realizações enquanto presidente: “Ilustrou o povo, reformando e fundando escolas (...)”. (a questão da educação)

29/03/1907 – “Notas Pedagógicas” – P. P. – situação imaginária

Constrói o texto em forma de narrativa. Conta a sua visita a uma escola rural no interior do país – não esclarece o lugar. Relata, maravilhado, as benfeitorias que este tipo de escola faz para a vida das pessoas da região. O professor da escola, Guilherme Schultz, o acompanha e explica o funcionamento do estabelecimento.

Questões/Pautas interessantes:

1 – “Doutor Silveira: filho de coronel, ‘cuja fortuna se arruinara depois de 13 de maio de 1888’: Lamenta que o pai o quisesse bacharel, em vez de agricultor: “um legítimo descendente (...) modernizado pelo progresso e pela educação.”

2 – Afirmação do professor: “(...) professor e agricultor a um tempo. Assim m’o fez a lei para fomentar a prosperidade nacional.” (...) A influência da escola, inesgotável fonte da civilização contemporânea, alarga-se desta forma, dobrando o seu valor social.”

17/04/1907 – “Coisas Estrangeiras”: “O velho Curso superior de Letras de Lisboa” – Oliveira Lima

A notícia do falecimento de um professor da “Superior de São Carlos” faz o autor rememorar a sua experiência de estudante, transportando-o “há vinte anos atrás.”

- Faz um paralelo entre estudar língua e falar de política: apresenta-se desapontado com a República e a constituição de 1891.

- Fala dos professores que o ensinaram em Lisboa.

23/04/1907 (Continua a narração de 29/03/1907) “**Notas Pedagógicas**” – P. P.

Aqui o que interessa são as explicações que se oferece sobre as escolas rurais e as suas vantagens/benefícios para a formação do povo brasileiro. Em sua originalidade, elas são, conforme P. P. “um tipo de escola essencialmente brasileiro. Combatendo racionalmente o analfabetismo (...)”

*** Importante**

29/04/1907 – “**A vida nacional**” – P. P.

Trata-se da colonização em São Paulo e da necessidade de parcelar os grandes latifúndios.

02/05/1907 – **Questões de Filologia**

Aos críticos da “Gramática Expositiva” – I Eduardo Carlos Pereira

- professor no “Ginásio da Capital”
- contemporâneo de Sílvio de Almeida

O autor responde, de forma bastante polida, aos que criticaram o seu “modesto trabalho”. Dirige-se especificamente a E. Viotti, crítico do Diário Popular, que embora elogie o trabalho, “notou algumas irregularidades na topologia pronominal em contradição com as regras exageradas no texto, e outras pequenas coisas(...)”

Para tratar destas “pequenas coisas”, Eduardo C. Pereira monta uma série de argumentos baseados na autoridade de autores brasileiros – Said Ali, portugueses – Gonçalves Vianna e franceses – Darmesteter (Arsenio Darmesteter)

Nesse momento, a preocupação é com a formação do sujeito e com a construção da pátria. A língua nós já temos (?) Ou, pelo menos, pensamos que temos.

Interessa saber em que momento isso começa a mudar e o que vai trabalhar essa mudança. Ou seja, em que momento teríamos a formação de um pensamento lingüístico brasileiro?

04/05/1907 – Questões de Filologia

“Aos críticos da Gramática expositiva” II – Eduardo Carlos Pereira

Faz menção à crítica que recebeu do “crítico do Estado de São Paulo” – não o nomeia no texto, que:

- a) acusa-o a filiar-se ao trabalho de Soares Barbosa;
- b) não apresentar em seu trabalho nada de novo.

O que desencadeia uma reflexão sobre o que seja, para o autor, gramática expositiva e gramática explicativa, reservando para o seu trabalho o mérito de ser um estudo expositivo – o que o distancia dos trabalhos de Soares Barbosa e Darmesteter, de quem o crítico o aproximou.

Pereira não desfaz dos dois autores, ao contrário, apenas diz que seu estudo apresenta uma “exposição melódica dos fatos atuais da língua (...) mais arte do que ciência”

06/05/1907 – “Aos críticos da gramática expositiva” - III

O “se” sujeito

Trata das “dificuldades analíticas do reflexivo “se”. Para ele, o pronome “se” não pode “ser sujeito da proposição.”

O que há de bastante interessante neste seu artigo é:

- 1 – Toda a reflexão que faz sobre “gramática histórica” e normativa culta/popular;
- 2 – As metáforas que apresenta trazem diretamente a sua concepção de língua: “A língua é Spartaco invencível”;
- 2.1 – as metáforas são produzidas sempre com referência a figuras da mitologia (grega/romana) e a personagens históricos: Aristóteles, Arquimedes, Spartaco.
- 3 – Seu pensamento lingüístico, sua erudição;
- 4 – A referência aos autores portugueses, o francês Darmesteter, o chileno Anabres Bello, entre outros.
- 5 – Suas adesões e comparações.
- 6 – A questão da unidade do português.

18/05/1907 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

Ainda a escola rural do professor Schultz ...

19/05/1907 – “Coisas estrangeiras”

“Sois la coupole” – Oliveira Lima

Trata do balanço da Academia Francesa, no primeiro trimestre de 1907 (Idéias interessantes sobre a cultura Francesa)

23/05/1907 – “Coisas Nacionais”

A língua portuguesa no Brasil – Oliveira Lima

Trata das “previsões” de Gonçalves Dias sobre o português, no Brasil, recuperadas pela discussão de José Veríssimo em seus estudos sobre o assunto. Segundo Oliveira Lima estas “previsões” estariam em uma carta inédita de G. Dias, publicada nos “Papéis Velhos” do Jornal do Comércio.

Bem o que é muito interessante aqui é a reflexão que o autor – Oliveira Lima faz sobre língua e nacionalidade.

Não há metáforas, mas há afirmações “fecundas”, que seguramente desencadearão a construção de enunciados metafóricos posteriormente.

- a questão do “gênio da língua” – acho que no sentido de caráter;
- a relação entre língua e o caráter nacional;
- a língua sem passado: instrumento impróprio;
- língua constituída e língua emperrada;
- língua improgressiva é língua morta.

25/05/1907 – “Ecos Americanos” – P. P.

Compara as economias argentina e brasileira, mostrando que a primeira foi a que mais progrediu, pois entre outras coisas, investe em educação.

03/06/1907 – “Divagações” – Simplicio Pimenta

Trata, no final do artigo da reforma ortográfica, de que se ocupa a Academia Brasileira de Letras.

Coloca-se contrário à reforma: “Que tamanho absurdo haverá (...)”

As palavras são “vasos de fino cristal”

07/06/1907 – Notas Pedagógicas – P. P.

A escola do professor Schultz

“O essencial é torcer o pepino desde pequeno”

10/06/1907 – “Divagações” – Simplicio Pimenta

Trata da ode microbicida das lágrimas.

13/06/1907 – Notas Pedagógicas – P. P.

A escola do professor Schultz.

A escola tal como a sonhou Henrique Pestalozzi: “carinhoso ninho a preparar para a vida colmeia de homens operosos... farol deslumbrante acesso na treva da ignorância.”

17/06/1907 – Divagações – Simplicio Pimenta

Trata do respeito aos mortos.

17/06/1907 O Campanhas de um mestre – Paulo Rangel Pestana

Traz um resumo da vida profissional do irmão – Francisco Rangel Pestana, colocando-o ao lado de seus contemporâneos.

Interessantíssimo pelo quadro histórico que apresenta.

24/06/1907 – “Divagações” – Simplicio Pimenta

Trata de mitos e lendas

01/07/1907 – “Divagações” – Simplício Pimenta

Trata dos santos de nossas tradições juninas, inclusive de Santo Antônio.

08/07/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata da “Crise” da sociedade moderna: feminismo, divórcio...

11/07/1907 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

Medidas propostas pelo professor João Lourenço Rodrigues, inspetor geral do ensino, para melhorar o ensino público oficial.

15/07/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Crítica feroz à reforma ortográfica do português, imposta pela Academia Brasileira de Letras.

22/07/1907 – “Coisas Nacionais”

“A votação ortográfica” – Oliveira Lima

- projeto de reforma ortográfica de Medeiros e Albuquerque;
- votado na seção de 12 de Julho de 1907 da ABL;
- o projeto também foi subscrito por João ribeiro e Silva Ramos.

Trata de apresentar as mudanças ortográficas voltadas no dia 12 de julho, mostrando como são decisões políticas de uma política de língua.

- Além disso, há metáforas locais: “o Brasil é o rebento da nacionalidade portuguesa”, mas: constrói, produz a sua própria e isso se faz pela língua: as resoluções tomadas não foram de acordo com a Academia de Lisboa.
- Olavo Bilac escreve a coluna “Registros” no jornal “Notícia”.

29/07/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Parágrafos finais:

“É, uma vez que a língua não é exclusivamente nossa, brasileira, qualquer nova sistematização gráfica cumpria realizar-se em conjunção de esforços com o velho reino, onde florescem

profundíssimos filólogos e onde, muitas vezes, o menor homem do povo maneja a palavra com espontânea e castiça correção.

Tal como se acha, a reforma da academia é mais um sintoma deplorável do espírito de destruição e de ignorância que rompe a continuidade lingüística e a nossa solidariedade com o berço ibérico. Que conceito farão de nós os que, no outro lado do Atlântico, nos vêm assim, como tão pouca ciência, meter mãos profanadoras no tesouro dos seus e nossos maiores?

Convençam-se todos de que, no tumultuar das sociedades modernas, a estabilidade das repúblicas depende da dos cérebros, e a destes, por sua vez, e muito, da fixidez da língua, seguro penhor de nacionalidade, como obras, que é, de um passado venerável.”

02/08/1907 – “A vida nacional” – P. P.

Faz um balanço do ensino primário em Minas Gerais. Traz exemplos de escolas bem sucedidas e mostra como o que pensa sobre ensino agrícola na escola rural não é “quimera”.

05/08/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata da relação entre “sistema piloso” (capilar) e notoriedade!

Traz uma afirmação sobre fraqueza da raça.

12/08/1907 – Divagações – Sílvio de Almeida

Trata da presença de Ruy Barbosa na Conferência de Haya e da presença de oficiais brasileiros numa exposição naval realizada na América do Norte.

19/08/1907 – Divagações – Sílvio de Almeida

Reflete sobre as questões que envolvem o vigor mental e a debilidade física do corpo, por causa da aposentadoria de Lúcio de Mendonça, magistrado na “suprema judicatura do Brasil” e homem de letras.

26/08/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata do suicídio motivado pela história de uma jovem viúva suicida.

29/08/1907 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

Diz que a escola do professor Schultz é imaginária

Apresenta o programa para um curso que propõe: o “curso profissional agrícola”. O ensino de língua portuguesa seria prático.

Sobre a língua portuguesa diz: “a nossa difícil e indisciplinada língua”.

02/09/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata do quarto campeonato internacional de luta romana. Reflete sobre a importância dos cuidados com o corpo e do preparo físico.

Apresenta uma definição de povo.

02/09/1907 – “Coisas Estrangeiras”

“O Sr. Carlos Malheiro Dias” – Oliveira Lima

Trata do intento do português para realizar um “plano de solidariedade das duas literaturas de língua portuguesa”.

03/09/1907 – “Coisas Estrangeiras”

“A literatura Venezuelana” – Oliveira Lima

Fala da relação entre bom gosto literário e estudo da língua, características da literatura venezuelana.

09/09/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata da inteligência humana, inspirado por um trecho do discurso que o Dr. Luiz Pereira Barreto inaugurou, há poucos dias, o actual Congresso Medico (...)”

09/09/1907 – “Coisas Estrangeiras” – “O Sr. Paul Daimer”

Trata da visita ao Brasil do político francês.

Interessante a afirmação do primeiro parágrafo – “Portugal e Brasil vivem uma vida reflexa.” No segundo parágrafo: a “gente educada” no Brasil “lê mais em francês do que em português.”

13/09/1907 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

Trata da homenagem feita a Caetano de Campos, pela Escola Normal.

Interessante:

- 1) a carta de Caetano de Campos a Rangel Pestana.
- 2) P. P. é filho de Rangel Pestana.

16/09/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Importante: Tece considerações sobre o que seja a língua portuguesa ao discutir um artigo de Cândido de Figueiredo, no “Jornal do Commercio”, de 22 de agosto de 1907.

Em suas reflexões aparecem metáforas de: **a)** ordem religiosa, “o sacerdote insigne das letras; separar “nos domínios da linguagem, a alma brasileira da lama portuguesa”; **b)** ordem orgânica: o “braço do poder temporal” – todas com relação ao que seja a língua portuguesa: “à unidade do formosíssimo idioma que é o nosso, de dois povos irmãos.”

A Academia Brasileira de Letras é, para ele, a “fábrica Medeiros de Albuquerque”, pelo menos, no que diz respeito à reforma ortográfica.

23/09/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Importante: ainda trata da reforma ortográfica e produz belas metáforas.

“a escrita e o idioma que falamos são feições tão nacionais que nos dão fisionomia e caráter próprios (...)”

26/09/1907 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

- Comenta leis municipais sobre instrução pública;
- Agradece aos professores as manifestações de apoio;
- Diz que Rangel Pestana, Cesario Mota e Caetano de Campos são “pronteados apóstolos da instrução pública”, “prognadores da educação nacional”;
- Comenta a publicação dos “cadernos de linguagem” de Francisco Vianna.

30/09/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata dos trabalhos de Oskar Nobiling e de d. Carolina Michaelis de Vasconcellos.

07/10/1907 – Divagações – Sílvio de Almeida

Para tratar (rapidamente) da reforma ortográfica (a qual é contrário) cita trecho de Bréal.

Crítica a nova indústria da moda: as conferências literárias, “a que devemos o aparecimento de “cometas”(…) literários (…)”

14/10/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

O motivo das Divagações dessa semana é o “crime do Quartel da Luz”, ocasionado pela briga entre “dois estudantes de farmácia e de odontologia”. O motivo foi ciúme, “plenamente provado pelo aparecimento de uma carta de mulhe (…)”

“Temos aqui Vênus em pessoa” (...) “já emprega a grafia “art-nouveau” do Sr. Medeiros e Albuquerque (…)”

21/10/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata um pouco do perfil do paulistano, tece considerações sobre a alma feminina, quando trata do apelo do dr. Domingos Jaguaribe às “senhoras paulistas”, para que contribuam na reorganização da liga contra o Álcool.

28/10/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata da obra “Prometeu”, de Ésquilo, da qual o barão de Paranapiacaba fez uma transladação poética e, posteriormente, Carlos de Laet faz um comentário no “Jornal do Brazil”.

02/11/1907 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

Seu desejo de democratização do ensino: a formação de um “sistema pedagógico nacional”.

04/11/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Importante: **mais uma vez a crítica veementemente à reforma ortográfica, reforçando a sua posição unidade do português – unidade que se faz pela escrita, isto é, pela escrita literária.** Há a presença de metáforas locais de ordem orgânica e religiosa. Novamente cita Bréal e faz referência a Comte.

11/11/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata de escritores opondo-os em dois grupos: sérios e maledicentes. Recomenda a leitura de Theocrito.

17/11/1907 – “Notas pedagógicas” – P. P.

Reproduz entrevista que fez com o professor João Lourenço Rodrigues, inspetor geral do ensino.

18/11/1907 – “Divagações” – Sílvio Almeida

Conferência de Haya também de nossa alegria de não ter de “pagar ao progresso um pesado tributo de sangue.”

25/11/1907 – Divagações – Sílvio de Almeida

Conferência de Haya

02/12/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

O trecho que interessa – sobre a reforma ortográfica. Há a metáfora local (orgânica) “a face augusta da língua portuguesa”.

09/12/1907 – Divagações – Sílvio de Almeida

Relação entre palavra e mito.

16/12/1907 – Divagações – Sílvio de Almeida

É bem interessante, pois discute a questão da indumentária do presidente da república e dos acadêmicos da ABL. Bastante irônico, diz que “a farda como traje para os acadêmicos não partiu senão de quem teve o “mau sucesso” cerebral da complicação grafológica (...)”.

23/12/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Narra as suas impressões ao ler algumas cópias de um periódico (“Planeta do Sul”, heldomadorio político fundado na “Campanha da Princesa”, a 23 de julho de 1865), que recebeu do Dr. Francisco Honório Ferreira Brandão.

(Seus parágrafos sobre a experiência que é a leitura de papeis esquecidos vão para a introdução do meu trabalho.)

30/12/1907 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata da reforma constitucional que opera mudanças na aposentadoria do professores. Sempre com uma referência, mesmo que sutil, à questão da reforma ortográfica.

11/10/1909 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

O texto está muito apagado, o que inviabiliza a leitura. Nos últimos parágrafos, pode-se ler considerações sobre o papel da imprensa: “... a sua mais augusta missão está na quantidade e na qualidade do pão que ela ministra aos seus leitores.”

18/01/1909 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Divaga sobre o valor (moral, estético...) das palavras “não” e “sim”.

24/01/1909 – Notas Pedagógicas – P. P.

“Reparos de um professor sobre as nossas críticas, as habilitações dos complementaristas; as escolas isoladas e os seus defeitos; como se há de aperfeiçoá-las.”

25/01/1909 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Muito apagado. O que se depreende é a discussão é de ordem filológica.

01/02/1909 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Análise poemas de Vicente de Carvalho, do trovador Pero Meogo, um trecho de Gonçalves Dias.

15/02/1909 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Interessa: Muito, porque podem-se ler alguns trechos e vê-se que ainda está acesa a questão da reforma ortográfica. Sílvio de Almeida critica Medeiros e Albuquerque, produz metáforas e ainda, vê-se que esta crítica não se faz só pela questão da ortografia, mas por questões políticas. Medeiros parece apoiar deputados e senadores (...) “frouxos e remissos no cumprimento dos seus encargos”. Embora o embate sobre a ortografia seja político.

22/02/1909 – Divagações – Sílvio de Almeida

Interessa: Muito, porque embora estivesse bastante comprometido, pude recuperar alguns trechos do texto em que S. Almeida ‘explica’ a sua oposição à reforma ortográfica da ABL. Há algumas metáforas de ordem religiosa e jurídica.

01/03/1909 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata de refletir sobre os costumes dos povos com relação às diferenças pessoais e à vingança. O texto está muito esfumado.

Logo de início, diz que não gosta de tratar desses assuntos cotidianos, “documentos desumanos de uma sociedade em putrescência.”

29/03/1909 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata de Christovam Falcão de Souza, “um dos grandes bucólicos da época de ouro dos escritores quinhentistas, que acaba de morrer”.

Texto comprometido, esfumaçado.

04/04/1910 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata da loucura e dos povos, de suas relações.

11/04/1910 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Comenta o valor de uma autora portuguesa – Carolina Michaelis de Vasconcellos, de quem recebeu a obra “Estudos sobre o romanceiro península”. “Porque Carolina Michaelis é hoje, assim em Portugal, como na Europa e no mundo, uma das mais altas representantes, uma das supremas autoridades da lingüística e da filologia.”

O que é interessante: os dados que apresenta – 75% da população é de analfabetos.

12/04/1910 – “Notas Pedagógicas” – P. P.

“A civilização pelo aparelho escolar” (a nacionalidade pela língua).

Trata dos progressos da China com relação aos investimentos que fez em educação e termina dizendo que a “velha China” se mudará para a famosa “Analfabetolândia”. O exemplo dos chineses foram os japoneses: “o aparelho escolar dera aos filhos de Nippon a superioridade da civilização ocidental (...)”

18/04/1910 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Fala da volta às aulas em todas as escolas de “Paulópolis” e trata de questão do trote aos primeiranistas de Direito. Interessante é a etimologia de “trote” e de “calouro”.

25/04/1910 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Discute questões filosóficas – “a marcha constante do absoluto para o relativo”.

01/05/1910 – “A conquista do Brasil” – Oliveira Lima (“nossa” língua portuguesa)

O jornal reproduz a íntegra de uma conferencia de Oliveira Lima, realizada em Bruxellas, na noite de 4 de abril de 1910, no Real Theatro de La Monnade, em presença de S.M. o rei dos Belgas.

Importante: O parágrafo que se inicia pela frase: “Ao proclamar-se a independência achavamos assim com núcleos de população dispersos (...) Nem a raça nem a língua (de fato, a língua já está dada) oferecia discrepância (...)”

02/05/1910 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata de Alexandre Herculano, na “comemoração de seu glorioso centenário”.

09/05/1910 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Trata, com muito humor, das relações entre taxa cambial em crise do café.

16/05/1910 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Importante: Comenta posições de Gonçalves Viana e dos académicos brasileiros sobre o português.

Coloca-se dizendo que “Empunharemos... o rutilante cetro da suserania idiomática.”

Mesmo assim, entre os imortais e o foneticista lusitano, coloca-se a favor das idéias do último.

Fala que José de Alencar é uma “representante” do “jacobinismo literário” (no que diz respeito à língua).

30/05/1910 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Comenta a obra de Eduardo de Sá “A estátua recente de Floriano Peixoto”.

31/05/1910 – “Escritores Brasileiros Contemporâneos” – João Ribeiro – Oliveira Lima

Trata da obra/do pensamento de João Ribeiro, mais como historiador, filósofo e poeta, do que como filólogo e gramático.

23/10/1910 – “Divagações” – Sílvio de Almeida

Reflexões de caráter etimológico sobre a palavra “cometa” e de caráter econômico sobre “câmbio”. Dois sentidos do momento...

